

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS DE TAQUIGRAFIA**

ANAIIS
DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

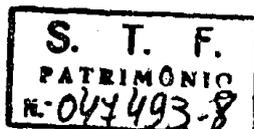
**ORGANIZADOS PELA
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PUBLICIDADE**

1960

VOLUME VI

(2.^a Sessão Legislativa Ordinária da 4.^a Legislatura)

(SESSÕES DE 2 A 11 DE MAIO DE 1960)



24.05.79 X.3

**RIO DE JANEIRO
SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
1962**

40.^a Sessão, em 2 de maio de 1960

PRESIDÊNCIA DO SR. RANIERI MAZZILLI, PRESIDENTE

Às 14 horas compareceram os
Senhores:

Ranieri Mazzilli.
Sérgio Magalhães.
José Bonifácio.
Neiva Moreira.
Armando Rollemberg.
Geraldo Guedes.

Amazonas:

João Veiga — PTB.

Pará:

Armando Carneiro — PSD.
Armando Corrêa — PSD.

Maranhão:

Antônio Dino — PSD.
Clodomir Millet — PSP.

Piauí:

Laurentino Pereira — PSD.

Ceará:

Francisco Monte — PTB.
Moreira da Rocha — PR.

Paraíba:

Raul de Góes — PSP.
Ernani Sátiro — UDN.
Jacob Frantz — PTB.
João Agripino — UDN.

Pernambuco:

Bezerra Leite — PTB.
Milvernes Lima — PSD.
Nilo Coelho — PSD.
Oswaldo Lima Filho — PTB.
Scoto Maior — PTB.

Alagoas:

Aloísio Nonô — PTB.
Luz Cavalcanti — PL.
Medeiros Neto — PSD.

Sergipe:

Arnaldo Garcez — PSD.
Leite Neto — PSD.
Lourival Batista — UDN.

Bahia:

Clemens Sampaio — PTB.
Nestor Duarte — PL.
Oliveira Brito — PSD.
Vasco Filho — UDN.

Espírito Santo:

Rubens Rangel — PTB.

Rio de Janeiro:

Afonso Celso — PSD.
Bocayuva Cunha — PTB.

Distrito Federal:

Adauto Cardoso — UDN.
Gurgel do Amaral — PSP.
José Talarico — PTB. (2-6-60).
Mário Martins — UDN.
Menezes Côrtes — UDN.
Nelson Carneiro — PSD.

Minas Gerais:

Abel Rafael — PRP.
Carlos Murilo — PSD.
Esteves Rodrigues — PR.
José Alkmim — PSD.
José Humberto — UDN.
Mário Palmério — PTB.

— 4 —

Oscar Corrêa — UDN.
 Pedro Aleixo — UDN.
 Pedro Vidigal — PSD.
 Pimenta da Veiga — PSD.
 Rondon Pacheco — UDN.
 Último de Carvalho — PSD.

São Paulo:

Carvalho Sobrinho — PSP.
 Coutinho Cavalcanti — PTB.
 Herbert Levy — UDN.
 Maia Lello — PSP.
 Mário Beni — PSP.
 Nelson Omega — PTB.
 Nicolau Tuma — UDN.
 Ranieri Mazzilli — PSD.

Goiás:

Benedito Vaz — PSD.
 Emival Calado — UDN.

Mato Grosso:

Corrêa da Costa — UDN.
 Munhoz da Rocha — PR.

Rio Grande do Sul:

Adílio Viana — PTB.
 Arno Arnt — PRP.
 César Prieto — PTB.
 Daniel Faraco — PSD.
 Ruy Ramos — PSD.
 Tarso Dutra — PSD.
 Theobaldo Neumann — PTB.

Acre:

Augusto Araújo — PTB.
 (27-5-1960).

Amapá:

Amlícar Pereira — PSD. (76).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Senhores Deputados. Está aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE — Passa-se à leitura do expediente.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO, 1.º Secretário procede à leitura do seguinte

II — EXPEDIENTE

Do Sr. Batista Ramos, nos seguintes termos:

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa., para os devidos fins, que nesta data assumi exercício na Pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Sala das Sessões, em 20 de abril de 1960. — *Batista Ramos*.

Do Sr. Abelardo Jurema, nos seguintes termos:

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa. preferência para que o Deputado Dyrno Pires Ferreira ocupe a Tribuna no grande Expediente na sessão do dia 10 de maio de 1960.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1960. — *Abelardo Jurema*.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Prezados colegas, com a mais viva emoção, ao reabrir os trabalhos da Câmara dos Deputados em sua atual sede, em Brasília, congratulo-me com os eminentes colegas pelo auspicioso fato, certo de que a tarefa legislativa na nova Capital encontra campo esplêndido para atividade tranqüila e eficiente em prol dos altos interesses do País. Para tanto, será necessário, sem dúvida, que através da reforma regimental, diferentes métodos de trabalho sejam adotados para permitir que o Congresso Nacional acompanhe o admirável surto econômico e social que ora atravessa a Nação brasileira. No particular, Brasília manterá também aos pósteros auspiciosa era para as tarefas legislativas. Nos primeiros dias, em consequência ainda de condições materiais e de suas limitações, no que tange ao alojamento dos Srs. Deputados e funcionários, a Nova Capital terá de pôr a prova tantas das nossas

— 5 —

renúncias para enfrentarmos algumas dificuldades que, espero em Deus, sejam removidas com a colaboração de todos, que não tem faltado nesta hora grave da Nação.

A propósito deste ponto, desejo — e devo esclarecimentos ao plenário — tecer algumas considerações.

Ao assumir a Presidência desta Casa, já imperava a lei que fixara em definitivo a mudança da Capital da República para 21 de abril de 1960 — a chamada Lei Emival Calado. Tendo em vista esta circunstância, numa das primeiras reuniões da Mesa da Câmara, na sessão legislativa de 1956 por minha iniciativa, com o apoio unânime da Mesa, foi nomeada uma comissão de Deputados, composta especialmente de colegas engenheiros para acompanhar os trabalhos da construção da nossa sede.

Neste passo, impõe-se referência particular ao saudoso Deputado Carlos Albuquerque, prematuramente desaparecido, pelo grande concurso emprestado àquela Comissão, trazendo a Mesa informada sobre aspectos de construção do novo Palácio, já então com sua estrutura completamente concluída. Na atual legislatura, quando já não restava a menor dúvida de que teríamos de prosseguir nos trabalhos legislativos, em 21 de abril nesta nova sede da Capital, a Mesa da Câmara dos Deputados, sempre por decisão unânime de seus pares, tomou providências mais urgentes. De início, refundiu-se a primeira Comissão que passou a funcionar sob a chefia do Sr. Deputado Saturnino Braga. A colaboração desse órgão foi das mais valiosas. O nobre Deputado Nelson Omega incumbiu-se do levantamento das condições de comunicações, de som, enfim, de tudo quanto interferisse com a divulgação e a perfeita audição dos nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Carvalho Sobrinho teve a seu cargo a parte funcional. Basta reler seu relatório, já publicado no "Diário do Congresso",

para que se tenha idéia de como foram aprofundados aquêles exames de aspectos fundamentais ao funcionamento desta Casa do Congresso Nacional em Brasília.

Quando os encargos dessa Comissão já se tornavam demasiados, ela própria propôs à Mesa a divisão dos serviços com a criação de subcomissões, a fim de atender a novos setores.

Assim, no setor mobiliário, foi organizado um órgão técnico, sob a chefia do Sr. Deputado Corrêa da Costa, sendo principal colaborador e relator o Sr. Deputado Vasco Filho. Do concurso desse Grupo, posso falar, sem com isso pretender fazer confrontos, ou subestimar outras colaborações, — que tantas foram e de todos, afinal, de modo geral. Mas foi necessário vencer grandes dificuldades porque era indispensável harmonizar até mesmo a seriação da indústria de móveis com os novos estilos, que alguns eram lançados no Planalto. Ainda hoje, o nobre colega Sr. Vasco Filho pôde ser visto, nesta Casa, de mangas arregaçadas, ultimando providências nesse setor.

Quando se avizinhava a mudança, a Mesa da Câmara, tendo em vista a implantação de um sistema que o Executivo entendeu de criar para ser o órgão central, com as agências que deveriam funcionar em regime de colaboração e também em isocronia com esta orientação geral, a Mesa resolveu, dizíamos, conferir por unanimidade, vale dizer, pela representação de toda esta Casa, ao nosso colega Sr. Deputado Neiva Moreira a qualidade de delegado junto ao órgão central para as providências, propriamente ditas, da transferência da Câmara do antigo para o novo Distrito Federal e das medidas de alojamento dos senhores Deputados e dos funcionários nesta cidade.

Nosso eminente colega venceu mil dificuldades para se desincumbir da tarefa. Seu trabalho não se limitava a hora certa, avançava pela noite a dentro e é justo, no

— 8 —

momento, destacar, emitindo embora as controvérsias, que todos os componentes da Mesa, fôsem quais fôsem suas convicções, se portaram nesta matéria com o civismo, a ombridade e a disposição que fazem honra à representação nacional.

Tal foi o trabalho que enfrentou o nosso colega, Sr. Deputado Nelva Moreira. Horas depois da sessão do Congresso Nacional, fui ver Sua Excelência no leito. O nobre colega estêve absoluto. Tinha de atender às maiores surpresas que podem estar reservadas numa mudança coletiva, em que verdadeira coluna, verdadeiro avanço sôbre o mesmo setor se devia desdobrar para que as previsões não falhassem totalmente, porque falhar era natural.

A atividade do 1.º Secretário é de todos conhecida. Desde que aqui chegou, seu trabalho foi ininterrupto, no sentido de aparelhar a Casa para os trabalhos do Legislativo.

O Deputado José Bonifácio, mais uma vez, nas gerações que tomam esse ilustre nome, pode estar certo de que continua prestando serviços ao Brasil e à República. (*Palmas*).

O Presidente desta Casa, à proporção que era informado pelos eminentes colegas chefes de setores, das providências do Governo Federal de quem quer que fôsse que tivesse uma parcela de autoridade, para as indispensáveis condições de habitabilidade que aqui deviam ser encontradas, por parte dos Srs. Deputados e funcionários, se entendia diretamente com o Senhor Presidente da República e, diga-se, as providências as determinava prontamente, sem alarde, mas com a nítida compreensão das suas obrigações, deu toda a cobertura aos agentes executivos da mudança, entenda-se, com a Presidência da República, com a NOVACAP, com os setores de empresas incumbidas de levar adiante as obras, fôsse nesta Casa, fôsse nas edificações onde se deveriam instalar os Senhores Deputados. Cumpre

dizer: muitas dessas providências tiveram de ser tomadas à undécima hora e, posso afirmar, a Presidência teve contactos demorados, extenuantes, mas decisivos, com todos os chefes de empresas que têm a seu cargo trabalhos de obras nesta Casa do Congresso Nacional.

Como vêem os colegas, ainda há nisto demonstração da paciência com que tiveram de se unir nestas horas mais difíceis. A Mesa não subestimou um só momento o problema. Ao contrário: sabia das tremendas dificuldades que, em parte, teria de enfrentar, razão pela qual tudo quanto lhe foi possível prever procurou fazer para que a execução fôsse a menos incompleta possível.

Algumas condições materiais, certas graves limitações neste setor e a circunstância — o que é muito importante — de a Câmara ter trabalhado no Rio até as vésperas da inauguração desta Casa, superaram em muitos pontos a vontade de realizar. Daí o desconforto que sofremos. Deputados e funcionários, desde o Presidente ao mais modesto servidor da Secretaria, na semana da inauguração.

A medida pleiteada de um recesso de quinze dias, que infelizmente não pôde ser concedida, tendo em vista a importância das leis que deviam ser votadas ainda à última hora, a respeito da organização administrativa e judiciária de Brasília e da organização do novo Estado da Guanabara, nos fez uma falta muito séria.

A Mesa da Câmara dos Deputados, a partir do dia 21, continuou em atividade extraordinária, indormidamente, para regularizar os trabalhos legislativos, e teve de pedir, ainda nesta fase, o concurso de mais colegas para, diretamente, se incumbirem de alguns setores que não puderam contar de pronto com as soluções que estavam no esquema — sugestão do próprio Deputado Nelva Moreira. Tivemos de encarar esse problema e, imediatamente, após a sessão solene, o Presidente desta Casa convocou

— 7 —

os seus pares e a Mesa para que fôsem tomadas medidas urgentes a fim de regularizar alguns aspectos que efetivamente estavam gravemente perturbados.

Assim foi que os nobres colegas, Deputados Clemens Sampaio, Nilo Coelho, Adalberto Vale, Fernando Santana, Armando Rollemberg — não desejo prosseguir na enumeração porque posso cometer a injustiça da omissão — tiveram contacto directo com o Presidente a fim de solucionarem as dificuldades que surgiram em vários setores: mobiliário para as futuras casas dos Srs. Deputados, habitabilidade, a fim de se criarem condições mínimas de circulação, funcionamento de elevadores, limpeza das entradas e das dependências comuns, e, também, para que os Srs. Deputados, nossos colegas que aqui chegassem, e não pudessem contar de pronto com a chave de seus apartamentos, fôsem encaminhados para uma hospedagem temporária no Pálace Hotel, onde reserváramos o máximo possível de aposentos a fim de não haver a repetição daqueles penosos momentos da primeira chegada.

Deficiências existem, sei bem, porque tenho estado em contacto directo e permanente com todos êsses setores e com os prezados colegas que dêles se incumbiram mais especialmente. Mas essas deficiências decorrem principalmente da envergadura da obra entregue à administração desta Casa, que teve de superar-se muitas vezes para que, sobretudo num ponto, não pudesse sofrer qualquer equívoco ou qualquer subpensamento — o referente à respeitabilidade desta Casa e dos seus ilustres integrantes.

Aos funcionários da Secretaria da Câmara que aqui se encontram, sem distinção de classes ou de categoria, cabe uma referência também especial pelo modo por que se desincumbiram das variadas tarefas, com dedicação exemplar, que merece ser registrada nos assentamentos dêsses dignos servidores.

Ao dar início às nossas atividades, quero deixar bem patente que, com a graça de Deus, chegamos a êstes resultados pelas providências da Mesa e pela dedicação e compreensão de todos os ilustres Deputados que, muitas vezes, não de ter tido tantas razões para se sentirem efetivamente em condições não correspondentes àquelas que a Mesa quis, com afincó, criar para todos os integrantes desta Casa.

A Mesa agradece a colaboração e a compreensão dos Srs. Deputados e, neste momento, ao declarar abertos os trabalhos da Câmara dos Deputados em sua nova sede, que pretendemos tenha também o nome tutelar que emprestou ao Pálacio que hoje se encontra no território do Estado da Guanabara, externamos os votos de que possa continuar a nos guiar nos sacrifícios, na luta e no bom combate. Por isto a Mesa já tem proposição para submeter a plenário, dando a denominação de Pálacio Tiradentes a esta nova sede do Congresso Nacional. (*Palmas*).

Está presente o nobre suplente do Deputado Batista Ramos, nomeado para o cargo de Ministro do Trabalho. É suplente do Sr. Menotti del Picchia, que convidó a vir à Mesa para prestar o compromisso regimental. (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Achando-se na ante-sala o Sr. Menotti del Picchia, representante do PTB pelo Estado de São Paulo, na vaga do Sr. Batista Ramos, convidó os Senhores 3.º e 4.º Secretários para, em Comissão, introduzirem no recinto S. Exa., a fim de prestar o compromisso regimental.

(Comparece S. Exa. acompanhado da respectiva Comissão e, junto à Mesa, presta o compromisso regimental, tomando em seguida assento no recinto).

O SR. EMIVAL CALADO — Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

— 8 —

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EMIVAL CAIADO * — Senhor Presidente, quero lembrar a V. Exa. e à Casa que a última sessão que a Câmara dos Deputados realizou na velha Capital foi dedicada a uma homenagem muito justa à Cidade Maravilhosa do Rio de Janeiro. Assim, entendia eu que, nesta primeira sessão a se realizar em Brasília, pudesse o plenário também manifestar-se sobre o memorável evento da mudança da Capital. Pediria a V. Exa. preferência para a votação deste requerimento, mesmo porque foi êle apresentado a V. Exa. no próprio dia 21 de abril. Era propósito de V. Exa. realizar uma sessão especial da Câmara após a reunião do Congresso. Entretanto, como essa intenção foi frustrada, afigura-se-me êste o momento oportuno, e cabível, para que a Casa se pronuncie sobre o histórico acontecimento da interiorização da Capital da República. — *(Muito bem)*.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — A Presidência está examinando as inscrições feitas para o pequeno e o grande expedientes. Acha-se inscrito, em primeiro lugar, para falar no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Ruy Ramos. O nobre Deputado Adauto Cardoso figura em segundo lugar.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Se V. Exa. permite, desejaria esclarecer que, na certeza de que falaria no grande expediente, cedi minha inscrição no pequeno expediente ao colega e Líder, Deputado João Agripino. O meu pedido, no momento, é para falar impugnando o requerimento do nobre Deputado Emival Caiado.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — O requerimento será pôsto em votação antes da matéria da Ordem do Dia. Como sabe o

nobre Deputado, ainda não se organizou a Ordem do Dia. Foi anunciada a existência do documento sobre a mesa, por isso que o nobre Deputado Emival Caiado deseja assegurar sua precedência neste momento.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Neste caso, se V. Exa. permite, indagaria se, pelo tempo que resta ao pequeno e ao grande expediente, V. Exa. atenderá às inscrições feitas, e se o tempo restante do grande expediente será, como de hábito, dividido entre os dois primeiros oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Como iniciamos a sessão depois das 14 horas, vamos descontar o tempo para que o Pequeno Expediente possa conter o maior número de oradores e, em seguida, o Grande Expediente será dividido entre os dois oradores inscritos. Terminado êsse período, porque não há Ordem do Dia, será franqueada novamente a palavra aos inscritos no pequeno expediente.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Informo aos nobres Deputados que dispõem de 5 minutos para suas comunicações.

Tem a palavra o Sr. Ruy Ramos, para uma comunicação.

O SR. RUY RAMOS (*Para uma comunicação*) * — Sr. Presidente, estou aqui para rápida comunicação, mas antes de iniciá-la desejo transmitir ao País em geral e, em particular, ao Rio Grande do Sul e ao Partido Trabalhista Brasileiro daquele Estado, minha palavra de saudação, minhas congratulações por êste acontecimento histórico e, mais do que isso, aos amigos e correligionários sul-rio-grandenses, os meus agradecimentos pela oportunidade que me deram de, como seu representante, participar do Congresso Nacional em Brasília e dêste

* Não foi revisto pelo orador.

* Não foi revisto pelo orador.

— 9 —

memorável acontecimento, que reverte o país para o coração da nossa pátria.

Estou na tribuna, Sr. Presidente, para dar conhecimento à Casa e pedir o apoio dos nobres colegas para dois projetos de lei que apresentei à Mesa e tenho o prazer e o orgulho de que sejam os dois primeiros a inaugurar as nossas atividades parlamentares em Brasília.

O primeiro diz respeito aos candangos. Tento, neste projeto, assegurar prioridade aos candangos e servidores da NOVACAP na concessão de terras públicas em arrendamento ou venda e dou outras providências.

Está assim redigido:

PROJETO N.º

Assegura prioridade aos Candangos e Servidores da NOVACAP na concessão de terras públicas em arrendamento ou venda, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica assegurada aos trabalhadores de Brasília, construtores da nova Capital e aos Servidores da NOVACAP, egressos da vida rural ou que pretendiam dedicar-se à atividade agrícola, a prioridade na concessão de terras em arrendamento relativamente às glebas que o Poder Público deverá distribuir no Distrito Federal.

Art. 2.º Dentre os "Candangos" e Servidores, serão preferenciais na concessão de granjas aqueles que tenham família e demonstrem experiência nas atividades rurais.

Art. 3.º Além da concessão de terras, os órgãos especializados do Poder Público assegurarão aos trabalhadores e servidores concessionários plena assistência e orientação técnica, de molde a facilitar-lhes êxito econômico e fixação à gleba.

Art. 4.º Os trabalhadores concessionários de terras em arrendamento terão igualmente preferên-

cia e prioridade de compra da terra arrendada, em qualquer tempo em que o Poder Público venha a transformar a locação em venda.

Art. 5.º Os "Candangos" e Servidores que pleitearem e obtiverem concessão de terras ao longo da faixa marginal da Estrada Brasília—Belém, terão direito a transporte para suas famílias e a financiamento especial para construção de habitação rural.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 1.º de maio de 1960.
— Ruy Ramos.

Justificação

A figura do "Candango" tornou-se quase lendária e todo o País comenta e elogia esse tipo de trabalhador indiscriminado, que surgiu de toda parte, veio nem se sabe de onde e aqui se transformou num colaborador exemplar, adquiriu especialização com espantosa rapidez e foi o braço que realizou a obra ideada pelo cérebro da liderança governamental.

Se não forem tomadas agora providências objetivas em favor dessas massas obreiras que nos deram Brasília na data fixada em lei e fecundaram estes desertos com o suor e o entusiasmo, em pouco tempo heróis decantados pela imprensa e a tribuna e até pelo teatro, estarão rolando pelos subúrbios e malocas, sem maiores possibilidades de salário, sem casa e sem terra, como acontece hoje no Brasil com muitos milhões de trabalhadores da cidade e do campo. Iríamos reproduzir a injustiça e a inconsciência que já praticamos com o "Fracinha", outra figura aureolada, recebida como herói nacional depois da guerra e relegada definitivamente ao esquecimento.

Na hora em que a NOVACAP deverá proceder à distribuição das imensas glebas de terra do Distrito Federal para produção agrícola em torno de Brasília, é de perfeita jus-

— 10 —

tiça que se assegure aos Candangos e Servidores da nova Capital preferência e prioridade na concessão das granjas que serão arrendadas a agricultores, numa área enorme da ordem de 360.000 hectares.

O presente projeto visa essa finalidade, de garantir aos Candangos e Servidores uma pequena gleba onde possam fixar-se com a família e produzir com estabilidade e assistência para o abastecimento da Capital que edificaram.

Sala das Sessões, Brasília, em 1.º de maio de 1960. — *Ruy Ramos*.

O segundo projeto está assim redigido:

PROJETO N.º

Torna facultativo o uso de traje a rigor nas solenidades oficiais e o tratamento de "excelência" nas relações oficiais e parlamentares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E tornado facultativo o uso do traje a rigor nas solenidades oficiais.

Art. 2.º É igualmente declarado facultativo o tratamento de "excelência" nas relações oficiais e parlamentares.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1.º de maio de 1960. — *Ruy Ramos*.

Justificação

Entre outros resíduos de velhas praxes superadas, como herança anacrônica do regime aristocrático da Colônia e do Império, prevalecem ainda hoje no Brasil as vestimentas de gala e o tratamento pedantesco de "excelência", entre pessoas ditas "iguais perante a lei".

Nesta fase histórica de franca integração social, em que cada vez mais se enfraquecem e anulam as distinções entre os homens, é inconcebível que se imponha a exi-

gência de roupagens especiais para certas solenidades em que o Poder Público cumpre os seus deveres democráticos e constitucionais.

O fato avultou em toda sua extensão e revelou os aspectos ridículos que encerra, por ocasião dos memoráveis festejos da inauguração da nova Capital, em que os verdadeiros heróis da "obra do século" assistiram, boquiabertos, à presença de uma multidão estranha, "uniformizada", ostentando casacas, fraques e outros paramentos antidiluvianos, perfeitamente inusitados nos altiplanos indígenas do Brasil Central.

Por outro lado, o tratamento de "excelência" sobre ser contra a índole brasileira, simples e democrática, aberrante da tendência em que vive hoje o País, sob o impulso irresistível do desenvolvimento econômico, que é um verdadeiro rôlo compressor de igualdade social.

Sob o aspecto político, o projeto ainda mais se justifica, pois os representantes do povo, durante as campanhas eleitorais, se irmanam com as massas, confraternizam, entram sem embaraço nos Sindicatos, nas casas proletárias e nos ranchos rurais, prometem a mais estreita camaradagem e convivência, falam em suor e mãos calosas...

Após a eleição, porém, prestado o compromisso empolgam um título novo e passam a ser e a exigir "excelência", desde as Câmaras Municipais até o Senado da República...

O Brasil é dos poucos países do mundo em que o "vós" é substituído por "excelência" no trato oficial, burocrático e parlamentar.

Como estamos marchando com Brasília para o Interior do Continente, onde vivem 40 milhões de brasileiros que não têm "excelência" de nada a não ser de miséria, inclusive 25 milhões de agricultores sem terra, penso chegado o momento de fazer cair pela lei esses abencerragens da indumentária e do tratamento.

— 11 —

Em 1.º de maio de 1960. — *Ruy Ramos*.

São estes, Sr. Presidente, os dois projetos que desejava apresentar. Na primeira oportunidade — estou inscrito no Grande Expediente — desenvolverei adequadamente meu ponto de vista. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. MÁRIO MARTINS — Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. MÁRIO MARTINS (*Para uma questão de ordem*) * — Senhor Presidente, ao levantar minha primeira questão de ordem neste plenário, peço a V. Exa. desculpas pela circunstância de deixar de citar o número do artigo do Regimento, uma vez que, como é óbvio, a Secretaria ainda não está em condições de atender a esta medida parlamentar de fornecer ao Deputado o Regimento da Casa para verificação.

É a seguinte a minha questão de ordem: pretendendo inscrever-me há pouco para falar no Pequeno e no Grande Expediente, fui informado pela Mesa de que à direita deste recinto se encontrava um "bureau" especificamente destinado a recolher as inscrições dos deputados que desejassem falar. Lá deixei o nome.

Soube, entretanto, de igual medida havia sido tomada por outros parlamentares em diferente local. De modo que estamos diante de dualidade de inscrições.

Como não pretendo passar sobre o direito de ninguém, e tendo sido informado de que vários colegas, uma hora antes, haviam feito a competente inscrição, venho solicitar a V. Exa., Sr. Presidente, o necessário esclarecimento, a fim de que todos os senhores Deputados possam inscrever-se sem prejuízo dos demais colegas. (*Muito bem*).

* Não foi revisto pelo orador.

O SR. OSCAR CORRÊA (*Para contraditar questão de ordem*) * — Sr. Presidente, com a devida vênia do nobre Deputado Mário Martins, obedecendo ao princípio regimental, às 13 horas de hoje, nós, Deputados presentes à Casa, comparecemos à Mesa e ali fizemos as nossas inscrições em papel apropriado, que nos foi apresentado por funcionário de categoria por ela indicado.

Parece-nos, pois, que o nobre Deputado Mário Martins cochilou e não pôde pleitear seu direito. — (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Antes de dar a palavra ao orador seguinte, Deputado Senhor Adauto Cardoso, vou decidir a questão de ordem suscitada pelo nobre Deputado Mário Martins e prestar os esclarecimentos pedidos. Tem a palavra o Senhor João Agripino, por cessão do Sr. Adauto Cardoso.

O SR. JOÃO AGRIPINO (*Para uma comunicação*) * — As atividades do meu partido, a União Democrática Nacional, em Brasília, são precisamente ligadas àqueles que construíram a nova Capital.

Testemunha das festividades da inauguração da nova Capital, ouvi decantado em prosa e verso o cândango-operário que construiu, com o seu esforço, esta Capital bela, sem dúvida.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, meu partido, através de sua liderança, houve por bem apresentar à Câmara os seguintes projetos:

"Considera efetivos ou estáveis os servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital que contem mais de um ano de serviço, aproveitados preferencialmente na Prefeitura de Brasília.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital serão aproveitados preferencial-

* Não foi revisto pelo orador.

— 12 —

mente na Prefeitura de Brasília desde que, a 21 de abril de 1960, contem mais de um ano de serviços prestados a referida Companhia e serão considerados efetivos ou estáveis ao passarem a ocupar cargos ou funções isolados ou de carreira ou série funcional, respectivamente.

Art. 2.º A Companhia Urbanizadora da Nova Capital fará apostillar os títulos de nomeação ou admissão dos servidores beneficiados pela presente lei, no prazo de noventa (90) dias, mediante a sua apresentação pelos interessados.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1960. — *João Agripino*, Líder da UDN".

Institui a cidade-satélite "Candangônia" destinada aos trabalhadores que tenham prestado serviços na construção de Brasília.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A Prefeitura de Brasília, através da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, fará reservar uma área do território do Distrito Federal para a construção de uma cidade-satélite, denominada "Candangônia".

Art. 2.º A cada operário que, comprovadamente, tenha trabalhado por período superior a um ano, até 21 de abril de 1960, na construção de Brasília, em obra a cargo da NOVACAP ou instituições de previdência e assistência social ou por elas fiscalizadas, será doada, na cidade de que trata a presente lei, uma área de 300 (trezentos) metros quadrados para construção de casa própria.

§ 1.º A doação precederá a concessão a título precário pelo prazo máximo de cinco anos, período em que o interessado deverá construir e habitar a sua casa.

§ 2.º Construída e habitada pelo interessado a respectiva casa, den-

tro do prazo a que se refere o parágrafo anterior, ser-lhe-á feita a doação definitiva. No caso contrário, será invalidada a concessão precária.

§ 3.º A Fundação da Casa Popular financiará a construção da casa própria prevista nesta lei, de acordo com as normas adotadas para a espécie.

Art. 3.º Dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta lei, os interessados encaminharão os pedidos de doação ao Prefeito da Capital Federal, instruídos com a prova de trabalho a que se refere o artigo segundo.

Parágrafo único. Os pedidos serão publicados no "Diário Oficial", bem como os despachos de concessão e doação.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1960. — *João Agripino*, Líder da União Democrática Nacional.

Reserva áreas de terras para colônias rurais destinadas aos candangos de Brasília e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Poder Executivo fará reservar, inclusive mediante desapropriação por interesse social, uma área de terras às margens esquerda e direita das rodovias Brasília—Belém e Brasília—Belo Horizonte numa extensão de 200 (duzentos) quilômetros, para cada uma, por 2 (dois) de largura, para cada lado, a partir do limite do Distrito Federal, destinada à organização de colônias agrícolas, compostas de pequenas glebas, uniformes e não inferiores a 50 (cinquenta) hectares, preferencialmente para cessão aos candangos de Brasília.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00

— 13 —

(cem milhões de cruzeiros) para execução desta lei.

Art. 3.º Dentro de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta lei, o Poder Executivo deverá baixar decreto objetivando a regulamentação completa desta lei, cuja execução ficará a cargo do INIC.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1960. — *João Agripino*, Líder da UDN".

Vê V. Exa., Sr. Presidente, que meu partido deseja dar justo prêmio pelo trabalho e pelo esforço daqueles que são os principais responsáveis pela construção de Brasília. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. GABRIEL HERMES — Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. GABRIEL HERMES (*Para uma questão de ordem*) — Senhor Presidente, interessa à Câmara e a todos os Srs. Deputados saber, porque foi assunto dos mais debatidos e preocupação constante da Mesa e de V. Exa., se as sessões passariam a ser irradiadas, enfim, se já disporíamos do canal que nos havia sido prometido, para que não ficasse a Câmara como se dizia lá fora, enterrada neste recinto. Esta, a informação, que preliminarmente, solicito a V. Exa., de interesse de toda a Casa.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Posso prontamente dar a informação ao nobre Deputado e ao Plenário.

Efetivamente, tão depressa se tornou lei o projeto, que interessou a toda a Casa, para que em Brasília o Congresso Nacional tivesse um canal a sua disposição, o nobre Secretário foi incumbido de articular providências para que o acervo de bens daquela radioemissora fôsse ao mesmo incorporado. S. Exa. também cuidou do funcio-

namento, nesta e na outra Casa do Congresso, inclusive em entendimento com o Sr. Ministro da Educação. Ficou estabelecido que, desde logo, o Congresso disporia de todos os elementos para começar a operar naquela radioemissora e isto ocorreu até o primeiro dia da nossa reunião.

A seguir, surgiu medida judicial e o titular da Vara correspondente concedeu a medida liminar, num mandado de segurança que pretende não possam os bens da Rádio Ministério da Educação ser transferidos, por motivos que estão alegados no petítório. A Mesa da Câmara tomou imediatas providências para que pudesse prestar as informações necessárias e recorreu, para esse efeito, ao nobre representante do Ministério Público. Até o momento, a Mesa não pode dar outros esclarecimentos, que dependam da medida do Judiciário. Entretanto, posso declarar que o Sr. 1.º Secretário está diligenciando por todos os meios para que se restabeleça o funcionamento do canal da Rádio Ministério da Educação.

O SR. GABRIEL HERMES — Sr. Presidente, muito obrigado a V. Exa. e pediria permissão para formular segundo pedido de informação também de interesse do Plenário.

E' que, após a sessão solene, de instalação, não recebi, como não recebeu nenhum dos Srs. Deputados, o "Diário do Congresso", nem houve notícia de sua distribuição. Já não temos, lamentavelmente, o rádio, pelos motivos que V. Exa. referira, e cujas providências a Casa espera de V. Exa. O "Diário do Congresso", pelo menos, deve registrar o que falamos neste recinto. Daí a nossa consulta. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — O "Diário do Congresso" Nacional já tirou algumas edições correspondentes aos trabalhos desta Casa. A primeira publicação que tenho em mão, referente, precisamente, ao "Diário do Congres-

— 14 —

so Nacional” e à instalação dos seus trabalhos, está em composição, segundo acabo de ser informado, inclusive outro número, para efeito de divulgar toda matéria correspondente às decisões da Mesa da Câmara, incluindo esta sessão.

O SR. ADAUTO CARDOSO — *(Para uma questão de ordem)* — Sr. Presidente, eu me atrevo a tomar o lugar que cabia ao ilustre colega, Deputado Coutinho Cavalcanti, a fim de não quebrar a continuidade do assunto versado pelo ilustre Deputado Gabriel Hermes.

Deu V. Exa. notícia à Casa de que o titular de uma das Varas da Fazenda do Estado da Guanabara concedera a medida liminar numa impetração de segurança da família Roquete Pinto contra a Lei número 3.737, que transferiu para o Congresso os canais de ondas curtas e médias da Rádio Ministério da Educação. Queria eu que Vossa Excelência, na disposição em que se encontra de preservar os legítimos interesses do Congresso, nesse episódio, anotasse que essa liminar é tanto mais criticável, por maior que seja o respeito que dediquemos àquele ilustre magistrado, é tanto mais criticável, quanto se trata de uma rara impetração contra a lei em tese, e não contra ato arbitrário de autoridade coatora. É um mandado de segurança contra a lei em tese.

Além disso, Sr. Presidente, é preciso que se anote num momento e num assunto em que a nossa defesa cabe não ao Poder Legislativo, mas a delegados do Poder Executivo, cuja boa vontade na matéria pode ser até mesmo discutida, é preciso que se assinale que aquilo que a Lei 3.737 transferiu ao Congresso foi a frequência de radiodifusão. Não se trata de bens patrimoniais que tivessem pertencido ou que tivessem sido objeto de doação da família Roquete Pinto ao Governo Federal. As frequências de radiodifusão pertencem ao Poder Público. Não constituem, por

forma alguma, propriedade particular, cuja recuperação possa ser vindicada em mandado de segurança.

Veja V. Exa., neste rápido comentário, o mundo de absurdos com que o Congresso se defronta e atente V. Exa. para a delicada situação em que se encontra o Congresso neste episódio, reclamando toda vigilância e toda capacidade de defesa dos nossos privilégios que em boa hora confiamos às mãos de V. Exa. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo à questão de ordem suscitada pelo Sr. Deputado Gabriel Hermes pondo o assunto em termos de mais facilitar a Mesa a desincumbir-se de suas atribuições e deveres neste episódio do canal de rádio destinado por lei ao Congresso Nacional, pode estar certo o plenário de que a Mesa defenderá, incansável e ininterruptamente, esta concessão legal que me foi atribuída, e que não pode, no interesse do povo brasileiro e da defesa institucional desta Casa, sofrer qualquer diminuição.

Esta a declaração que a Mesa faz, pelo seu Presidente, que está tomando todas as providências para que se não torne uma protelação em contrário àqueles interesses do povo brasileiro, o pleno e imediato conhecimento das coisas que se passam nesta Casa do povo.

Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Coutinho Cavalcanti.

O SR. COUTINHO CAVALCANTI — *(Para uma questão de ordem)* * — Sr. Presidente, em face das mesmas razões expostas pelo nobre Deputado Mário Martins, e não dispondo do Regimento da Casa para citar o dispositivo em que se baseia minha questão de ordem, desejava saber de V. Exa. se pode a Mesa, no momento em que nova mentalidade se forma no Brasil, dar tramitação mais rápida ao projeto de Reforma Agrária, aqui apresenta-

* Não foi revisto pelo orador.

— 15 —

do, há mais ou menos oito anos. Se fôr possível, peço a V. Exa. coloque a proposição na Ordem do Dia para as nossas próximas deliberações. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Será considerada a questão de ordem do nobre Deputado Coutinho Cavalcanti, que há de merecer todo o aprêço da Mesa Diretora, tendo em vista a alta relevância do assunto.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Ernani Sátiro, pela ordem.

O SR. ERNANI SÁTIRO — (*Para uma questão de ordem*) * — Senhor Presidente, venho fazer uma reclamação, cooperando com o esforço da Mesa, no sentido de evitar tôdas as causas de aborrecimento nestes primeiros dias em que, por assim dizer, estamos nos acomodando na Casa.

Ao entrar no edifício da Câmara para esta sessão, fui recebido por um soldado, armado de metralhadora portátil, que só me deixou entrar depois de eu exibir minha identidade. Vinha eu acompanhado do Dr. Floriano Ramos, funcionário da Mesa. Peço a V. Exa. providências urgentes, porque não é possível ao Deputado, ao entrar em sua Casa, ter a necessidade de exibir sua carteira de identidade.

Nesse sentido peço a V. Exa. providências urgentes.

O Sr. Mário Martins — É preciso saber, nobre colega, se a Mesa fez essa requisição, porque o policiamento é feito pelo pessoal do Congresso e não de outro Poder.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Solicitaria, inclusive, fôsse destacado um funcionário da Casa para ficar no policiamento, para que baste olhar para o Deputado e saber que realmente é membro desta Casa. (*Muito bem*).

* Não foi revisto pelo orador.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — A Mesa acolhe a reclamação do nobre Deputado como colaboração para que nestes primeiros momentos sejam de logo desfeitos equívocos que se possam transformar em abuso e declara que serão tomadas providências imediatas a fim de que fique ao lado das pessoas incumbidas do policiamento externo desta Câmara um funcionário da Casa. Nesse sentido, tendo em vista a necessidade da organização de sua polícia e de seus métodos, vai providenciar no sentido de que sejam mantidas as garantias devidas aos Senhores Deputados.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tomará providências imediatas a fim de que sejam colocado ao lado dos policiais funcionários que identifiquem prontamente os Senhores Deputados, para que Suas Excelências não tenham qualquer incômodo ao entrar na sua própria Casa.

O SR. BENJAMIM FARAH — Peço a palavra pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Há uma lista de inscrição para falar no Pequeno Expediente, e a Mesa, no interesse de todos, deseja dar cabal desempenho às suas funções.

O SR. BENJAMIM FARAH — (*Para uma questão de ordem*) * — Sr. Presidente, estou inscrito sob o n.º 8. Pergunto se meu nome será atingido e se a Mesa vai respeltar daqui por diante esta lista ou se vai continuar concedendo a palavra pela ordem. Se tal fizer, pedirei também a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa vai manter a lista de inscrições.

O SR. BENJAMIM FARAH — Agradeço a V. Exa., e espero para falar, de acôrdo com a minha inscrição.

* Não foi revisto pelo orador.

— 16 —

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Havia solicitado a palavra para questão de ordem o nobre Deputado Dyrno Pires.

O Sr. Benjamim Farah fez uma pergunta a que a Mesa já respondeu.

O SR. BENJAMIM FARAH — Pedi a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Benjamim Farah, para uma questão de ordem.

O SR. BENJAMIM FARAH — (*Para uma questão de ordem*) * — Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para saber se estamos respeitando a inscrição do Pequeno Expediente ou apenas levantando questões de ordem, o que não tem cabimento. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa está exatamente disciplinando os debates para entrar no Pequeno Expediente. (*Muito bem*).

O SR. DYRNO PIRES — Havia pedido a palavra, Sr. Presidente, para falar sobre a questão de ordem do nobre colega. Preferia que V. Exa. me assegurasse a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Abel Rafael.

O SR. ABEL RAFAEL. * — Senhor Presidente, o Partido de Representação Popular se faz presente nesta tribuna para proclamar ao Brasil seu júbilo pela transferência da Capital para o interior do País. Devis estar aqui o eminente Deputado Plínio Salgado, a quem represento neste momento. Mas S. Exa., representante do Estado do Paraná, ali se encontra presidindo uma convenção regional e tomando parte no Congresso Eucarístico Nacional, que ali se realiza. Represento, pois, o nobre colega, com muita honra para mim, a fim de, rapidamente, levar a to-

* Não foi revisto pelo orador.

dos os brasileiros a nossa palavra de confiança no Brasil, aos nossos correligionários a nossa satisfação por ter a bancada integralista tomado parte no evento que marca uma nova era para a nossa Pátria.

Congratulo-me com a Mesa, que tão bem trabalhou, e com os dignos deputados que tomam parte neste histórico acontecimento nacional.

Vejo que, num empreendimento desta ordem, não cabem absolutamente as imperfeições materiais, nem sequer as nossas queixas sobre desconforto pessoal, porque a obra é grande demais e representa o futuro do Brasil.

Dirijo, então, neste instante, minha saudação ao povo brasileiro e, integralista, idealista, representante do Partido de Representação Popular, grito bem alto: já muito tarde nos mudamos para o Planalto Central! Agora, devemos aqui trabalhar mais ainda para que o Brasil se integre em seu território e se torne uma grande nação pelo trabalho de todos nós, Deputados, em prol dos supremos interesses do Brasil. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. DYRNO PIRES — Senhor Presidente, insisto no meu pedido da palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Devo informar aos nobres colegas que a Mesa consentiu, inicialmente, em dar a palavra pela ordem no interesse de realmente esclarecer diversos pontos que forçosamente teriam de surgir no correr dos trabalhos desta primeira sessão.

Agora vai dar excepcionalmente a palavra ao Deputado Dyrno Pires, pela ordem, para passar, depois, à normalidade da chamada dos senhores Deputados que fizeram a competente inscrição.

O SR. BENJAMIM FARAH — Sr. Presidente, se V. Exa. vai conceder a palavra para questão de ordem, desejaria também falar sob esse título.

— 17 —

O SR. DYRNO PIRES — *(Para uma questão de ordem)* * — Senhor Presidente, considero de grande oportunidade nesta hora, em que iniciamos nova organização nesta Casa, que se tome atenção para os projetos de relevância ora parados nas gavetas das comissões, que deveriam ser submetidos a plenário. Entre essas proposições, destaco a Emenda Constitucional n.º 8, cuja colocação em Ordem do Dia requeiro a V. Exa. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE *(Ranieri Mazzilli)* — A Mesa vai providenciar a respeito da reclamação do nobre Deputado.

Vou dar a palavra aos senhores Deputados inscritos para o Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre Deputado Mário Palmério.

O SR. MARIO PALMERIO — *(Para uma comunicação)* * — Senhor Presidente, na qualidade de representante da região mais conhecida como Brasil Central, na parte referente a meu Estado, Minas Gerais, venho testemunhar nosso inenarrável júbilo pela consumação de Brasília.

Todos os problemas fundamentais da minha região, quase todos, no tocante a transportes, aproveitamento de potencial hidrelétrico, ligações de ferrovias, rodovias e aéreas, segundo vemos, estão resolvidos. E para isso bastou a realização de Brasília.

Não pretendo estender-me em considerações sobre a valorização de toda essa minha região. Desejo apenas registrar — repito — o inenarrável júbilo da região triangulana pela fundação de Brasília.

Quando aluno da Escola Superior de Guerra, e ali se discutia muitas e muitas vezes esse problema da interiorização da nossa Capital, tive oportunidade de aprender que metade do Brasil é povoada e me-

tade desocupada. E estamos vendo que Brasília está começando a resolver seu problema fundamental: o da ocupação territorial brasileira.

Sr. Presidente, congratulo-me com V. Exa., com todos os Deputados que o auxiliaram na transferência da Capital Federal para a nova Capital e, finalmente, com o eminente Presidente da República por ter realizado o difícil problema, o problema fundamental da interiorização da nossa Capital. *(Muito bem, muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE *(Ranieri Mazzilli)* — Dou a palavra ao nobre Deputado Oscar Corrêa.

O SR. OSCAR CORREIA — *(Para uma comunicação)* * — Senhor Presidente e Srs. Deputados, sinto ter de interromper as loas à nova Capital para, congratulando-me inicialmente com o Estado de Goiás pela feliz oportunidade desta inauguração, pela realização do sonho centenário, salientar que, não obstante isso, nosso discurso de 22 de abril de 1960 se concretizou perfeitamente no que se refere às condições de habitabilidade em Brasília. E não apenas às condições de habitabilidade daqueles que, por dever de ofício, ou de mandato, aqui deverão morar, como, sobretudo, pela falta de condições políticas para o funcionamento do Congresso e do Poder Judiciário.

A Câmara e o Senado, incapazes e sem condições perfeitas de funcionamento, como V. Exa. mesmo, Sr. Presidente, acaba de declarar; o Supremo Tribunal Federal — cúpula do Poder Judiciário — em recesso forçado; as atividades políticas sem eco, quando a imprensa não tem como fazer valer a sua voz e não chega aos Estados e quando a opinião pública ainda não se faz sentir, ativa e vigilante, nesta nova Capital. Não se pode mesmo trabalhar, nestes primeiros dias, com proveito. E Brasília, Sr. Presidente, o que é pior, parou depois do dia 21 de

* Não foi revisto pelo orador.

* Não foi revisto pelo orador.

abril. (*Não apoiados*). Ao ritmo de trabalho que edificou as obras da Capital, se substituiu a modorra pachorrenta dos dias de pós inauguração para um descanso das fadigas anteriores. Não temos ainda a *urbs*, não temos a *polis* ou a *ciuitas*, porque as próprias condições jurídicas e institucionais da nova Capital não o permitem, nem temos condições morais ou psicológicas para o exercício de nosso mandato. E, agora, temos notícia de que os modestos candangos, que edificaram esta cidade, estão sendo dispensados e reúnem-se, ao lado de marginais, para invadir terrenos do Instituto dos Industriários, naquilo que se chamou "invasão do IAPI", e que mais de mil déles, em 15 dias, já se apossaram de terrenos entre Brasília e a Cidade Livre, na luta pela sobrevivência e em busca de habitação.

Mudou-se a Capital e assim o possibilitou o Congresso e a opinião pública, pressionados pelo Senhor Presidente da República. E o Presidente mudou-a trazendo todos os vícios e abusos que se haviam aprimorado na cidade do Rio de Janeiro. Brasília começa, nesta matéria, por onde se acabou a velha Capital. De nada valeu que nós, mudancistas, lutássemos por que esta nova Capital se efetivasse, nós, que sempre defendemos esta mudança, para que Brasília se edificasse com condições jurídico-institucionais. Queríamos que, mudando a Capital, mudassem os processos e tivessem fim os abusos e absurdos de toda ordem. Mas, o que vemos, é que a organização que se dá a Brasília na própria lei votada pelo Congresso é o cúmulo, é o ápice, e o pior é a Câmara nesta desorganização.

Deus nos ajude, para que não se confirmem os nossos tristes prognósticos, para que eles se frustrem no futuro, para que Brasília seja, em verdade, aquilo com que sonharam os que por ela lutaram, isto é, a reedificação, a recuperação e a renovação do Brasil. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Tem a palavra o nobre Deputado Armando Carneiro.

O SR. ARMANDO CARNEIRO * — Sr. Presidente, desejo usar da palavra, não no Pequeno Expediente, mas para uma reclamação à Mesa. Hoje, pela manhã, vim à Câmara dos Deputados, mas Vossa Excelência, encontrando-se comigo no corredor, talvez devido à pressa, não me deu muita atenção.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Vou interromper imediatamente V. Exa., para concordar com sua interpelação. Realmente, no particular, este colega de nenhum modo passaria por qualquer outro, sobretudo pelos que lhe são mais próximos, como é o caso de V. Exa., sem que lhe prestasse atenção.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Obrigado a V. Exa.

Há dois dias, Sr. Presidente, às voltas com problema quase insolúvel no apartamento que me foi destinado, qual o da falta de água, e decidido por isso a tomar banho no lago de Brasília, resolvi inscrever-me para reclamar diretamente do Plenário a V. Exa.

Quando das eleições das Comissões Permanentes e Especiais, este seu modesto colega foi escolhido para presidir a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia. Esse órgão técnico, lá no velho Palácio Tiradentes, contava com uma sala, depois entregue às Comissões de Inquérito. Aqui, há um mês, tínhamos certeza de dispor de uma sala para as reuniões, mas, para nossa surpresa, correndo, ontem e hoje, as diversas dependências desta Casa, não encontramos qualquer sala destinada a esse fim.

Pediria, por isso, a V. Exa., Sr. Presidente, que, com o espírito com que sempre tem olhado para os casos da Amazônia, solucionasse o problema, a fim de que a Comis-

* Não foi revisto pelo orador.

— 19 —

são possa funcionar, de fato, e que, com o nosso esforço, possamos dar à Amazônia nosso primeiro plano quinquenal. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — O nobre colega reclama certamente com razão. Este conjunto teve de abrigar as Comissões em caráter provisório, por isso que o Anexo, para onde deverão ser transferidas as maiores, ainda não pôde ser colocado à disposição da Câmara. Envidaram-se todos os esforços, e aproveitou o ensejo para prestar um esclarecimento ao plenário. O Presidente da Casa teve entendimentos com todos os empreiteiros responsáveis pela obra.

O Anexo teve de ser estruturado em seu esqueleto de cimento armado por uma firma, o trabalho de alvenaria foi feito por outra firma, os elevadores entregues, evidentemente a firma especializada. Esta alega que a velocidade para os elevadores poderem dar rendimento nas comunicações entre os dois prédios será uma das maiores já obtidas em toda experiência técnica nesse ramo.

Neste caso, torna-se muito importante completar as casas de máquinas e os poços, que não podem ser os normalmente usados para construções desse tipo.

Quanto à resistência do material, foram alegadas umas tantas dificuldades, e, por último — mas que poderia ser o primeiro — a maior dificuldade ocorreu nos derradeiros momentos da preparação da inauguração: um técnico da companhia de elevadores precipitou-se do 15.º andar. A morte horrível emocionou de tal modo todo o grupo que criou condições psicológicas difficilímas para o reinício dos trabalhos. Estive pessoalmente em todos os locais acessíveis do conjunto Anexo. Sem que ele nos seja entregue — não podemos contar com ele antes de 60 dias — muito difícil é termos salas para todas as comissões. O nobre Deputado José Bonifácio porém to-

mou medidas para que sejam asseguradas as comissões especiais que não puderam contar com salas, por isso que as permanentes tiveram preferência, horários convenientes e os Srs. Presidentes das Comissões serão prestigiados, no sentido de contarem com todos os seus auxiliares para essa fase de adaptação.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Agradeço a V. Exa. e conto com sua colaboração de amigo da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Não tenha dúvida o nobre Deputado. Daremos sem canso nosso esforço.

O SR. BENJAMIM FARAH * — Sr. Presidente, ao ocupar esta tribuna, aqui na cidade de Brasília, sejam as minhas primeiras palavras de saudação a todos aqueles que deram o melhor de seus esforços para a construção desta grande cidade que marca a eficiência, o dinamismo e a capacidade de um governo.

A meu ver, embora não seja pessoa muito ligada ao Presidente, a construção desta Capital é bem a prova de que um governo, quando deseja realizar alguma coisa em benefício do povo, pode fazê-lo.

Falo na qualidade de representante carioca. Apesar de ser representante do Estado da Guanabara tenho também minha admiração por esta grande obra. Brasília abre novos caminhos e será sem dúvida o trampolim para a conquista de áreas abandonadas, a nova estrada para o desenvolvimento da nossa economia e da integração nacional.

Quero, assim, saudar aqueles que deram seus esforços, aqueles que deram a própria vida, como Bernardo Sayão e outros, na realização deste grande empreendimento, sem favor algum o maior de quantos já se fizeram no País. Minha saudação é toda especial aos nossos irmãos os mais modestos,

* Não foi revisto pelo orador.

— 20 —

aqueles que vieram de todos os recantos do País, sobretudo os que vieram do Norte e Nordeste, os chamados candangos que, no seu trabalho anônimo, ajudaram a construção de uma obra que vem marcar uma nova etapa no desenvolvimento e na grandeza desta Pátria.

Com estas breves palavras, Senhor Presidente, quero fazer um apêlo à Mesa, aos Líderes, às Comissões técnicas, ao plenário, para que se vote, no mais curto espaço de tempo, o projeto que manda abrir o crédito de 3 bilhões de cruzeiros para o Estado da Guanabara. Nós, daquele Estado que vimos sair assim a Capital, a sua transferência para Brasília, estamos enfrentando problemas da maior gravidade. Conflito nesta Casa. Espero que os representantes do povo ajudem àquele Estado, que abrigou durante tanto tempo a Capital da República, e onde encontraram esses representantes, em todos os momentos, o melhor carinho e o maior apoio. Esse abrigo todos os brasileiros encontram na Cidade do Rio de Janeiro onde a população não tem preconceitos, não faz restrições a ninguém e a todos recebe de coração aberto.

Espero que a Câmara aprove este projeto no mais curto espaço de tempo.

Sr. Presidente, encontra-se também nesta Casa proposição que dispõe sobre o aumento dos militares. O projeto causou certo mal-estar nas Forças Armadas, em consequência da Tabela do Poder Executivo. O Estado-Maior elaborou outra tabela, mais justa e racional.

Não queremos nós a eliminação da tabela oficial, que veio acompanhada da Mensagem do Poder Executivo. Também não devemos aceitar na íntegra a tabela apresentada pelo Estado-Maior das Forças Armadas. Depois de longo debate entre todas as organizações de classe, não só dos escalões superiores, como dos inferiores, fizemos uma tabela que constitui o

equilíbrio entre a do Poder Executivo, a do Estado-Maior das Forças Armadas e aquela que decorreu do estudo de todos os representantes dos órgãos de classe.

Ao encaminharmos esta tabela, pedimos que a Mesa tome providências no sentido de que os órgãos técnicos dela tomem conhecimento e se manifestem a respeito.

Para terminar, já que meu tempo é curto, desejo recordar a Vossa Excelência que o projeto sobre classificação de cargos dos funcionários públicos civis da União estava em regime de urgência no antigo Palácio Tiradentes. Em consequência porém, da mudança da Capital, vários projetos foram votados às pressas, o mesmo não tendo acontecido com o da classificação de cargos, apesar da urgência e de se tratar de proposição da mais alta relevância. Daí a indagação que faço a V. Exa., Sr. Presidente, sobre se esse projeto, na próxima sessão, não pode constituir matéria da Ordem do Dia, em primeiro lugar na pauta. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — O próprio Deputado Benjamim Farah responde à sua pergunta, quando declara que a proposição referente à classificação de cargos do funcionalismo público civil da União está em regime de urgência. E nesse regime constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã. (*Palmas*).

O SR. BENJAMIM FARAH — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Com a palavra o nobre Deputado Carvalho Sobrinho, último orador do pequeno expediente nesta primeira fase.

Não havendo Ordem do Dia, vamos voltar ao pequeno expediente, depois de falar o nobre Deputado João Agripino, Líder do Partido, que usará da palavra no tempo correspondente ao horário da Ordem do Dia. Há, entretanto, oradores no grande expediente.

— 21 —

Com a palavra o nobre Deputado Carvalho Sobrinho.

O SR. CARVALHO SOBRINEO — Sr. Presidente, não venho bater ao muro das lamentações, em cujas alturas se encontra V. Exa.

Nada tenho a reclamar. Nada tenho a perguntar senão dizer a V. Exa., Sr. Presidente, que frequentando esta Casa, como deputado, por longos quatorze anos, eu não poderia esquecer o velho Padre que nela me tem acompanhado com seus ensinamentos, que me tem dado coragem e humildade, que me tem ensinado a encontrar caminhos para compreender e interpretar muitas das coisas que, para mim, estavam ou estão erradas. Quero referir-me a um dos grandes precursores da interiorização do Brasil, que foi o Padre Antônio Vieira, na catequização dos índios, ensinando a língua, interpretando e divulgando os textos sob o signo da Cruz.

Dizla êle, se não me engano, no Sermão da Terceira Domingo, quando se referia ao Vale de Joséfá, que nós, nós os Romanos viventes, nascemos duas vezes: uma pelas mãos de Deus e a outra pela mão de nossos próprios atos.

Sr. Presidente, Brasília foi um imperativo constitucional, está hoje construída pelas nossas próprias mãos, pelos nossos atos, pelas nossas decorações legislativas. E não podemos chegar aqui, apenas, para verberar erros passados, se eles foram também nossos e, coletivamente nossos. De mim tenho, apenas, que invocar o espírito do velho Padre Vieira para que êle nos ensine a sermos humildes. A nós e ao Sr. Presidente da República que com humanas razões, deve estar possuído hoje de um orgulho romano, quase cesário, mas que por isso mesmo, deve descer para a grandeza da humildade de suas realizações imensas e a fim de que neste planalto possamos, todos, renascer dos nossos próprios atos, edificando com coragem e dignidade um Brasil me-

lhor, um Brasil de maior futuro. *(Muito bem; muito bem. Palmas).*

O SR. GURGEL DO AMARAL — *(Para uma questão de ordem)* * — Sr. Presidente, Deputado há cerca de quinze anos, tendo ocupado a liderança de uma bancada por mais de cinco anos, e, honrado com a eleição para a Primeira Secretaria desta Casa, sabem os meus pares das minhas atitudes equilibradas e comedidas. Todavia isto não significa que não defenda os meus direitos maximé aquêle que, face à constituição, são imposteráveis e mesmo indeclináveis.

Explica-se, assim, a reclamação que há dias fiz a V. Exa., Sr. Presidente, de referência à atitude arbitrária da autoridade pública que, através de um dos seus agentes invadiu-me a residência, em minha ausência. Estava lá somente modesta cozinheira. Mesmo assim, fez ela cliente êste agente da autoridade que eu lhe havia dado ordem de não permitir a entrada em meu domicílio, em minha casa, em meu lar, de ninguém, sem minha autorização, ou sem que minha esposa ou eu estivesse presente. Entretanto, Sr. Presidente, êsse agente da autoridade invadiu o meu lar, ventou forçar a porta do quarto do casal, ameaçou a empregada para que ela arranjasse, de qualquer maneira, as chaves do mesmo, pois, dizia, estava fazendo uma investigação a respeito de móveis que teriam sido saqueados.

Ora, Sr. Presidente, em primeiro lugar, quando vim com a família para Brasília, eu, que pertencço ao Bloco Mudancista, eu, que fiz parte da Comissão Especial de Mudanças, eu, que ainda considero necessidade nacional essa transferência, tive o cuidado de obter o que aqui se chama o OK do Senhor Felinto Eptácio Mala, e êste me foi dado verbalmente, e depois por escrito, por intermédio do Senhor Deputado Nelva Moreira. Pois bem; aqui che-

* Não foi revisto pelo orador.

— 22 —

gando, nada encontrei, e a explicação que me deram foi a de que o meu apartamento havia sido saqueado.

Se eu era vítima, não havia razão para estar sofrendo esse vexame. E, mesmo que vítima não fôsse, só minha qualidade de cidadão brasileiro — não minhas imunidades parlamentares ou minha inviolabilidade como parlamentar — não permita que a autoridade pública, sem estar munida de mandado judicial, penetrasse na minha residência.

Estes fatos todos estão publicados. Publicado foi ainda que o Senhor Deputado Euclides Wicar e sua Exa. esposa foram agredidos em rua desta Capital. Noticiado foi também que o Sr. Deputado Clóvis Pestana foi atropelado e até hoje não se tem notícia da abertura de inquérito.

Em consequência, procurei ontem o Sr. Chefe de Polícia, Sr. General Osmar Dutra, que me informou que até o momento nenhuma providência lhe foi solicitada pela Mesa da Câmara. Se alguma providência tivesse sido pedida, até mesmo no seu caso, teria mandado abrir inquérito, porque julgava inqualificável o procedimento desse agente da autoridade pública.

Sr. Presidente, evidentemente, muitos desses fatos são de ordem privadas e talvez não tenham sido comunicados a V. Exa. Não estou a par disso. Quero, numa demonstração ainda do meu espírito de colaboração, para o bom nome da Câmara dos Deputados, como instituição, solicitar a V. Exa. que esta sessão não se encerre, sem que dê as devidas explicações, os devidos esclarecimentos, que a opinião pública está a exigir. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. NILO COELHO — (*Sobre a questão de ordem*) * — Sr. Presidente, desejo prestar esclarecimentos à Casa. Foi designado, por solicitação insistente de V. Exa., do nobre Deputado Nelva Moreira

* Não foi revisto pelo orador.

e do nobre Deputado José Bonifácio, para superintender o serviço de mobiliamento dos apartamentos dos Deputados, em virtude dos constantes atritos havidos entre os representantes do Executivo, do Grupo de Trabalho, e colegas desta Casa, que iam ao depósito exigir prioridade para o mobiliamento de seus apartamentos.

O incidente havido com o Deputado Gurgel do Amaral deu-se exatamente no dia em que fui designado para o cargo referido. Sua Excelência me procurou à tarde, no depósito de móveis, para solicitar uma complementação de móveis em seu apartamento. Foi pronta e particularmente atendido por este colega, porque já naquela altura um incidente se tratava entre a engenharia encarregada do setor de móveis do Grupo de Trabalho do Executivo e o Deputado Gurgel do Amaral. Uma recomendação expressa foi expedida, no sentido de que nenhuma vistoria se efetuasse no apartamento de S. Exa., única recomendação encaminhada aos funcionários da Câmara que, naquela altura, realizavam um levantamento completo dos apartamentos de Deputados que haviam deixado chave em Brasília, para que seus aposentos fôssem mobiliados.

O reparo que desejo fazer à Casa é que o apartamento do Deputado Gurgel do Amaral não foi vistoriado por nenhum funcionário da Câmara ou do Grupo de Trabalho do Executivo que estivesse obedecendo a determinações do Deputado que ora fala.

Dando estas explicações, já aceitas pelo Deputado Gurgel do Amaral, acredito que estejam devidamente justificadas as atitudes. Funcionários tudo fizeram para que não se repetissem, nesta altura, os tristes episódios que vivemos nos dias 26 e 21 de abril.

Este, Sr. Presidente, o esclarecimento que queria prestar à Mesa e à Câmara dos Srs. Deputados. (*Muito bem*).

— 23 —

O SR. EUCLIDES WICAR PES-
SOA (*Para uma comunicação*) —
Sr. Presidente, Srs. Deputados, não
era meu desejo trazer problemas
a esta Casa no primeiro dia do seu
funcionamento na nova Capital da
República, Brasília.

Como é do conhecimento da
maioria da Câmara, sou um entu-
siasta da mudança da Capital pe-
los benefícios que trará ao Brasil,
nos próximos anos.

Entretanto, tendo sido citado no-
minalmente pelo meu particular
amigo e nobre colega, Deputado
Gurgel do Amaral, como vítima de
agressão física em incidente ocor-
rido em virtude da natural balbúr-
dia que impera nesta Cidade, dese-
jo esclarecer o seguinte:

Sr. Presidente, no dia da para-
da das máquinas e dos candangos
que colaboraram na construção de
Brasília, dirigia eu uma camioneta,
estando em minha companhia
minha mulher, minha mãe e o En-
genheiro Joaquim Athalde, quan-
do, de uma fila de máquinas de
terraplenagem saiu, subitamente,
uma garotinha que quase foi atropelada
pelo meu veículo. Graças a
Deus nada aconteceu, e tudo não
passou de um susto meu e de meus
parentes e do grupo que, ao longo
do Eixo Rodoviário, assistiu à ce-
na. Depois de viajar quase 2 quilô-
metros, voltei pelo mesmo trajeto,
quando notei que se formava um
grupo no meio da estrada, pro-
curando fazer com que parasse o
carro. Diminuí a marcha da ca-
mioneta e, em seguida, um cami-
nhão se atravessou no leito da es-
trada. Foi imediatamente cercado
por cerca de 30 homens, alguns pro-
curando retirar-me da camioneta.
Graças a São Francisco de Canin-
dê eu não estava armado. Assim
não fiz qualquer disparo. Firman-
do a porta com a mão esquerda,
procurei afastar os agressores com
o braço direito, conseguindo afas-
tá-los. Houve, realmente, algum
tumulto, mas sem ferimento para
ninguém. Não sofri qualquer le-
são, nem qualquer dos ocupantes
do carro. Desejo que este ponto fi-

que bem claro. Foi informado, na-
quele mesmo instante, que a me-
nina era filha de um empreiteiro
da NOVACAP, Sr. Sebastião Ca-
margo. Chegou ao local um enge-
nheiro meu amigo e, com a sua
interferência, o incidente foi en-
cerrado. No dia seguinte fui pro-
curado em minha casa pelo refe-
rido Sr. Sebastião Camargo que,
em companhia de amigos comuns,
apresentou-me, em seu nome e no
da firma a que pertence, desculpas
pelo ocorrido. Aliás, conversei sô-
bre o caso com o líder Abelardo
Jurema e com o meu particular
amigo Senador Ruy Carneiro, di-
zendo-lhes que o incidente estava
encerrado.

Sr. Presidente, não procurei Vos-
sa Excelência porque, com a visita
à minha casa do Sr. Sebastião
Camargo e as providências tomadas
pela firma a que pertencem os agres-
sores, que os despediu, no meu en-
tender nada mais havia que tra-
tar. O caso, repito, estava encer-
rado.

Era o que tinha a esclarecer a
V. Exa. e aos meus nobres pares.
(*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — O no-
bre Deputado Gurgel do Amaral
trouxe uma colaboração à Mesa,
porque cumpre ao Presidente da
Câmara agir pronta e eficazmente
na defesa de uma presença inte-
gral, e mesmo protegida nesta no-
va sede do Governo, para que nos
contamos apoiados na Constitui-
ção, para o cumprimento dos deve-
res árduos do nosso mandato. É
certo que S. Exa. procurou o Pre-
sidente da Casa no dia seguinte ao
incidente, tendo estado à noite em
nossa residência, mas lá não nos
encontrou porque nos achávamos
no acampamento da Metropolitana,
que é distante e só regressamos à
casa depois da meia noite, em fa-
ce de dificuldades decorrentes de
caminhos não sinalizados. Tão de-
pressa o nobre Deputado Gurgel
do Amaral trouxe ao nosso conhe-
cimento aquela ocorrência, toma-
mos providências, solicitando ao

nobre Deputado Nilo Coelho que diligenciase para verificar do que se tratava, *in loco*, e desde logo tomava medidas junto ao Grupo de Trabalho do Executivo.

Informou-me o nobre Deputado Nilo Coelho que já havia tomado tôdas as providências e se havia entendido com o nobre Deputado Gurgel do Amaral e que, embora acorde com S. Exa. — quanto às condições de habitabilidade, com a necessidade de evitar-se inclusive que pessoas de má-fé se aproveitassem naquele momento da ausência dos funcionários do Grupo de Transferência e outros que deviam ir à residência dos Senhores Deputados para as providências de instalação e habitação — S. Exa. estava também sem poder identificar ou fornecer outros elementos que nos levassem à identificação de algum agente que tivessse entrado abusivamente na ausência do nobre Deputado ou de qualquer familiar seu, aproveitando-se da menor resistência de uma doméstica.

Prestei ao nobre Deputado Gurgel do Amaral êsses esclarecimentos e entendi realmente que devia tomar as providências de conjunto providências gerais, a respeito do assunto, e tenho encontrado, de parte do nobre Chefe de Polícia desta Capital Federal, meu velho conhecido e amigo de longa data, todo o apoio para as medidas de ordem geral e, neste particular, do nobre Deputado Gurgel do Amaral; efetivamente a Mesa não levou ao conhecimento da Casa. Sua Excelência teve todos os esclarecimentos sobre o assunto da parte do Deputado Nilo Coelho. Mais ainda: o esclarecimento de que tinha dado ordem terminante para que nenhum funcionário da Câmara ou de qualquer Grupo de Trabalho fôsse à residência do nobre Deputado e ainda de que qualquer contato com S. Exa. fôsse por seu intermédio e a S. Exa. comunicado. Assim, por intermédio de Sua Excelência, e só de S. Exa. seria estabelecido contato com o Deputado Gurgel do Amaral.

Quanto ao ilustre Deputado Euclides Wicar, devo confessar a Sua Excelência que, embora tenha sido o fato amplamente anunciado pela imprensa, somente o li no recorte que me foi trazido, e no qual se aludia ao incidente. Procurei saber de outro Deputado detalhes sobre o ocorrido. Penso que a Casa terá lido êsse noticiário. Soube que o outro parlamentar havia viajado. Por sinal me encontrara com êle no Aeroporto, acompanhado de sua senhora e êle me informou no Aeroporto que saiu muito satisfeito de Brasília e não se referiu a nenhum acidente.

Quando fui à Câmara, tive conhecimento do recorte sobre êste acidente. Soube, por intermédio do Deputado Gurgel do Amaral, que outro jornal noticiara o fato comunicado pelo Deputado.

Quanto ao nobre Deputado Clóvis Pestana, também meu velho amigo, vítima de acidente que poderia ter sido fatal, pois um caminhão o atropelou quando se dirigia a pé, ao sair do Grupo de Trabalho da Câmara, em direção ao trevo mais próximo, posso informar que o primeiro socorro foi prestado pelo nobre Deputado Nicolau Tuma, que se encontrava tomando refeição nas imediações.

Informado de que um Deputado havia sido atropelado, procurei S. Exa. esclarecer o que ocorria e verificou que se tratava do nobre colega Clóvis Pestana, ex-Ministro da Viação. Foi o ilustre representante paulista imediatamente ao encontro do colega acidentado, e, em conexão com o nobre Deputado José Bonifácio, com quem se comunicou imediatamente, transferiu o Deputado Clóvis Pestana para o Hospital do IAPF, onde fui encontrar S. Exa. efetivamente bastante ferido, com equimoses e ameaça de comoção.

Seu acompanhante era um sobrinho, com quem procurei ter entendimento, pessoa que também já conhecia anteriormente, que fôra Secretário do nobre Deputado Clóvis Pestana quando Ministro da

— 25 —

Viação. Esse seu parente expressou-se precisamente nos termos da notícia do nobre Deputado Nicolau Tuma e disse que o próprio motorista do caminhão havia tomado as primeiras providências no sentido de prestar socorros ao Deputado Clóvis Pestana e que não havia necessidade de nenhuma outra providência, pois parecia que realmente o Deputado Clóvis Pestana estava um pouco desprotegido quando do atropelamento.

Entendi-me com os médicos de S. Exa., imediatamente. Eles não tinham prognósticos, mas desaconselhavam qualquer remoção do nosso colega, que devia ficar em absoluto repouso no hospital. Apenas desejavam, na forma solicitada pelo sobrinho do Deputado Clóvis Pestana, que fosse comunicado o acidente à sua senhora, no Rio de Janeiro, a fim de que ela se decidisse sobre sua viagem para cá, se desejasse.

Havia muita dificuldade de transporte no momento. Isto foi no dia 19, ou 20, à noite. A minha noção de tempo está um pouco prejudicada, pelas noites indormidas que tenho passado, conforme é do conhecimento dos ilustres colegas.

Nesse sentido tomei imediatamente providências junto ao Presidente da República, e S. Exa. mandou reservar um avião para às oito horas da manhã, à disposição do Deputado Clóvis Pestana, em caso de ser necessária a sua remoção para o Rio de Janeiro. Esse aparelho permaneceu à ordem da Presidência da Câmara até às nove horas da manhã, quando os médicos esclareceram que não havia necessidade da remoção daquele ilustre parlamentar e apenas aguardavam a chegada de sua senhora. Esta só pôde chegar à Brasília num avião militar, pois não havia outra possibilidade. Dirigi-me ao hospital, a fim de ter com a senhora Clóvis Pestana os primeiros entendimentos sobre o que se fizesse necessário para a remoção do casal ao Rio de Janeiro.

São estas as informações que deveria prestar ao Deputado Gurgel do Amaral sobre assuntos que realmente precisam e devem ser elucidados, porque o objetivo da Presidência, e com ela o da Mesa, é o de dar o máximo de apoio e cobertura à presença dos nobres Deputados nesta cidade.

O SR. GURGEL DO AMARAL —
* — Senhor Presidente, agradeço a V. Exa. os esclarecimentos e quero comunicar à Casa, que, depois das providências tomadas por V. Exa., efetivamente ninguém mais procurou minha residência, fôsse para nela entrar pela violência, fôsse procurando entendimento comigo, de modo que, neste particular, considero o assunto encerrado. E aguardo que isso não mais se repita no Brasil. *(Muito bem)*.

O SR. CARMELLO D'AGOSTINO — *(Para uma questão de ordem)* — Senhor Presidente, minha questão de ordem é para dirigir a V. Exa. uma reclamação de caráter pessoal, reclamação que faço para que se ajustem as situações dos Deputados, daqueles que se encontram nas mesmas condições em que me encontro.

Estive aqui no sábado anterior, no dia da instalação do Congresso e fui ver meu apartamento. Infelizmente, encontrei-o ainda por terminar — janelas sem vidros, sem serem raspados, não havia água, torneiras, nem mesmo banheira ou chuveiro, nem elevadores. Enfim, nada que pudesse possibilitar a permanência de uma família.

O homem precisa da residência para o abrigo contra as intempéries, precisa dela para a mesa da alimentação, para seu recato íntimo. Nada disso possuía o apartamento do prédio a que me dirigi, que pudesse dar a este homem os mínimos confortos humanos necessários como moradia.

Procurei o construtor, sócio da firma Junqueira Cavalcanti. Prometeu-me esse senhor que, no pró-

* Não foi revisto pelo orador.

— 26 —

ximo dia 21, na quinta-feira, eu teria o apartamento pronto ao menos em condições de dormir nele.

Sr. Presidente, resumindo minha reclamação: — até hoje o apartamento não está pronto. Não posso habitá-lo. Fui convidado a ser hóspede da Câmara no hotel de Brasília. Não aceito esse convite, não posso pretender, tendo eu um apartamento alugado, e às minhas expensas, não da Câmara que seriam as do povo, para que cumpra o meu dever público em Brasília. Exerço um mandato conferido pelo povo de São Paulo, e que para exercê-lo deve esse povo pagar a minha estada nesta Capital.

Peço a V. Exa., Sr. Presidente, providências, reclame das firmas construtoras para que terminem os apartamentos dos Deputados, entregando-os em condições de serem habitados, para que não continuem os representantes da Casa à custa da Câmara, morando em hotéis à custa da Nação.

Sr. Presidente, minha reclamação eu a deixo exarada nesta primeira sessão da Câmara dos Deputados para que se compreenda sentir-me constrangido a cumprir o meu dever, ante expensas extraordinárias do País. Que se exija dos construtores o apressamento das obras e que cesse assim a lacuna que venho de expor a V. Exa. — *(Muito bem; muito bem)*.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO — Senhor Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — *(Ranieri Mazzilli)* — Pergunto ao nobre Deputado se é sobre a mesma matéria suscitada pelo Deputado Carmelo D'Agostino.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO — Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tendo em vista a reclamação do Deputado Carmelo D'Agostino, a Mesa informa ao plenário que foram tomadas todas as providências a seu alcance no sentido de que os Srs. Depu-

tados e funcionários pudessem ocupar seus apartamentos.

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO — E' sobre este assunto que eu queria propor a V. Exa. uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — *(Ranieri Mazzilli)* — Vou concluir para prestar os esclarecimentos a que tem direito o nobre Deputado Carmelo D'Agostino. Depois darel a palavra a V. Exa.

O nobre Deputado Clemens Sampaio tem-se esforçado, da maneira mais ativa, para que cessem as dificuldades de acabamento de alguns desses imóveis que precisam ser prontamente entregues. Estou apenas precisando que a colaboração do nobre Deputado Carmelo D'Agostino também vá ao ponto de permitir que a Mesa da Câmara, responsável também em parte pela presença dos Srs. Deputados nesta nova sede, promova os meios ao seu alcance para que aqui permaneçam os Srs. Deputados, nas condições de dignidade a que têm direito. Foi por isto que a Mesa reservou apartamentos para os Srs. Deputados, pois nem ela nem os Srs. Deputados têm qualquer responsabilidade pelo atraso destas entregas e não se pode comprometer a normalidade dos trabalhos da Câmara dos Deputados.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO — * — Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro, pela minha voz, vem propor a V. Exa. uma questão de ordem concernente aos interesses do funcionamento do Poder Legislativo que se transferiu para a nova Capital, não para aqui se estabelecer um muro de lamentações em torno de alcáfitas ou de conforto de parlamentares *(palmas)*, mas com a alta e nobre missão de enfrentar, dentro da larga perspectiva histórica que se apresenta ao País e emocionada ao mais humilde homem no mais longínquo recanto do Brasil, a necessidade

* Não foi revisto pelo orador.

— 27 —

imperiosa de enfrentar, agora, a larga responsabilidade que nos cabe na elaboração legislativa de matérias urgentes e da maior importância que estão sendo submetidas ao Congresso Nacional (*muito bem*), como o Plano de Classificação, a Lei de Previdência, a Regulamentação do Direito de Greve, a Reavaliação dos Ativos das Empresas Concessionárias de Serviço Público, o problema da Reforma Agrária (*Palmas*), os projetos que disciplinam a remessa de lucros do capital estrangeiro, enfim, a responsabilidade que recaí, agora, como nunca, no Congresso, de dentro dos novos horizontes e das perspectivas que se abrem hoje nesta Casa, enfrentar, com ousadia, com coragem, com inteligência, com lucidez, os grandes problemas nacionais, para oferecer soluções através de diplomas legais definitivos.

Dentro deste pensamento é que o Partido Trabalhista Brasileiro propõe a V. Exa., Senhor Presidente, a sua primeira questão de ordem. É, sobre o processamento que a Mesa pensa dar ao projeto que estamos examinando, através de emendas do Senado ao Plano de Classificação. Proporia a Vossa Excelência se nisso convier o nobre Líder da Maioria, como o nobre Líder da Oposição, que se reabrisse o prazo à Comissão de Orçamento para que a ela fôsse assegurado também oferecer o seu parecer, embora dentro do prazo limitado que a urgência impõe nos termos regimentais.

Esta era a questão de ordem, Senhor Presidente. E aproveito a ocasião para deixar um apêlo aos companheiros, a fim de que se dirijam à Secretaria da Casa e, em particular, lá apresentem os problemas pessoais que tenham, mas que esta tribuna do povo fique reservada para os grandes problemas do País. (*Muito bem*).

O SR. JOÃO AGRIPINO — *
— Senhor Presidente, ouvi as palavras do nobre Deputado Osvaldo

* Não foi revisto pelo orador.

Lima Filho, Líder do PTB, com as quais estou inteiramente de acordo. (*Palmas*). Não há um só Deputado que esteja em condições diferentes daquelas mencionadas pelos oradores da Câmara, inclusive V. Exa. que, até a data de hoje, não tem ainda instalado, no seu apartamento, nem telefone, nem os móveis necessários à sua família. Mas nesta tribuna nenhum homem da Oposição reclamou qualquer coisa. Os oradores que aqui estiveram reclamando as condições de vida de Brasília foram da Maioria, entre eles se destacando muitos mudancistas. Nós outros, que tínhamos restrições à data da mudança, porque sabíamos faltarem condições para tal, nos dispomos a arcar com o sacrifício necessário, desde que a Maioria resolveu mudar. O que não me parece certo é que, depois de instalar o Congresso em Brasília, nós próprios estejamos aqui a desmoralizar este Congresso (*palmas*), reclamando contra aquilo que nós homens humildes, estamos habituados a sofrer na vida do interior do País.

Por outro lado, não nos parece certo que estejamos a perturbar a vida normal da Câmara dos Deputados. A hora é de que todos se unam. Maioria e Minoria, Governo e Oposição, para colocar bem alto o Poder Legislativo sob pena de falirem as instituições democráticas. É indispensável que todos se compenetrem destas responsabilidades e dêem, em Brasília, ao Brasil, o exemplo que o povo brasileiro espera. (*Muito bem*).

Sr. Presidente, assistimos à inauguração, testemunhamos todos estes atos e, até certo ponto, compreendemos a falta de organização e de planejamento, tanto da Câmara, como da NOVACAP, como do Grupo de Trabalho do Executivo, de transferência de milhares de pessoas para uma cidade inacabada. Mas o certo é que o Congresso não pode parar. Porque, quando o Congresso para, Sr. Presidente, param também as instituições demo-

— 28 —

críticas, faltando a mais solene e nobre das tribunas democráticas, que é a da Câmara ou do Senado.

Na parte relativa ao apêlo que fez o Líder do PTB para que seja reaberto o prazo à Comissão de Orçamento e de Finanças, a fim de falarem novamente sobre o projeto de classificação dos funcionários públicos, devo declarar que as palavras do meu ilustre amigo e colega Osvaldo Lima Filho calaram profundamente no meu espírito. Mas, não quero concordar sem saber de V. Exa. se há fermento, à nossa Lei Interna, porque nossa disposição é não permitir em Brasília possa o Regimento ser atingido, seja de que forma for. Nosso propósito nesta Casa, Sr. Presidente, é defender a Constituição, as leis do País, o Regimento Interno. (*Muito bem*).

O Sr. Rui Ramos — Como o de todos nós.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Se, porém, não há ofensa ao Regimento, não temos por que não acudir ao apêlo do Líder do PTB, que estou certo, foi feito na melhor das intenções, sem a manifestação mais leve de atentar contra a lei desta Casa. (*Muito bem*).

O SR. SÉRGIO MAGALHÃES — (*Para uma comunicação*) * — Senhor Presidente, solicitei a palavra para uma reclamação, tendo em vista justamente ser esta a primeira sessão regular da Câmara dos Deputados aqui na nova Capital da República.

Apresentei, no início da atual legislatura, uma série de projetos de lei, com duplo objetivo. Em primeiro lugar, de trazer à apreciação do Congresso aquela matéria de natureza econômica e que foram praticamente usurpadas pelo Poder Executivo. E, em segundo, fazer com que o País seguisse uma política econômica uniforme, de caráter nacionalista, de modo a reduzir ao mínimo o sofrimento do povo brasileiro com a aplicação do grande plano de desenvolvimento

* Não foi revisto pelo orador.

econômico. Nessa ordem de idéias, Senhor Presidente, é que vou trazer à Mesa a primeira reclamação referente ao Projeto n.º 30, de 59, que faculta aos investidores nacionais o direito de realizar a importação de equipamentos pelo mercado de taxas livres.

Naquela ocasião já era visível a tendência à transformação do caráter do mercado livre, que havia sido criado como *mercado financeiro*. As autoridades monetárias vinham lançando produtos de exportação no mercado livre, para facultar aos investidores estrangeiros uma taxa favorável à remessa de lucros para o exterior. Visávamos com o Projeto n.º 30-59, que a indústria nacional pudesse se beneficiar da nova situação criada em relação ao mercado livre, pelo menos no que tocava à importação de equipamentos. Reunida em Congresso na segunda quinzena de março do ano passado, a Associação dos Diretores de Venda aprovou unânimemente um voto de aplausos ao Projeto 30-59, por considerar que a providência nele encarecida criaria uma situação de equidade entre investidores nacionais e estrangeiros. Como se sabe, estes últimos gozam de facilidade de importar equipamentos sem cobertura cambial.

Durante o ano de 1959 e até o presente a política de lançar produtos de exportação no mercado livre, foi mantida e ampliada, a ponto de só se haver conservado no mercado oficial: o café, o cacau e a mamona. O mais justo seria o estabelecimento de categorias de exportação atendendo à formação dos custos de cada produto, segundo o Projeto n.º 337, de 1959, de nossa autoria. Entretanto, atendendo à unilateralidade da política cambial do governo, tendente a beneficiar exclusivamente o setor estrangeiro da economia, reputo de primeira prioridade faculte a Câmara, aos investidores nacionais, o acesso ao mercado livre.

Para que não se suponha haver exagêro de nossa parte, transmi

— 29 —

à Casa a seguinte informação: No ano passado a oferta de divisas na categoria geral baixou em cerca de 80 milhões de dólares, passando de pouco menos de 420 milhões para 339 milhões. Houve portanto um agravamento da situação dos investidores nacionais, que são levados à associação com empresas estrangeiras em face do regime instaurado pela 113. Acrescenta-se que a Câmara continua até o presente abdicando em favor da ... SUMOC do poder de legislar em matéria cambial.

O ilustre presidente da Comissão de Economia da Câmara, Deputado Daniel Faraco, considera que não apenas os equipamentos como também todos os produtos da categoria geral poderão ser importados com divisas adquiridas no mercado livre, tendo em vista a amplitude adquirida por este mercado nos últimos tempos. Com tal objetivo apresentou o Projeto n.º 599, de 1959. Reputo altamente louvável o empenho do nobre Deputado. Desejo entretanto, chamar a atenção da Casa para a necessidade de ser acelerada a tramitação das proposições que visam equiparar investidores nacionais e estrangeiros no que toca à importação de bens de produção, sob pena de que tais providências legislativas não sejam aprovadas a tempo de deter a completa desnacionalização da indústria brasileira.

Por todos estes motivos, solicito as providências de V. Exa., Senhor Presidente, junto às Comissões da Casa. Segundo se alegava, o trabalho legislativo na velha Capital da República se tornava difícil. E' bem possível que em Brasília, nesta tranqüilidade, se possa dar andamento a este projeto, que reputo do mais fundamental interesse do nosso País. (*Multo bem*).

O SR. PRESIDENTE — (*Ranieri Mazzilli*) — Tem a palavra o Senhor Ruy Ramos, primeiro orador do Expediente.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Sr. Presidente, pergunto a Vossa

Excelência se vai responder à questão de ordem do Senhor Deputado Osvaldo Lima Filho. S. Exa., levantou em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, uma questão de ordem e eu gostaria que V. Exa. respondesse.

O SR. PRESIDENTE — Estou reunindo os elementos para resolver a questão de ordem formulada tendo em vista prazos. Mandei verificar quais os prazos atingidos e aqueles por atingir.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Então, se V. Exa. me permite, queria oferecer um adendo à questão de ordem do Sr. Deputado Osvaldo Lima Filho.

O SR. PRESIDENTE — (*Ranieri Mazzilli*) — V. Exa. deve solicitar licença ao orador.

Aliás, no interesse de toda a Casa e dos nobres colegas, por isso que cada um terá sua oportunidade para falar, a Mesa vai fazer a contagem do tempo, já que agora está na tribuna o orador do Grande Expediente. O nobre Deputado Senhor Rui Ramos dispõe de 40 minutos para fazer sua oração e o tempo tomado para levantar a questão de ordem não será compensado. Portanto, só o nobre orador pode dizer se concede ou não permissão para que o ilustre Deputado Senhor Bocayuva Cunha suscite sua questão de ordem.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Se me permite o nobre orador, em poucos segundos acrescentarei um adendo à questão de ordem do Senhor Osvaldo Lima Filho.

O SR. RUY RAMOS — Pois não.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência tem a palavra, com o consentimento do orador.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — (*Para uma questão de ordem*) * — Senhor Presidente, estou muito preocupado com a má repercussão que advirão certamente em todo o País dos resultados desta primeira sessão histórica do Congresso em Brasília.

* Não foi revisto pelo orador.

— 30 —

Há poucos dias, em reunião com os líderes sindicais no meu Estado, quando estudávamos os problemas que seriam resolvidos pelo Senhor Governador Roberto Silveira, ontem 1.º de maio, nas mensagens enviadas à Assembléa Legislativa, tive oportunidade de sentir a péssima repercussão que causaram em todo o meu trabalhador, reclamações de desconforto, admito que justificadas, feitas por inúmeros colegas nossos.

Ouvi mesmo de um líder sindical do meu Estado que se admirava muito de que deputados que haviam recebido 318 mil cruzeiros de ajuda de custo para se mudarem para Brasília, tenham chegado aqui e reclamado por não encontrarem colchões de molas e toalhas, como noticiou a imprensa. Dizia êle que o povo brasileiro sabia muito bem que Brasília tinha sido construída à custa dos trabalhadores que se tinham sacrificado para essa construção; que estava satisfeito e orgulhoso como patriota e brasileiro, mas que não admitia que representantes do povo, que já sabiam que tinham de vir para cá, viessem, agora, fazer exigências sobre desconforto, quando o País inteiro tinha sofrido, para que se conseguisse esta obra.

Por isso, Senhor Presidente, o adendo que faço é no sentido de que tôdas as reclamações sejam dirigidas por escrito à Mesa para que possam ser resolvidas como devem e assim não se dê ao público a impressão de que no Congresso só se trata do conforto dos Senhores Deputados, no primeiro dia da sessão.

O SR. CLEMENS SAMPAIO — Até porque esta é uma Casa de homens responsáveis e a Mesa já tomou providências para que todos os Senhores Deputados sejam devidamente atendidos. (*Muito bem*).

O SR. HERBERT LEVY — * — Senhor Presidente, com o consentimento do nobre orador, Depu-

* Não foi revisto pelo orador.

tado Ruy Ramos, que está ocupando a tribuna, desejaria comunicar a V. Exa. que não trago qualquer reclamação, pois creio nós viemos para Brasília com o espírito de enfrentar tôdas as dificuldades e cumprir nosso dever de legisladores. O que venho fazer é uma interpelação à Mesa, e especialmente a V. Exa., porquanto cabe à Mesa preservar as prerrogativas desta Casa, e o que desejava indagar de V. Exa. era se tinha tomado qualquer iniciativa, por si próprio, ou em conjunto, com a Presidência do Senado, a fim de não apenas preservar as prerrogativas do Legislativo como a integridade da Constituição, ambas violadas pelo ato do Executivo, do Senhor Presidente da República, que tomou o número de Decreto n.º 48.124, de abril último.

Por êste decreto executivo, o Senhor Presidente da República manda alterar a bandeira da República.

Ora, Senhor Presidente, a bandeira nacional foi criada pelo Decreto número 4, do Governo Provisório, baixado em 15 de novembro de 1889 e o art. 195, da atual Constituição, declara expressamente:

“São símbolos nacionais a bandeira, o hino, o selo e as armas vigorantes na data da promulgação desta Constituição”.

Como vê V. Exa., trata-se, acima de tudo, de um sintoma que o Legislativo, na pessoa de V. Exa., como Presidente desta Casa, precisa combater. Muitas vezes o Executivo tem entrado na seara do Legislativo mas nunca de forma tão ostensiva e tão afrontosa para os termos expressos da Constituição. Se é entendimento do Executivo que uma alteração na bandeira nacional se faz necessário, tenho a certeza de que V. Exa. recomendará ao Presidente da República a revogação do seu ato infringente da Constituição brasileira e a remessa da respectiva mensagem ao Legislativo para que se pro-

— 31 —

cesse a indispensável reforma constitucional, que tornará possível a mudança da Bandeira Nacional.

Era a interpelação que desejava fazer a V. Exa., Sr. Presidente. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE — O nobre Deputado Herbert Levy coloca sua questão de ordem em termos de interpelação à Mesa sobre se um ato do Sr. Presidente da República que, altera símbolos da Bandeira Nacional, importa em transgressão constitucional, tendo em vista a competência expressa desta Casa e da outra Casa do Congresso. A Mesa vai recolher a promoção de S. Exa. como questão de ordem suscitada em presença de preceito constitucional para, na sessão de amanhã, da Mesa, na forma do Regimento desta Casa, decidir sobre a matéria e submetê-la à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. HERBERT LEVY — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Ruy Ramos, que se encontra na tribuna.

O SR. RUY RAMOS — * — Senhor Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, antes de quaisquer outras considerações, desejo confessar a emoção com que falo, pela primeira vez, no Grande Expediente do Congresso do Brasil, em Brasília.

É que, Senhor Presidente, dirigindo-me ao Brasil, de Brasília, com o teto do Congresso Nacional aberto, tenho a impressão de que falo realmente ao meu País. Sinto-me, neste momento, em Brasília, no Congresso, com o nosso teto em ângulo aberto para receber as manifestações do nosso País, como se eu fora mais representante do povo aqui em Brasília. Esta, a minha primeira impressão. Eu, pessoalmente, me sinto mais representante do povo do Estado que represento, o Rio Grande do Sul. Nunca antes me senti tão Deputado como hoje, mais autêntico delegado de

quase quarenta milhares de gaúchos, que tiveram a boa vontade e a confiança de me enviar à Câmara dos Deputados. O primeiro comentário que posso fazer sobre Brasília, é este: aqui um Deputado é mais Deputado, pois sente-se mais radicado na realidade nacional, é mais parte da geografia humana, política e econômica do meu País. Esta a primeira impressão.

A segunda impressão que tenho na tribuna da Câmara dos Deputados, com o seu teto simbólico voltado para recolher os anseios nacionais, é de que o meu País é maior em Brasília. Tenho a impressão de que vivo realmente a grandeza geográfica do Brasil. *(Muito bem)*. Não sei se me engano, se é apenas impressão pessoal minha, mas nas grandes metrópoles brasileiras se tem completa consciência e sensibilidade da grandeza do meu País. Aqui, não! Em Brasília, no coração do sertão brasileiro, sinto ao vivo o que é o meu País, esta extensão imensa aberta a possibilidades verdadeiramente infinitas na América Latina.

Em toda a História, a grande preocupação dos governantes foi ampliar fronteiras e, no passado, era comum e normal que os governantes mobilizassem forças armadas para dilatar as lindes geográficas dos seus países. Nas épocas em que a violência era permitida nas relações oficiais e políticas todos os governantes tinham essa tendência, que ia ao encontro inclusive do desejo dos povos que eles governavam, quer fossem impérios, quer, depois, repúblicas ou quaisquer outros tipos de governo. O povo exigia conquistas, e as guerras então eram guerras de conquista. Um governante, imperador ou presidente, sentia-se até desmoralizado, sentia-se não realizado, se, no seu período de governo, não pudesse mobilizar tropas e invadir a vizinhança para ampliar as fronteiras geográficas do seu país. Glorioso eram aqueles que podiam fazer isso, anexando áreas geográficas vizinhas para

* Não foi revisto pelo orador.

— 32 —

aumentar a grandeza, o poderio militar e econômico de sua nação.

Hoje, há outras formas de extensão de fronteiras, como a conquista dos imensos desertos, de áreas inóspitas e improdutivas é uma prova autêntica e moderna.

Brasília fez mais do que isto em matéria de extensão geográfica. Além de anexar novas fronteiras à economia do Brasil, realizou alguma coisa nova, porque efetivamente, ampliou as fronteiras mentais deste País. Para mim a maior obra sociológica de Brasília é a ampliação das nossas fronteiras mentais. O Brasil, pelos seus governos, se habituara a um determinado gabarito geográfico e econômico. E houve muita gente que entendeu que acima desse gabarito era impossível construir. Também o nosso povo, exatamente em consequência dessa posição mental dos governos, se acostumara a ver e receder o Brasil como era, dentro de possibilidades mais ou menos estreitas, submisso...

O Sr. Fernando Santana — Sobretudo!

O SR. RUY RAMOS — ... e incapaz de compreender as possibilidades deste País e do seu povo, na existência da América Latina.

Para mim, a maior função de Brasília é esta: amplia os horizontes mentais deste País.

Agora já sabemos que podemos fazer algumas coisas muito grandes. O governo resolveu tentar essa experiência e correr esse risco. E o povo esperou, colaborou e aplaudiu. Neste momento a ampliação das fronteiras mentais brasileiras não é apenas um privilégio de governo. É também uma conquista do povo, que anexa ao seu patrimônio moral essa atitude de consciência, de que pode realmente vencer determinadas etapas no seu desenvolvimento.

A minha terceira impressão do fenômeno da mudança é o que diz respeito ao sacrifício que o Brasil realiza nesta hora. Uma das alegações mais fortes que se fizeram contra Brasília, era relativamente

ao sacrifício que se impunha ao povo brasileiro para saber-se se este povo, na conjuntura em que vivemos, estava em condições de suportar a mudança e os investimentos que a mesma exigia.

Tive o privilégio e a tristeza de ver povos em sacrifício. Visitei a Europa logo após a guerra e vi velhas nações em estado de total sacrifício. Vi nações destruídas. Vi a Alemanha, esse modelo de trabalho, de disciplina e de produção, reduzida a escombros.

Berlim, além de perder uma grande área urbana, perdeu um milhão de pessoas nos bombardeios aéreos. Desse milhão de alemães de Berlim desaparecidos apenas foram identificados 300 mil pessoas. Os pais não souberam dos filhos. Os filhos, dos pais. Os casais se perderam. A vida da sociedade conturbou-se pelos bombardeios indiscriminados. E assim construções, universidades, catedrais foram destruídas.

Estive na Catedral de Berlim e vi aquele espetáculo dantesco que nunca antes imaginara. Pensei antes que a destruição de um bombardeio fosse normal, comum, como uma casa que cai. Mas não. A destruição por bombardeio aéreo é alguma coisa diferente, dantesca, diabólica. Eu diria: é uma bomba que vai aos alicerces de uma casa e afeta a construção toda, formando até desenhos e arquiteturas macabras. Assim vi a catedral de Berlim.

Além disto, o bombardeio aéreo incendiou os vegetais e destrói os arvoredos. E Berlim, que era famosa pelos seus grandes parques, estava incinerada pelos bombardeios aéreos.

Vi ainda a Itália destruída. Vi a França bombardeada. Vi a Inglaterra destruída em riquezas formidáveis do seu patrimônio arquitetônico e econômico.

Mas a impressão do que observei lá, no meio daquele sacrifício e que não se pode narrar, foi a inutilidade do sacrifício. Aquelas destruições, aquele sacrifício de povos

— 33 —

era coisa morta, porque não produziu nenhum juro. Era um sacrifício completamente desproveitado, porque não tinha repercussão.

De modo que, para os que se impressionaram e se impressionam com o sacrifício que o povo brasileiro está fazendo com a interiorização do seu governo, quero dizer desta tribuna que a mudança e o sacrifício são para viver. — (*Palmas*).

O nosso sacrifício aqui repercutirá em vida, em desenvolvimento, em estímulo, em afirmação de um povo que cansou de ser escravo na sua história e agora quer caminhar entre os grandes povos do mundo.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — V. Exa. salientou com absoluta propriedade e oportunidade esse aspecto fundamental da construção de Brasília: da utilidade do sacrifício que poderia ter sido imposto ao povo brasileiro para a construção no Planalto Central do novo centro administrativo do País e a interiorização da nossa Capital. V. Exa. também falou com muita felicidade nas despesas militares, nas lutas da Europa, porque, quando vemos os povos mais adiantados da civilização com responsabilidades homogênicas, quase inutilizam grande parte da sua riqueza numa corrida armamentista...

O SR. RUY RAMOS — Esse o grande argumento que iria acrescentar e que V. Exa. me honra em antecipar. Esse é um grande argumento.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Estou vendo que coincidimos perfeitamente em nossos pontos de vista.

O SR. RUY RAMOS — Permite que V. Exa. o use totalmente. Se V. Exa. desejar, não o usarei.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — O argumento é de V. Exa. Lamento ter-me adiantado. Mas é tal a coincidência de pontos de vista que chegamos a encontrar esse mesmo denominador. Quando essas nações com responsabilidades homogênicas entram em duelo arma-

mentista, sabendo nós que um simples "missel", um mero foguete custa mais que o Orçamento de toda a Nação brasileira, verificamos quanto sacrifício que poderá ter realizado o povo brasileiro é útil, é benéfico, é grandioso, é patriótico. Mas há ainda um aspecto que me permito ressaltar e que surge também da comparação feita por V. Exa. de que toda essa realização aqui feita, todo o trabalho imenso dos candangos, da administração, do Congresso que não negou nenhuma providência para a interiorização da Capital, terá sido realizada dentro do absoluto respeito ao regime democrático. (*Muito bem. Palmas*). Não precisamos adotar o regime totalitário da eficiência, com sacrifício da liberdade, porque estamos realizando com eficiência dentro da liberdade.

Outra impressão que tenho, decorrente destas, é a da integração nacional, que afinal eu vi em Brasília. Na luta do meu partido, na ideologia trabalhista que procuramos traduzir em realidade a nossa grande preocupação é a integração social. E se pudéssemos resumir e conceituar o Partido Trabalhista Brasileiro como ideologia, diríamos que o trabalhismo é um movimento de integração social.

Aqui assistimos a esse espetáculo novo de harmonia de integração entre a mais completa e perfeita competência técnica e científica, de um lado, e o braço trabalhador, espontâneo, de outro lado. Aqui nós assistimos à realização desses dois notáveis técnicos, aos quais eu chamaria artistas nacionais, o Senhor Oscar Niemeyer e o Sr. Lúcio Costa. Estes homens — e ainda hoje de manhã comentávamos com o meu ilustre companheiro e amigo, Deputado Leite Netto — tiveram essa oportunidade para na vida de um técnico ou de um artista, porque, por maiores que sejam os técnicos e os artistas, é difícil que as condições lhes permitam concretizar, tão completamente, os seus objetivos nesse cam-

— 34 —

po. Aquilêles tiveram a mais plena liberdade. Foi a arte brasileira que se pronunciou em Brasília; foi a técnica da engenharia e da arquitetura brasileiras que já assombraram o mundo antes de Brasília, que já impressionavam a técnica universal antes de Brasília, que tiveram aqui a sua plenitude. E, por outro lado, o trabalhador braçal, indiscriminado, o homem que veio do Centro, do Sul, do Norte, do Leste e do Oeste: — ninguém sabe de onde veio — e que aqui chegando analfabeto, ajudante de pedreiro, egresso da vida rural, se fez técnico especializado e trabalhou em tudo: em eletricidade, em iluminação, em colocação de materiais finíssimos, em aparelhagens as mais complicadas, em pintura. E não há lugar, nem casa, nem rua, nem instalação nesta Capital onde não esteja o esforço, a capacidade admirável e a inteligência espontânea, exemplar do trabalhador nacional.

Li, recentemente, um dos grandes livros de um escritor norte-americano, de todos nós conhecido, Luis Bronfield, grande agricultor, notável técnico da terra, lá e aqui, que deixou nas vésperas da sua morte, no livro de sua autoria: "Eu e a Terra", a afirmativa de um fato que me deixou surpreendido. Reii para ver se eu não estava enganado. Diz êle que, com 15 anos de atividade agrícola nos Estados Unidos da América e no Brasil, a sua experiência e o seu testemunho é de que três trabalhadores norte-americanos compensam um trabalhador brasileiro, ou seja, um trabalhador brasileiro vale três trabalhadores norte-americanos.

Muita gente poderá pensar que isto seja uma impropriedade, mas Luis Bronfield, com tôda a sua autoridade de pensador, escritor e técnico em agricultura justifica, em três páginas, por que motivo o trabalhador brasileiro, cada um vale por três trabalhadores norte-americanos.

Homem brasileiro sem máquinas, homem brasileiro sem técnica, lu-

tando com concorrente armado de máquinas, para tudo...

O Sr. Fernando Santa — Permite V. Exa. um depoimento sobre êsse assunto?

O SR. RUY RAMOS — Nos Estados Unidos há determinada máquina para cada detalhe da atividade humana e, no Brasil, não há nada a não ser a inteligência espontânea do trabalhador nacional.

O Sr. Miguel Bahury — O trabalhador brasileiro equivale a uma enciclopédia. Isso honra o solo e à Pátria.

O SR. RUY RAMOS — Perfeito. Esse homem enciclopédico aqui se integrou, afinal, na realidade brasileira ao lado dos maiores técnicos e construiu isso que está sendo chamado a obra do século.

Ouço o Deputado Miguel Bahury e o Deputado Fernando Santana, pedindo que sejam breves.

O Sr. Miguel Bahury — Agradeço a V. Exa. a honra do aparte. Vossa Excelência situou muito bem a sua posição ao declarar sentir-se mais legítimo representante do povo aqui em Brasília, do que em qualquer outra parte do território nacional, porque Brasília, conforme V. Exa. bem o disse, penetra o coração desta Pátria estremecida, ligada que está por essas artérias vitais, as estradas, que nos dão comunicação de Norte a Sul e de Leste a Oeste, assim permitindo, não só ao Governo, como a Vossas Excelências, principalmente de outros Estados, sentirem melhor não apenas as necessidades dos homens do Norte e do Nordeste brasileiro, mas aquilo que o Norte e o Nordeste podem realmente oferecer ao País inteiro, através de sua capacidade produtiva e da fertilidade de seu solo, que só pode ser explorado se bem conhecido pelos poderes competentes da República. Não tendo a honra de pertencer a um Partido Trabalhista, como V. Exa., mas sendo no meu partido um dos que melhor entende o valor do trabalhador brasileiro, posso render uma homenagem a

— 35 —

esses homens, aos quais, tanto quanto a Lúcio Costa, como a Oscar Niemeyer, devemos essa obra monumental que é Brasília, a qual nos dará fatalmente, em futuro próximo, a certeza de que o sacrifício desses mesmos trabalhadores foi bem empregado, homenagem que devemos estender aos institutos, dos quais são associados, que nos proporcionaram habitações para o nosso bem-estar, sem entrar em detalhes cominhos de falta de conforto, pois nós, do Norte e do Nordeste, não conhecemos conforto, se não as necessidades do povo, que não tem tido até hoje um mínimo daquilo que os colegas reclamam sem razão, porquanto se tivessem vindo antes teriam a mesma condição de conforto que eu, tal qual outros companheiros mais previdentes, agora dispomos.

O SR. RUY RAMOS — Quero acrescentar mais um comentário, para não perder a ordem do raciocínio desenvolvido por V. Exa. E' o que diz respeito...

O Sr. Fernando Santana — Gostaria de apartear V. Exa. justamente na oportunidade em que se referia ao testemunho de Luis Bromfield, pois desejaria incorporar, ao do referido escritor, o de um técnico de alta qualidade, o Senhor Lewis, que chefiava na Bahia a "Drilling and Exploration", companhia americana especializada em petróleo. Esse homem, perito na matéria no mundo inteiro, escreveu no segundo relatório dirigido à companhia, sobre as possibilidades do homem brasileiro, que jamais, em parte alguma do mundo, onde tivesse feito explorações petrolíferas, encontrou elemento com capacidade de aprender diferentes assuntos. Citou o exemplo, que classificou assombroso, de um negro analfabeto, que com apenas 6 meses de experiência no almoxarifado da "Drilling" conseguiu aprender 15.000 termos em inglês, quantos havia nos livros do almoxarifado. Este testemunho sóma-se ao de Luis Bromfield.

O SR. RUY RAMOS — Abordarei, neste instante, um aspecto, qual seja o que diz respeito a investimentos. Entendo que o Brasil é hoje o País dos investimentos. E' aquela área de economia que permite e oferece melhores condições para o investimento.

Nós, nacionalistas, temos condicionado o uso e o aproveitamento do capital estrangeiro à dependência de que ele venha e fique. Para nós, capital estrangeiro aceitável é aquele que venha e permaneça, que venha com a intenção de ficar, e não com o objetivo de lucrar e voltar. Mas a verdade é que nós nacionalistas assistimos neste País a uma tremenda contradição entre as forças dominantes, que querem também que o capital venha e fique, e a atitude que até então mantínhamos, nós, nacionais, de não irmos. Não dávamos o exemplo de ir e permanecer, porque os capitais brasileiros não estavam dispostos a grandes inversões nestas formidáveis áreas rurais abandonadas do País. Se era para investimentos imobiliários, urbanos, metropolitanos, aí, sim, o capital nacional estava muito disposto a contribuir e inverter-se, porque a renda é imediata, mas, cada vez que se falava em inversões agrícolas para despertar a grandeza parada deste gigante que dormia, não havia muitos capitais nacionais dispostos a tomar esta decisão. Agora, é diferente. Agora podemos oferecer condições ao estrangeiro e ao nacional, porque estas áreas estão fecundadas, valem alguma coisa, são valor econômico que o Brasil pode oferecer ao capital indígena e externo.

Visitou-nos, na solenidade de inauguração de Brasília, o Presidente do EXIMBANK. Esse notável homem de negócios, conversando com um amigo meu do Rio Grande do Sul, afirmou: "Um País, como o dos Senhores, que em três anos realiza esta obra, transfere estes recursos para a terra dos Senhores, deve passar agora a merecer maiores considerações de nós,

— 36 —

que estamos lá fora, e temos recursos para inverter no Brasil”.

O Sr. *Tristão da Cunha* — Vossa Excelência falou em sacrifício. Queria apenas lamentar que o sacrifício tenha sido feito apenas pelos pobres, pelos assalariados.

O SR. RUY RAMOS — Estou certo de que o sacrifício, como disse o Presidente Getúlio Vargas, nos manterá unidos. O sacrifício que vamos fazer terá o mérito de nos manter unidos pela grandeza do nosso País.

O Sr. *Pedro Viágal* — Meu prezado amigo, Deputado Ruy Ramos, V. Exa. bem sabe que a verdade, quando não é total, não é verdade. Uma verdade diminuída é uma verdade sacrificada, é uma verdade exagerada, é uma caricatura da verdade. A verdade é aquela adequação da inteligência à realidade segundo a definição do Santo Tomás de Aquino. Tudo quanto Vossa Excelência, com os entusiásticos aplausos de todos nós está dizendo do alto dessa tribuna, de maneira belíssima, encantadora e oportuna, é verdade. Porém, até agora não é a verdade total. Brasília, Senhor Deputado, não é apenas a obra dos operários brasileiros, não apenas a obra dos técnicos, entre os quais avultam as respeitáveis personalidades de Niemeyer e de Lúcio Costa. O que V. Exa. naturalmente sente e irá dizer — e talvez eu me esteja antecipando ao seu pronunciamento — é que Brasília, sonhada pelos Inconfidentes, desejada pelos fundadores da nossa independência política, cogitada por quantos fizeram várias Constituições que nos regem a vida política, só foi possível tornar-se realidade, — e o Brasil inteiro sabe disso, tanto quanto sabe V. Exa. — graças ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Quero advertir ao nobre orador que seu tempo estará concluído dentro em 5 minutos.

O SR. RUI RAMOS — O meu argumento, relativamente a essa manifestação de ordem pessoal do nobre Deputado, está escrito aqui. E eu ia pronunciar-lo, afirmando que em Brasília não houve propriamente um plano construtor, houve mais do que isto, houve aqui um pensamento construtor. O que há de maior em Brasília, o que há de grandioso neste empreendimento, é que estamos dentro de um pensamento construtor, indiscutivelmente, inegavelmente comandado por essa figura jovem de estadista do momento histórico do Brasil, que é o Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek (*Palmas*). Nem poderia cometer semelhante injustiça, o de não fazer esta declaração. Estamos dentro de um pensamento construtor, que se acha agora no começo do começo. Relativamente a Brasília, não estamos no princípio do fim. Estamos no princípio do princípio. E' daqui que vai afinal sair uma grande obra para o futuro do Brasil. Pelo menos é isto que nós, mudancistas, esperamos. E, no fim do meu discurso, modesto, (*não apotado*), improvisado mas apenas vivo pelo entusiasmo e a sinceridade com que falo, como mudancista realizado e ufano, — sou daqueles porque me ufano do meu país”, tese hoje condenada pelos modernos pensadores, mas que ainda adoto — queria dizer que, dentro desse pensamento construtor de Brasília, que agora vai começar daqui para o Brasil e para o futuro, desejava convocar agora o Bloco Mudancista da Câmara, e por sorte está me ouvindo o ilustre colega Deputado Emival Calado, Presidente do nosso Bloco (*palmas*) porque agora é que vai começar a nossa ação no coração do Brasil. Antes, a nossa luta foi de cooperação na construção de uma cidade. Agora, nossa colaboração vai ser na condução de um pensamento construtor no Brasil. Por isto, se tivemos uma tarefa útil e relevante ontem, deveremos orga-

— 37 —

nizar definitivamente o Bloco Mudancista em Brasília, para que ele possa ter, efetivamente, uma atuação eficiente e decisiva amanhã. Brasília não é uma cidade — seria ridículo fazer uma nova cidade no Brasil, no serbão construir mais uma metrópole, como metrópole. Brasília não vale como cidade, mas como coração deste país, com as funções cardíacas que esse órgão tem no organismo animal. Brasília precisa transformar-se num coração, produzindo todas as relações da irrigação do sangue neste país. Precisa ser um coração novo no centro geográfico desta Pátria, para ir a toda a capilaridade econômica deste país e despertar quem estiver dormindo e sacudir a descrença e exterminar o desajuste que há hoje entre a realidade do Brasil e certos elementos que resistem à aceitação de que somos hoje uma Pátria nova, afirmada e decidida para o futuro desta nação.

Meus caros colegas e eminente Presidente: tive a grande honra de ocupar a tribuna desta Casa, reatando aquele discurso da madrugada que pronunciei num fim de festa, quando deixamos a velha capital da República. Reato estes argumentos com fé, com segurança, com confiança, para pedir àquelles que brilhantemente combateram esse empreendimento, que nos dêem agora um crédito de confiança em Brasília. Enquanto ela não era uma realidade, admita-se o combate. Mas, agora, ela o é. Agora, ela está transformada na nova sede do Governo nacional, e meu apêlo é este: Dêem-se um crédito de confiança para Brasília, permitindo que este coração fun-

cione a todo sangue, e o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, com seus auxiliares, com todos nós do Parlamento, com a alta liderança intelectual e obreira do Brasil, realize efetivamente uma grande revolução econômica, daqui partindo para o futuro novos marcos da nossa civilização! (*Muito bem; muito bem, Palmas*).

O SR. NILO COELHO — Senhor Presidente, as Classes Produtoras de Pernambuco — é fora de dúvida de todo Norte e Nordeste, receberam com entusiasmo e alegria a indicação do nome do Engenheiro José Farani Pedreira de Freitas para continuar dirigindo no próximo quadriênio a Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, com jurisdição da Bahia ao Acre. Foi uma acertada escolha da Magna Assembléa de nosso principal estabelecimento de Crédito e do Senhor Presidente da República, convocar novamente um homem público com as qualidades do eminente Diretor Pedreira de Freitas para prestar mais uma vez relevantes serviços ao Norte, ao Nordeste e ao país.

Um observador cuidadoso que analse as cifras applicadas na Carteira de Crédito Geral, durante o último quadriênio, compreenderá as razões de se proclamar nesta Casa os méritos incontestáveis de um administrador esclarecido que se credenciou pelo esforço e pela ação efetiva como elemento dinamizador da economia do Norte e do Nordeste.

Aplicações

(saldos, em milhões de cruzeiros, no último dia útil de cada ano)

	1955	1956	1957	1958	1959
Empréstimos.....	2.666	3.250	3.550	3.446	3.849
Títulos descontados.....	3.214	5.103	5.362	6.555	9.472
TOTAL.....	5.880	8.353	8.912	10.001	13.321

— 38 —

Os números assim dispostos talvez não bastem para o esclarecimento definitivo. Como todos sabemos, apesar de existir um movimento teórico no sentido de industrializar o Norte e Nordeste, ainda é a produção agrícola, inclusive a de natureza extrativa vegetal, a que constitui a base da fraca economia das Unidades Federais compreendidas na extensa área em que atua a Carteira de Crédito Geral da 4.ª Zona do Banco do Brasil.

O Diretor Pedreira de Freitas, desejoso de percorrer para uma afirmação cada vez maior das possibilidades econômicas das áreas Norte-Nordeste, verificou que o melhor aproveitamento das várias atividades econômicas ante a precariedade da rede bancária da região, seria estender o financiamento à fase do plantio, complementando dentro do permitido por um regulamento obsoleto e pouco flexível da Carteira Comercial do Banco do Brasil, o crédito distribuído pela Carteira Agrícola, o qual infelizmente é disciplinado por normas rígidas e longe da realidade da zona subdesenvolvida do país. Fazendo-se presente o Banco na época do plantio, mister se tornava que não houvesse omissão quanto à época da colheita e muito particularmente na fase da comercialização dos produtos beneficiados. E isto porque de par com a reconhecida carência do crédito bancário, os poucos recursos financeiros dos exportadores regionais, dos maquinistas, ou de quaisquer outros que intervêm no complexo das atividades econômicas norte-nordestinas, não raro antes mesmo do início das culturas já se acham exauridos financeiramente, como acontece anualmente com os produtores primários que se dedicam a simples coleta ou extração de matéria-prima. Não fôsse essa acertada política conduzida pelo Dr. Pedreira de Freitas, toda ela considerada dentro da realidade regional, e não

teríamos a esta altura uma grama de juta; para a malva e ou acima quase vale a mesma assertiva. O algodão por seu turno jamais poderia apresentar o índice de crescimento de sua produção; e as indústrias de fiação e tecelagem por certo estariam agora enfrentando problemas ainda mais graves, se se tivessem faltado recursos especiais para escoamento dos seus produtos manufaturados. Vale ressaltar a assistência prestada notadamente no último biênio aos industriais de tecidos de Pernambuco e de todo Nordeste.

Sobre a agro-indústria do açúcar foi ainda a clarividência do Doutor Pedreira de Freitas que pôde preservar a tranquilidade de trabalho dessas empresas. Medidas altamente benéficas foram tomadas também nos casos das culturas de arroz do Maranhão, do babaçu, e da castanha do Pará. Por tudo isto, Sr. Presidente, atendendo solicitações de vários órgãos das classes produtoras do meu Estado, resolvi testemunhar um preceito de gratidão a esse homem público notável, financista e economista de reconhecida competência, que tão ciosamente tem sabido defender os interesses da combalida economia norte-nordeste elevando o nível de vida dessas áreas e realizando o paralelo engrandecimento da própria Nação. Aqui em Brasília encontramos o Dr. Pedreira de Freitas integrando o grupo de trabalho ao lado de engenheiros notáveis como Ari Garcia Rosta, Ernesto Luiz Greve, Samir Kury, e outros executando uma obra séria e grandiosa, que é a construção do Edifício Sede do Banco do Brasil — o maior edifício de Brasília — e os conjuntos residenciais de quase dois mil funcionários. Mais uma vez aceitou o encargo com esplêndida dedicação e está executando apaixonadamente um programa de trabalho com uma vocação corajosa de servir e honrar o nome de profissional de engenharia emérito. É mais uma afirmação da capa-

— 39 —

cidade do Diretor Pedreira de Freitas e a certeza da conquista de uma nova e brilhante vitória. Por tudo isto desejo congratular-me com o Sr. Presidente da República pela acertada escolha do nome do Dr. José Farani Pedreira de Freitas para a Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil. *(Muito bem)*.

O SR. JOÃO MENEZES *(Para uma comunicação)* * — Sr. Presidente, nas últimas sessões do Palácio Tiradentes, diversos compromissos e promessas foram feitos para que se tratasse de imediato, nas primeiras reuniões da Câmara, em Brasília, de vários projetos de relevante interesse público.

Também tenho um compromisso com o povo brasileiro: dar andamento ao projeto n.º 813-55, que altera a lei de imposto sobre vendas e consignações.

Sabe V. Exa., Sr. Presidente, que esse projeto, nas últimas sessões ordinárias da Câmara, esteve em regime de urgência na pauta dos nossos trabalhos.

Terminado aquele período ordinário de funcionamento, e entrando a Câmara em uma convocação extraordinária, não quisemos, de forma alguma, criar dificuldades aos trabalhos desta Casa. Uma vez que a discussão daquele projeto de lei vinha suscitando os debates mais acalorados, procurando cada grupo de Deputados defender aquele ponto de vista que lhes parecia mais correto, mais exato.

Senhor Presidente, agora estamos em Brasília, numa nova fase de trabalho do Congresso Nacional. Quero, nesta oportunidade, contando com o alto e esclarecido espírito de V. Exa. na condução dos trabalhos desta Casa, pedir a V. Exa. que faça incluir na Ordem do Dia dos nossos trabalhos o Projeto n.º 813-55, cuja discussão está sendo aguardada por grande maioria dos Srs. Deputados. Creio neste momento interpretar o pensamento dos mesmos, com esta so-

* Não foi revisto pelo orador.

licitação, tendo a certeza de que V. Exa. irá ao encontro desse desejo e colocará em debate a matéria que vem suscitando as discussões mais interessantes.

Fica, portanto, aqui o nosso apêlo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE *(Ranieri Mazzilli)* — Efetivamente, o Projeto de Lei n.º 813, que suscita tanto interesse neste Plenário, deverá vir com toda a urgência para a Ordem do Dia, porque também é este um compromisso da Mesa desta Casa.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato a V. Exa. *(Muito bem)*.

O SR. ADAUTO CARDOSO *(Para uma comunicação)* * — Senhor Presidente, o orador que me precedeu na tribuna, o ilustre representante trabalhista do Rio Grande do Sul, afirmou com a ênfase que lhe é peculiar, que Brasília "é" e que, portanto, já agora seriam desnecessárias, as discussões sobre esse tema, que transpôs o terreno do debate e se transformou numa realidade.

O Sr. Gustavo Corção — Ilustre pensador, escritor e jornalista, que tanto se distinguiu na primeira linha dos que tomaram a sério o encargo de advertir a nação contra aquilo que nós nos obstinamos em chamar "a loucura mudancista", — afirmou, certa vez, depois que vimos transpostas todas as etapas da realização do chamado sonho mudancista, que a História acabaria por digerir Brasília. Realmente é natural que esse leviatã, que assimila impérios, que assimila catástrofes, acabará por moer, nas entranhas do tempo, até mesmo esse crime que denunciámos e que se praticou contra a Nação e que se chama Brasília.

Ainda há pouco, alguém me advertia também que era chegado o momento de se ouvir alguma voz que restaurasse a harmonia orquestral rompida neste Plenário.

* Não foi revisto pelo orador.

— 40 —

desde muito, desde o Palácio Tiradentes e aqui mesmo com o elogio monocórdio de Brasília. Esse brilhante Deputado, cujo nome calo para não ferir sua modéstia de representante da Maioria, acentuava a necessidade de que alguém da Oposição viesse a esta tribuna para dizer alguma coisa contra Brasília, nem que fôsse para restaurar aquilo que S. Exa. chamava, com muita graça, o equilíbrio polifônico rompido desde muito diante do fato consumado como acentuou o nobre Deputado Rui Ramos. A mudança foi feita, e hoje iniciamos um balanço de lucros e perdas do empreendimento com que o Presidente da República se glorificou no poder, antes que a posteridade o julgasse fora do poder.

O Sr. Rui Ramos — Apenas solicitaria, nesta altura, oportunidade para fazer uma retificação...

O SR. ADAUTO CARDOSO — Se V. Exa. vai renovar seu discurso de otimismo sobre Brasília, agradeceria o seu aparte; mas, se fôr alguma correção ou justificação às minhas próprias palavras, agradeceria, como se diz nos almanaques, de alma ajoelhada.

O Sr. Rui Ramos — Então Vossa Excelência admite que seu modesto colega fôsse tão primário...

O SR. ADAUTO CARDOSO — De maneira alguma, nobre colega.

O Sr. Rui Ramos — ... para não dizer imbecil que solicitasse ao nobre colega um aparte para reeditar um discurso de quarenta minutos?

O SR. ADAUTO CARDOSO — Agradeço e desfaço seus temores. Dê V. Exa. seu aparte.

O Sr. Rui Ramos — Meu comentário, já prejudicado pela forma por que V. Exa. colocou o problema, é de que me parece perfeitamente impróprio fazer cálculos de lucros e perdas de Brasília, no momento em que estamos concluindo sua construção.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Estamos abrindo a escrita.

O Sr. Rui Ramos — Estamos fazendo as transações em torno do grande empreendimento e o eminente colega já quer lucros, juros contábeis. Este, o comentário que desejava fazer e que não levou um minuto.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Senhor Deputado, V. Exa. se enganou a respeito do sentido de minhas palavras e no decorrer do meu discurso verificará como foi injusto na sua suposição e muito mais em relação a mim, do que fui eu em relação a V. Exa.

Sr. Presidente, cabe-nos a nós, da Oposição, tarefa mais humilde que não nos permite cunhar medalhas nem erguer estátuas de auto-homenagem nem permite que a nós mesmos escrevamos nossos nomes, o de nossas mães, de nossas esposas, o de nossas filhas no frontão de hospitais e escolas construídas com o dinheiro do povo e como favor ao povo, e não como símbolo de dever do Governo.

Depois da apoteose, Srs. Deputados, dos fogos de artifício, de aplausos do povo iludido pela propaganda ou embriagado pela esperança, chegou a vez dos que colheram a tarefa mais áspera dos que cumprem o dever de denunciar a corrupção empreendedora, e gloriosa, a desonestidade benemérita e dinâmica, que quer a um só tempo monumentos e percentagens, estátuas e comissões, aplausos e bons negócios para amigos e parentes, para amigos dos parentes e para parentes dos amigos numa rede intrincada de favores que se trocam, de trocas e barganhas, de participações que se compensa em apartamentos, em terras, em automóveis, em jóias, em ações ao portador e até o dinheiro em contado que não deixa rasto nem nome nas contas bancárias internacionais.

Estes dias, Srs. Deputados, são, pois, de contas, de contas boas e bem prestadas, como as contas da

— 41 —

Lei Processual, Sr. Advogado, sem cartolas de mágicos que multipliquem, sem passes de ilusionismo que subtraem e, sobretudo, de contas que tenham conseqüências no patrimônio dos responsáveis pela malversação, de contas que se projetem como exemplos, erradicando do país esta mentalidade que propugna para o desenvolvimento de uma nação ser feito à margem das suas leis penais.

Estamos certos, Senhor Presidente, de que os honrados membros da Maioria, tranquilizados agora quanto à mudança da Capital do país, que quiseram e fizeram a todo transe, postos no sossego do Planalto, nestes ermos tão fecundos em inspirações cívicas, se disponham agora a lavar a honra do Governo, por tanto tempo afrontada e até agora não resgatada. E não só a honra, Sr. Presidente, pois que os créditos à administração pública são coisa complexa, que não só de probidade se constituem. Países há de certo, mais afortunados do que este, nos quais os desacertos dos governante repercutem em crises que os corrigem ou lhes reduzem a nocividade.

Vivendo em Brasília e não somente visitando Brasília, como nos aconteceu de vezes anteriores, podemos ajuntar, adicionar às três conseqüências da sua apressada construção — obra defeituosa, obra cara e obra desonesta — uma que nos parece hoje, depois de vista, de sentida, a mais grave, a mais odiosa de todas, pelo monstruoso conteúdo da injustiça que a construção de Brasília encerra contra as massas cujas faces sujas de poeira, cujos andrajos e cuja mansidão resignada vemos a todo momento, como as imagens dos milhões de espollados cujas contribuições foram desviadas dos cofres dos Institutos de Previdência, por um desmedido arbítrio do Sr. Presidente da República para construir os blocos residenciais onde viverão os congressistas e os funcionários.

O Sr. Fernando Santana — Permite um aparte?

O SR. ADAUTO CARDOSO — V. Exa. honra-me com seu aparte.

O Sr. Rui Ramos — S. Exa. foi um privilegiado.

O Sr. Fernando Santana — Sou um privilegiado... (Risos).

O SR. ADAUTO CARDOSO — Não há privilégio. V. Exa. está sendo injusto. Há apenas a consideração de que V. Exa. não falou por duas vezes hoje sobre Brasília, uma no Pequeno Expediente, outra no Grande Expediente. Sendo assim, o mais elementar sentimento de justiça distributiva faria com que lhe concedesse o aparte.

O Sr. Fernando Santana — Agradeço o sentimento de justiça distributiva de V. Exa. Mas não vou falar sobre Brasília. Gostaria de lembrar ao ilustre Deputado que não conheço nenhum povo no mundo, feliz, bem vestido, bem educado, que não tenha nascido em países realmente desenvolvidos, em países de economia emancipada. Assim, a infelicidade do povo brasileiro, a miséria do povo brasileiro, a fome do povo brasileiro, a tuberculose do povo brasileiro...

O SR. ADAUTO CARDOSO — É a falta de Brasília.

O Sr. Fernando Santana — ... é que nós até hoje temos sido, como nação, muito mais explorados pelas forças estranhas do que pelos nossos próprias forças. Então a grande batalha que se abre para todos nós, para V. Exa. e para todo o Congresso, é dar ao país leis que realmente o tornem economicamente livre, independente, porque, ou nós faremos isso, ou seremos tragados pela miséria, pela fome, a despeito da própria Brasília.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Louvo e admiro a fé e a esperança com que V. Exa. jovem representante da Nação, acredita que estes

— 42 —

ermos do planalto possam substituir nesta Câmara e no Senado as pressões poderosas dos grupos econômicos que fazem as nossas leis — não se engane V. Exa. — dos banqueiros, dos grandes proprietários de terras, dos grandes industriais interessados muito mais em proteccionismo do que em nacionalismo, e que tudo isso, afinal de contas, desapareça, que tudo isso se desfaça no ar puro, no ar admirável do planalto, por um simples passe de mágica de clima.

V. Exa. é homem de fé é homem de otimismo, é homem de ilusão. Antes de nos mudarmos para Brasília, deveríamos mudar o nosso sistema representativo que faz com que vivamos em Casas Legislativas que refletem, não os interesses do povo, mas os interesses de grupos econômicos poderosos. (Palmas) E Brasília não corrigirá jamais isso, e não será V. Exa., homem digno, autêntico representante de trabalhadores, que virá fazer-se nesta Casa arauto de uma ilusão, de um ópio como este que se tem propiciado à Nação.

O Sr. Fernando Santana — Permite-me ainda?

O SR. ADAUTO CARDOSO — Se V. Exa. me perdoar — já agora o tempo não me permite ser tão generoso — só se seu aparte for outro.

O Sr. Fernando Santana — É curtíssimo. Confio, nobre Deputado, no povo brasileiro, e confio porque verificamos que ele tem uma consciência tão alta que muitos daqueles problemas que julgávamos impossíveis foram resolvidos, como o monopólio estatal do petróleo, através da opinião pública brasileira, nós o conquistamos. Isto fala bem alto e é um exemplo de como pode um povo realmente marchar na sua luta pela liberdade econômica.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Agradeço a V. Exa., Sr. Deputado, e espero que o tempo e melhores oportunidades de entendimento

me permitam compreender a relação dessa sua afirmativa com o problema dos desacertos e do esbulho das massas trabalhadoras que V. Exa. aqui representa, no que concerne às suas contribuições para a previdência social que lhes é negada.

O Sr. Océlio Medeiros — Permite-me o privilégio de um aparte, nobre Deputado?

O SR. ADAUTO CARDOSO — Desde que seja curto.

O Sr. Océlio Medeiros — Muito obrigado. Não vou defender Brasília, porque todos nossos colegas já o fizeram com brilhantismo na sua maioria. Uma das vantagens realmente que V. Exa. pode sentir da mudança da Capital é que o brilhante discurso de V. Exa. está sendo neste momento transmitido pela televisão para o Rio de Janeiro, Uberaba e Belo Horizonte. Mas, nobre Deputado, quando V. Exa. mostrou no seu discurso uma situação de dificuldades, de corrupção existente, roubalheiras, falcatruas, fôsse o que fôsse, quero recordar que, quando V. Exa. falava sobre o mesmo tema no Palácio Tiradentes, eu havia dito a Vossa Excelência que mesmo nas pequenas obras particulares era difícil evitar-se o roubo, a corrupção, a falcatrua, a negociata. Imagine V. Exa. numa construção monumental como esta!... Esteja certo, entretanto, de que aqueles que apolam Brasília, aqueles que apolam a mudança da Capital, aqueles que apolam a interiorização, não apolam essa irregularidade que V. Exa. está justamente invocando, tanto assim que o próprio Líder da Maioria, em discurso proferido no Palácio Tiradentes, bem como o Líder do Bloco Mudancista, haviam declarado que a Maioria apolaria qualquer medida de apuração das irregularidades a que V. Exa. se está referindo. (Palmas).

O Sr. Ernani Sátiro — Boa oportunidade!...

— 43 —

O SR. ADAUTO CARDOSO — Agradeço muito ao nobre Deputado Océlio Medeiros na qualidade de membro da Maioria, que reafirme aquilo que o Líder Abelardo Jurema declarou com tanta ênfase em dias passados: que a Maioria estava pronta a formar conosco, após a mudança, no sentido de desafrontar a honra do Governo, permitindo se instaurasse a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Brasília.

O Sr. João Agripino — Como Líder da UDN, aproveito a palavra do Deputado da Maioria Océlio Medeiros que ratificou neste instante as palavras do seu Líder, proferidas no Palácio Tiradentes. De modo que apresento a S. Exa. neste instante pedido de inquérito de Brasília, para que V. Exa. aponha sua assinatura, se mantém ainda sua palavra. (Palmas).

O Sr. Abelardo Jurema — Nobre Deputado Adauto Cardoso, não quero perturbar o discurso de Vossa Excelência. Logo que V. Exa. termine ocuparei a tribuna.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Vejo, Sr. Presidente, que o Líder da Maioria, na oportunidade em que sua palavra foi recordada e diante do oferecimento que lhe faz o Líder da Bancada udenista, Deputado João Agripino, para assinar incontinentemente o requerimento de formação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre Brasília, se dispõe a honrar os compromissos assumidos pelas forças parlamentares que apoiam o Governo. Ocorre, porém, Sr. Presidente — e agora caminho para o final deste discurso, que eu desejava fosse o mais breve, a fim de, com isso, honrar compromissos que assumi de dividir o tempo que me estava reservado com outros companheiros igualmente necessitados de ocupar a tribuna — ocorre que esse desacerto irreparável do saque das contribuições da massa obreira para os Institutos de previdência, o saque desse dinheiro sagrado para construir apartamentos

para os congressistas e funcionários, esse desacerto infelizmente irreparável e esta asserção não podem ser contestados em boa fé por pessoa alguma. Aos bilhões pretéritos das cifras salariais do dinheiro que o Governo Federal deve desde longos anos aos institutos de previdência, adicionaram-se os bilhões de hoje, os milhares de apartamentos construídos em tempo record, isto é, em tempo ruinoso e a essa dívida gigantesca, Senhor Deputado, começaram a ser adicionados os milhões futuros da parcela de aluguel que congressistas e funcionários tiveram de deixar a cargo do Governo pela impossibilidade de pagá-los dentro das forças dos seus subsídios e vencimentos. E o curioso é que quase todo mundo neste país ignora que no aluguel mínimo dos milhares de apartamentos que ocupamos, congressistas e funcionários, que do aluguel mínimo capaz de remunerar o capital investido nas caríssimas construções do planalto, o inquilino só paga metade. O resto é encargo que o Governo tomou para ele, com a proverbial intenção de calotear. Anos e anos de calote às instituições de previdência que a Oposição, sem cessar, tem denunciado, fazem prever que, aos milhões pretéritos se somarão os bilhões de hoje e se somarão ainda os bilhões de amanhã para ruína, para falência da previdência social. Construções caríssimas, Srs. Deputados, construções defeituosas e mão-de-obra loucamente desperdiçada, dinheiro malbaratado e que ainda não basta, pois novos encargos brotam do pandemônio da cidade inacabada, sob a forma de jardins, garagens, persianas, janelas, reparos indispensáveis para a própria conservação de edifícios maltratados a último ponto. E, com isto o que a propaganda do Governo silencia, ascenderá a cifras siderais a contribuição compulsória dos trabalhadores para a cidade fantástica, arrancada à sua miséria e que eles nunca usufruirão; dinheiro desvia-

— 44 —

do de hospitais, a cuja porta os doentes fazem fila e esperam meses; dinheiro de aposentadorias e pensões negadas ou retardadas; dinheiro de benefícios que a inflação e a máquina do parasitarismo oficial reduziram a níveis de esmolos. O dinheiro chamado "sangue do povo" ergueu na solidão do Planalto Central este faraônico monumento, que a propaganda organizada e poderosa faz crer que é a porta do futuro, a chave de abóboda da integração nacional, e outras pregações que seriam apenas ingênuas, se não fossem criminosas. (*Muito bem*).

O Sr. João Agripino — Quero declarar que recebi de volta o requerimento constituindo a comissão de Inquérito, sem assinatura do Líder da Maioria. Contudo, já colhi a assinatura do Presidente do Bloco Mudancista, Deputado Emival Calado. (*Palmas*). De modo que, fique a Câmara tranqüila, dentro de poucos dias darei entrada na Mesa a esse requerimento, com o número legal de assinaturas, a despeito da recusa da Maioria.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Compreendo, meu caro colega, meu eminente líder e prezado amigo, a decepção de V. Exa., após longos meses, em que todo país se tornou testemunha do compromisso de honra das forças governamentais, de que a partir do dia 21 de abril, afastados os temores de que o inquérito parlamentar constituísse manobra impiedosa ou retardatária da mudança o Governo, cioso dos seus bríos, cioso da sua honra, faria com que os seus Deputados subscrevessem o requerimento da comissão parlamentar de inquérito que visava, muito mais que o objetivo oposicionista, os interesses da administração pública, os interesses da moralidade, que nenhum Governo pode ignorar, que nenhum governante pode esquecer. Compreendo, Sr. Deputado João Agripino, a sua decepção, a sua vacilação, a sua perplexidade. Mas, para mim, posso afirmar a

V. Exa., nenhuma surpresa resta nesta matéria. O episódio dos canais de rádio, que é recente e dentro em pouco será desvendado em toda a sua fealdade para esta Câmara e por mim, demonstra que enfrentamos um Governo que não tem nenhum amor aos seus créditos de probidade essencial.

O Sr. Abelardo Jurema — Permite. Não é a respeito do teor do seu discurso, mas das últimas referências, pois ainda irei ocupar a tribuna esta tarde. Quero apenas salientar, quanto aos canais de rádio, pelos quais V. Exa. se bateu nesta Casa, entrando até em entendimento comigo, franco e aberto, que me comprometi com V. Exa. a desenvolver esforços no sentido de que não fosse vetada e a proposição foi aprovada, com a emenda que V. Exa. idealizou e que teve aprovação também da maioria nas Comissões. V. Exa. está sendo injusto nas acusações que faz ao Governo, porque a idéia de V. Exa. foi aprovada pelo Presidente da República, sancionando integralmente a lei, dentro da inspiração da proposição de V. Exa.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Veja V. Exa. como é difícil a nossa posição! Os amavios da convivência de todo dia nos dão testemunho da correção pessoal de V. Exa., da lealdade com que Vossa Excelência se conduz naquilo que entende com seus interesses e com suas relações de colega para colega. Nós, que sabemos da sua impecável elegância...

O Sr. Abelardo Jurema — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. ADAUTO CARDOSO — ... quando o ouvimos falar em nome do Governo, temos de silenciar, reticentes. Sabemos que V. Exa. não tem por parte do Governo, deste Governo, a cobertura que qualquer outro daria a um homem das qualidades morais de V. Exa.

O Sr. Abelardo Jurema — Não apoiado! V. Exa. sabe que, na-

— 45 —

queles entendimentos, jamais eu poderia afirmar se o Governo votaria ou não, uma vez que seria uma intervenção minha nas prerrogativas do Executivo. O meu compromisso com V. Exa. e toda a Maioria, inclusive o Presidente da Mesa, foi desenvolvermos as nossas atividades no sentido do êxito da idéia que granjeou a simpatia e os aplausos da Casa.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Veja a Casa como faz uma coisa o Líder e outra o Governo. Vossa Excelência agiu assim. E o Governo? Quando se tratou de liberar os créditos votados pelo Congresso, pela unanimidade da Câmara dos Deputados e do Senado, o Governo reteve os 150 milhões destinados à radioemissora do Congresso. Esta é a conduta do Governo! Este o motivo pelo qual lamentamos que nesta Casa Vossa Excelência tenha de falar duas linguagens, a linguagem honrada do Deputado Abelardo Jurema e a linguagem reticente do Líder do Senhor Juscelino Kubitschek.

O Sr. João Agripino — Quero comunicar a V. Exa. que o Deputado Océlio Medeiros acaba de assinar o requerimento. (Palmas). Esta assinatura completa o número de 125, o número regimental é de 109. Nestas condições, vou passar à Mesa, neste instante, o requerimento constituinte a Comissão de Inquérito sobre Brasília. (Palmas).

O SR. ADAUTO CARDOSO — Eu me felicito por me caber a oportunidade de congratular-me com a Câmara dos Deputados pela maneira, por que êsses 125 Deputados entendem de cumprir o seu dever, quaisquer que sejam as suas tendências partidárias. Estou certo de que esta Câmara aqui em Brasília, na solidão do Planalto ou em qualquer outro lugar do Brasil, procederá, na investigação dos fatos, na descoberta da verdade, com a maior isenção de ânimo e a maior independência por parte de todos os seus representantes.

Vou concluir Senhor Presidente, porque o meu eminente colega, Deputado Emival Caiado, olha aflito cobrando o compromisso que assumi de ceder-lhe parte do meu tempo.

E', pois, êste desacôrto que esbulhou a providência, que brada aos céus, mais ainda que o trinômio — imperfeição, desconsciência e gasto exagerado — que se gerou com a insensata aceleração das obras de Brasília. E' o tremendo esbulho cometido contra a esperança dos humildes da providência posta a saque para que tudo fôsse feito em compasso desvairado. E' êste crime que clama por justiça! (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. EMTIVAL CAIADO — Senhor Presidente e Srs. Deputados.

Quis o destino que tivéssemos a grande felicidade de integrar esta Câmara dos Deputados do Brasil no instante festivo em que se oficializou a intertorização da Capital da República.

Se é verdade que esta asa do Congresso bem imperativamente, dado sobejas provas de defesa da democracia, de amor à causa do povo de alta compreensão e sabedoria na solução dos nossos problemas econômicos e sociais, não é menos verdade que o seu comportamento em face da mudança da Capital, marcou no duplamente histórico 21 de abril um dos pontos mais altos senão o clímax de sua ação pública.

Orgulhamo-nos Sr. Presidente de pertencer a esta geração, de estar ombro a ombro com tão valerosos homens públicos, que surpreendendo e analisando os fenômenos econômicos sociais e políticos do Brasil do nosso tempo compenetrando-se da grande missão a ser realizada. A causa mudancista que, no passado se despertou tímida e bruxoleante na constelação das grandes idéias necessitou de bem mais de um século para se afirmar e cristalizar

— 46 —

com a força de reivindicação premente e inadiável para solução dos angustiosos problemas da nacionalidade.

O Sr. Osmar Cunha — Não poderíamos deixar, nesta oportunidade, de apartear V. Exa., verdadeiro líder mudancista, que fez com que a Capital do Brasil de fato se interiorizasse e colocasse o nosso país como centro da integração nacional. Nós, municipalistas, que nos batemos, lado a lado com Vossa Excelência, e fizemos inserir na Carta Municipalista do Brasil a mudança da Capital para o Planalto, queremos, em nome da Associação Brasileira de Municípios, congratular-nos com o Congresso Nacional, e especialmente com Vossa Excelência, a quem o povo de Goiás muito deve por seu trabalho para que viesse para esta região a cidade que hoje temos, que não é somente a Capital do Brasil, mas do mundo moderno.

O SR. EMIVAL CAIADO — Agradeço a gentileza do aparte de V. Exa., devo dizer apenas que, nestas duas legislaturas, tenho procurado simplesmente cumprir com o meu dever de defender o ideal que me pareceu sagrado e dos mais justos para a luta de um parlamentar do Brasil moderno.

E' Sr. Presidente que — *natura non facit saltus* e enquanto não amadureceram as condições ambientais, propícias e imperativas para a concretização do grande empreendimento, ele não pôde se transformar em realidade.

Agora Brasília aqui está toda engalanada e juvenil acabando de receber em caráter definitivo os nossos órgãos do Governo da União.

Muitos frente à personalidade do seu urbanismo, à leveza, elegância e concisão de suas linhas arquitetônicas que o gênio de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa lhe imprimiram rompendo os canones clássicos, empolgam-se e extasiam-se de tal maneira diante dessa obra de inextinguível de beleza e arte, que se

esquecem dos reais e sérios motivos que determinaram sua edificação.

A interiorização da Capital da República, antes de mais nada, em nossos dias, se inspirou na necessidade de impor um corretivo ao tremendo desequilíbrio econômico-financeiro, ao insuportável desnível social, à chocante disparidade até mesmo cultural, à perigosa quebra do princípio federativo. Quem entre nós ousa negar que o Brasil atual está dividido em duas áreas: a dos favorecidos privilegiados e a dos esquecidos, abandonados? Qual o sociólogo ou político mais atilado, que tenha se debruçado na análise dos dramas brasileiros, ainda não compreenderam que a nação caminhava inexoravelmente para o separatismo ou lutas de sucessão?

Porventura alguém desconhece os pruridos de revolta que vinham levando em dois terços da nação o de nossa fronteira?

Senhores Deputados, a inflação e o plano de economia — este introduzido como medida de emergência, e afinal transformado em sistema crônico, vieram, irrecusavelmente, acelerar o ritmo dos desequilíbrios e das desigualdades.

Somos uma nação que até aqui tem caranguejado na orla marítima arremontada principalmente no eixo industrializado Rio—São Paulo, revoltando condenável desprezo por toda essa imensidão do interior brasileiro. Basta considerar que a apoteótica Amazonia que do centro-oeste se espalha para o norte, com uma área de 5.057.790 quilômetros quadrados ou sejam 59,38% da superfície total do nosso país, não atinge, ao menos, 1 habitante por quilômetro quadrado em uma porcentagem de 6% da população nacional.

Senhor Presidente, nós mudancistas vemos através da interiorização da capital em Brasília a conquista definitiva da Amazonia, trazida em uma ocupação efetiva gradual desta fabulosa e riquíssima região brasileira. Entendemos

— 47 —

que com isso, estaremos defendendo-a da cobiça allenígena, que a tem rondado em um cerco tanto mais apertado quanto mais aumenta a pressão demográfica por todo o mundo. Por este aspecto que nós costumamos definir como segurança externa a capital em Brasília, ou seja na orla amazônica, que já vem produzindo os seus salutar e almeçados frutos, tanto assim que, antes da instalação desta cidade já se inaugurou a rodovia Brasília—Belém e neste instante já se ataca a ligação Brasília—Acre.

Nós os mudancistas também lobrigamos através de Brasília a salvação do Nordeste ainda agora com sua economia impiedosamente sangrada e golpeada sob o guante do Teorismo sulista da rentabilidade e produtividade como critério informativo do substancial benefício para o conjunto.

Teorismo este desumanamente pôsto em prática por aqueles que fazem *tábula rasa* dos gravames de toda sorte geradores dos problemas sociais e políticos, da mais alta significação para a unidade pátria.

As rodovias federais que ora estão sendo atacadas ligando esta Capital ao Nordeste significam já os primeiros benefícios que a mudança vem trazendo àqueles nossos irmãos constantemente vitimados pelas intempéries. Nós os mudancistas divisamos através de Brasília um contato mais íntimo dos governos com essa agricultura massacrada quando não esquecida, proporcionando a mecanização da lavoura e toda melhoria técnica e racional da produção agropastoril. E isto é fundamental pois é sabido e ressabido que nenhum país emerge do subdesenvolvimento sem um progresso equilibrado entre as atividades agrícolas e industriais e entre nós o progresso da agricultura não vem respondendo ao impacto do ritmo do desenvolvimento da Indústria. Nós os mudancistas enxergamos através de Brasília o primeiro passo da tão

decantada reforma agrária, pois com a abertura de tantas rodovias e os reflexos da transferência do govário, antes mesmo de ela se efetivar, já constatamos entusiasmados a aquisição e ocupação de milhares de quilômetros de terras devolutas e bem assim o retalhamento espontâneo dos latifúndios sob o influxo da valorização das terras, da lei, da oferta e da procura e da possibilidade do seu aproveitamento econômico.

O SR. PRESIDENTE — (*Ranieri Mazzilli*) — Permita-me o nobre orador interrompê-lo um momento.

Comunico que acaba de chegar à Mesa requerimento de autoria do nobre Líder da Maioria, prorrogando a Sessão por meia hora, para que seja assegurada a palavra, na forma do Regimento, a Sua Excelência. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. (*Pausa*).

Aprovado.

O SR. EMIVAL CAIADO — Nós os mudancistas acreditamos na função civilizadora da Capital de uma nação e na sua irradiação de progresso, que já se faz sentir em seus vários aspectos por toda a região do Brasil Central antes mesmo de Brasília se ter tornado uma realidade tanto pela instalação de novas indústrias como pela intensificação agropastoril, do comércio, abertura de rodovias, ferrovias e aeroportos. A Capital política no coração da Pátria criará uma salutar bipolaridade entre o mar e o sertão distribuindo melhor os recursos coletivos e os esforços de civilização sobre toda a região intermediária como já pregava em 1823 o Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva quando escrevia: "Para de certo criar um breve giro de comércio interno da maior magnitude, visto a extensão do Império, seus diversos climas e produções".

Ai está, pois, a integração nacional pregada pelos nossos antepassados e hoje na ordem do dia das preocupações cotidianas.

— 48 —

O Sr. *Corrêa da Costa* — Na oportunidade em que pela primeira vez uso da palavra em Brasília, nova Capital, quero congratular-me com o nobre colega, por este acontecimento, que, estou certo, proporcionará nova era na vida política e administrativa do país, como Vossa Excelência com muita oportunidade e brilhantismo vem salientando no seu notável discurso.

O SR. EMIVAL CAIADO — Agradeço a Vossa Excelência o aparte, principalmente porque parte de um dos parlamentares que mais contribuíram para a efetivação da mudança da Capital. Senhor Presidente, nós os mudancistas entendemos ser este o momento oportuno para uma revisão político-administrativa bem como das técnicas em curso na administração e aproveitamos o ensejo para convocar o Poder Executivo a executar a nos setores da organização, pessoal, equipamento material, segurança e defesa de trabalho, pondo em prática todos esses relatórios e discursos que visam dar à produção nos serviços públicos o rendimento de que ela carece.

Nós os mudancistas somos convictos de que uma nova era se despende para a nação com a capital aqui, nestes altiplanos de Brasília, em uma zona neutra do ponto de vista político e econômico, onde o governo federal distante do que os americanos chamam "pressure groups" estará em melhores condições para executar uma política mais sã e segura que melhor consulte aos interesses nacionais, visto o país como um todo numa ampla visão de perspectiva e conjunto, sem privilégios regionais ou intimidações de qualquer natureza.

O Sr. *Gabriel Hermes* — Nobre Deputado, é com muita satisfação que me congratulo com Vossa Excelência. Vi o entusiasmo, vamos dizer melhor bravura com que Vossa Excelência defendeu a mudança da Capital. Tenho dito a numerosos membros da Maioria desta

Casa que se a Capital hoje se encontra no território do Estado de Goiás, isto se deve à Presidência da República e ao entusiasmo de Emival Caiado. Eu mesmo, que fui contrário, e ainda o sou, ao acordo com que se verificou a mudança, tenho razão em dizer ao ilustre colega que, como homem do Norte, afastado da velha Capital da República, vi com satisfação o processamento da mudança. Desejo consignar, no brilhante discurso do ilustre Deputado Caiado, o nosso apreço pela sua bravura pessoal, que deu principalmente ao Estado de Goiás, vitória que não tenho dúvida contribuirá para o engrandecimento do Brasil.

O SR. EMIVAL CAIADO — Agradeço desvanecido ao aparte de Vossa Excelência.

Senhor Presidente, já ao fim dessas despretenciosas considerações, na qualidade de presidente do Bloco Parlamentar Mudancistas queremos tributar ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira as merecidas homenagens, pela maneira serena mas segura, corajosa e nimbada de idealismo, com que conduziu um sonho em realidade palpitante e irreversível. Igual preito de reconhecimento devemos registrar aos Doutores Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, Iris Melimberg, Ernesto Silva e toda a equipe da Novacap pela capacidade administrativa revelada na edificação desta Urbes e bem assim a todos que contribuíram de qualquer forma para concretização do grande acontecimento especialmente a esses milhares anônimos de candangos que ao sol causticante respirando a poeira vermelha da terra virgem ou nas madrugadas friorentas deram o melhor de suas energias — alguns a própria vida com um entusiasmo e patriotismo que ficarão indeléveis nessa página da história brasileira.

O Sr. *Pedro Vidigal* — Congratulo-me com Vossa Excelência nesta oportunidade em que, com sua palavra independente de homem de bem e que preza o seu mandato de

— 49 —

líder mudancista, sem abdicar da sua nobre condição de deputado da União Democrática Nacional, congratulo-me com Vossa Excelência pela homenagem que ora presta da tribuna ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e que estende a este outro grande construtor de Brasília — Israel Pinheiro. Como é curiosa a situação, Deputado Emival Caiado! Ainda há pouco a voz de outro udenista levantava suspeição, levantava uma acusação e agredia o Senhor Presidente da República e os que o ajudaram a construir Brasília. Agora é a voz independente de Vossa Excelência, representante da União Democrática Nacional, que vem fazer justiça ao Presidente da República e ao Doutor Israel Pinheiro. O povo que o escuta através da irradiação do discurso, sabe honestamente que Vossa Excelência está interpretando o legítimo pensamento de grande parte dos udenistas do Brasil, de franco aplauso à obra de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O SR. EMIVAL CAIADO — Agradecemos a Vossa Excelência o aparte. Procuramos fazer justiça ao render esta homenagem ao Presidente da República. Não vejo nada de mais nisto, pois sou presidente do Bloco Mudancista. De fato, Sua Excelência conduziu com mão firme a mudança da Capital.

Quero também aproveitar o ensejo, uma vez que Vossa Excelência tentou fazer pequena exploração político-partidária para salientar que se não fôsse a nossa ação na União Democrática Nacional (*multo bem, palmas*), nenhum mérito caberia ao humilde orador em relação à mudança da Capital. Tivemos principalmente a felicidade e a sorte de ter podido contar, dentro do meu partido, os ímpetos geniais de um Deputado Carlos Lacerda e a combatividade incansável do Deputado Adauto Cardoso e toda a bancada do Estado da Guanabara, que atacaram sempre na hora certa e no ponto certo. Sabe Vossa Excelência que

a União Democrática Nacional nos deu cobertura perfilhando a tese de situar a mudança acima das injunções político-partidárias, desde quando Vossa Excelência não era ainda Deputado Federal. Deu-nos cobertura na lei que criou a Novacap de uma iniciativa que marcou o 21 de abril e na defesa do 21 de abril. Não há no Diretório Nacional da UDN ou na bancada do partido um único pronunciamento oficial contra *Brasília (Muito bem)*. Enquanto o Presidente Juscelino Kubitschek, enquanto os parlamentares na Câmara e no Senado encetavam a batalha mudancista, no partido de Vossa Excelência, principalmente no partido de Vossa Excelência, encontramos as maiores resistências. (*Palmas*). Considero mesmo, e o tenho dito várias vezes, que a força mudancista dentro da UDN é mais acentuada e mais impetuosa do que nas hostes situacionistas. Vários companheiros nossos de partido lutaram com bravura e destemor, como o nobre Deputado Correia da Costa, Vice-Presidente da União Democrática Nacional. Muitos em grande número trabalharam sem descanso pela mudança da Capital.

O Sr. Pedro Vidigal — Apenas procurei fazer um paralelo entre o discurso de Vossa Excelência e o do nobre Deputado Adauto Cardoso.

O SR. EMIVAL CAIADO — Senhor Presidente, o tempo regimental esgota-se e gostaria de encerrar minhas palavras.

Senhores Deputados, ao escolhermos a data de 21 de abril quisemos homenagear os Inconfidentes e a memória daquele que deu a sua vida pela independência política do Brasil, na convicção de que demos agora o passo mais importante para a independência econômica da Pátria!

Não nos iludamos! O historiador do futuro verá em Brasília uma balza, um marco de duas etapas diferentes do Brasil. Essa mudança da Capital define e encarna in-

— 50 —

contestavelmente um processo revolucionário em marcha. Não a caminhada, vista por alguns, para a Ditadura, pois aqui muito ao contrário antevemos a consolidação definitiva e a estabilidade final de nossas instituições democráticas com ampla e benéfica projeção e reflexo no campo internacional — mas sim, uma revolução, que, apenas, se identifica, decorrente de uma nova ordem, uma nova conjuntura econômico-social, um diferente estágio de infra-estrutura, a desafiar e a exigir, muito, da capacidade, argúcia, e espírito público do Congresso Nacional e das elites dirigentes da Nação.

Nós vos concitamos, pois, com fé no Todo-Poderoso a prosseguir nessa batalha sagrada pela redenção do Brasil! ... (*Muito bem, muito bem. Palmas*).

O SR. JOÃO AGRIPINO — Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOÃO AGRIPINO — (*Para uma questão de ordem*) * — Senhor Presidente, entreguei à Mesa requerimento de constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades porventura ocorridas na construção de Brasília.

Verifico, porém, que, na parte posterior da Mesa, líderes de Partidos dão busca em torno das assinaturas ali apostas, ao que me informam, com o propósito de solicitar a esses seus companheiros de Partido que retirem a assinatura daquele documento.

Creio, Sr. Presidente, que esta Câmara se compõe de homens independentes e livres que quando apuseram suas assinaturas estavam conscientes da sua responsabilidade.

Creio também, Senhor Presidente, que nenhum deles, assim o penso, porque assim ajo, tem o direito de pressionar, por qualquer modo,

* Não foi revisto pelo orador.

ou a qualquer motivo, os seus liderados para procedimento tão desprimoroso.

Desta forma, minha questão de ordem consiste em saber se será lícito a algum líder riscara o nome de seus liderados na ausência deste, para retirar sua assinatura, e se a retirada da assinatura só será possível pela presença pessoal do Deputado ou pela sua manifestação expressa nesse sentido. (*Muito bem*).

O SR. ABELARDO JUREMA — (*Para contraditar questão de ordem*) * — Minha questão de ordem, Senhor Presidente, é mais um pedido de esclarecimento.

Encontra-se há tempos na Mesa, segundo é do meu conhecimento, requerimento de deputados pedindo a retirada de seus nomes.

A Liderança da Maioria, Senhor Presidente, não pressiona e não pressionará nenhum Deputado a retirar seus nomes desses documentos. Apenas a Liderança pergunta se se encontra à mesa algum requerimento de deputados, já de há muito tempo, na Velha-casa, de retirada de seus nomes para a constituição desta Comissão de Inquérito. (*Muito bem*).

O SR. ADAUTO CARDOSO — Peço a palavra, Senhor Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (*Ranieri Mazzilli*) — O Presidente vai decidir a questão de ordem suscitada pelo nobre Deputado João Agripino, contraditada pelo nobre Deputado Abelardo Jurema.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Senhor Presidente, acredito que Vossa Excelência com seu espírito liberal, considerará minha manifestação apenas como argumentação a mais, como contribuição para que a Mesa resolva a questão de ordem do nobre Deputado João Agripino.

O SR. PRESIDENTE — Se é sobre a matéria em foco, a Mesa acolherá a questão de ordem de Vossa Excelência.

— 51 —

O SR. ADAUTO CARDOSO —
(Para uma questão de ordem) * —
Senhor Presidente, o requerimento constitucional, ou a manifestação constitucional de vontade que firma uma Comissão Parlamentar de Inquérito, se integra no momento em que o documento, com as assinaturas, é entregue à Mesa.

Não há forma de se considerar a manifestação dos representantes da Nação, constituindo um terço de qualquer das Casas Legislativas como outra coisa senão um ato jurídico perfeito, acabado, que por si mesmo constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito de que cuida a Constituição.

Não é esse Projeto. Não é essa uma indicação. Não é essa uma diligência qualquer, nem um expediente daqueles outros de que cuida o Regimento. É manifestação de vontade, de natureza constitucional, Senhor Presidente.

É tempo, desde que nós nos mudamos e nos revestimos do espírito de renovação tantas vezes celebrado nesta Casa, tantas vezes invocado na vida que agora iniciamos; o tempo de nos compenetrarmos de que, realmente, a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito não depende daquilo que imprópriamente se chama requerimento e é apenas uma manifestação de vontade irrevogável, que não pode ser tratada nas linhas levianas e politiquelras como aqui se quer fazer. (Muito bem).

O SR. ARNALDO CERDEIRA —
(Para uma questão de ordem) * —
Senhor Presidente, o nobre Líder João Agripino comunica a Vossa Excelência e à Casa que alguns líderes haviam procurado tomar conhecimento do documento em que se pede, nesta Câmara, uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a construção de Brasília. Sua Excelência, talvez mal informado, atribuiu logo às lideranças um propósito que não lhes podia caber. Nenhum de nós, líderes de partidos políticos no Congresso, co-

* Não foi revisto pelo orador.

meteria a injúria aos nossos liderados de riscar os seus nomes, principalmente num documento desta natureza.

No que tange à liderança do Partido Social Progressista, ela proclama, desde logo, sem nenhuma injunção e prontamente, que os Deputados que porventura hajam assinado esse requerimento o fizeram na consciência de um dever público e no exercício de seus mandatos. Com essa mesma consciência e no exercício de seus mandatos, só a eles cabe manter ou rever a posição que tomaram. Não exercerá a liderança do PSP qualquer coação. Ainda mais: irá ela estudar o problema com o cuidado que dispensa a todas as questões desta importância, e talvez tome até uma atitude coletiva, depois de ouvir os seus liderados, colher as suas opiniões e transmitir, então, o pensamento da bancada do PSP. (Muito bem).

O SR. GERALDO GUEDES —
Senhor Presidente, peço a palavra sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE — (Ranieri Mazzilli) — Dou a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GERALDO GUEDES —
(Para uma questão de ordem) * —
Senhor Presidente, salvo engano de minha parte, em processo que me foi distribuído por Vossa Excelência, dei parecer, aprovado pela Mesa, a respeito de assunto igual. Acredito que uma das teses defendidas por mim, quanto à natureza e os efeitos da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no referido parecer, era exatamente esta, a de que a Comissão se auto-constituía, a Comissão se auto-organizava, a Comissão se auto-integrallzava no momento em que o número legal de Deputados, exigido pelo Regimento, estivesse realmente atendido.

Assim, Senhor Presidente, mais como subsídio para a legítima, sã e lúcida interpretação de Vos-

* Não foi revisto pelo orador.

— 52 —

sa Excelência, do que mesmo como cooperação pessoal, desejaria nesta hora, lembrar a Vossa Excelência o aludido parecer, porque ele já representa, a esta altura, uma decisão tomada pela Mesa a respeito do assunto. *(Muito bem)*.

O SR. LYCIO HAUER — *(Para uma comunicação)* * — Senhor Presidente, desejo declarar a Vossa Excelência que assim logo no início da sessão legislativa passada, êsse requerimento. Mas ainda lá na Velhacap, apresentei à Mesa requerimento retirando a minha assinatura. Concordo com o nobre Deputado em que era uma manifestação de vontade, mas também agora expresso minha vontade contrária a êsse requerimento. Sobretudo agora, depois da transferência da Capital, acho uma Comissão dessa natureza totalmente inútil.

Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que faça constar o meu nome como não dando apoio algum a essa Comissão. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE — *(Ranteri Massili)* — A questão de ordem levantada pelo nobre líder João Agripino, objeto de comentário e contestação por parte do nobre líder Abelardo Jurema e de outros Senhores Deputados, pode ser decidida pela Mesa frente à letra mesma do Regimento. É certo que o instituto da Comissão de Inquérito, inovação entre nós, da última Carta Constitucional, tem rito especial para sua constituição e se autodetermina, seja nos fins, seja mesmo na criação. Entretanto, o Artigo 89, que define o que seja proposição — “Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara” — estabelece no parágrafo 9.º:

“Nos casos em que as assinaturas de uma proposição não representem apenas apoio, não poderão ser retiradas após a respectiva publicação”.

* Não foi revisto pelo orador.

A Comissão de Inquérito é precisamente daquelas proposições em que, uma vez reunidos os requisitos previstos em lei, não pode a assinatura representar, e não representa, simples apoio, mas uma adesão completa, conforme esclareceram os nobres Deputados Adauto Cardoso e Geraldo Guedes.

A Mesa, examinando matéria em tese, relatada com brilho, pelo nobre Deputado Geraldo Guedes, concordou, efetivamente, em que, uma vez ultimado o ato que se conclui, conforme o Regimento pela publicação, é irretroatável.

A matéria, portanto, está posta nos termos de irretroatabilidade, desde que haja o implemento da condição prevista no parágrafo 9.º, do Artigo 89.

A Mesa acaba de receber uma proposição com assinaturas que devem ser conferidas, por isto que todos sabemos que as assinaturas, de modo geral, são símbolos, são sinais que precisam ser confrontados. E, para êsse efeito também na forma do Regimento, convocou o nobre Deputado José Bonifácio para acompanhar a conferência, que está sendo objeto das providências da Mesa através de seus assessores, com a assistência do nobre Primeiro Secretário da Câmara.

Quanto à forma para que, antes da publicação, possa ser retratado o ato de adesão, a Mesa só pode aceitar por escrito, na forma, ainda, do Regimento e da tradição, por isso que, sendo proposição acessória, ela só poderá ser recebida na forma por que a principal o foi. E, porque é proposição acessória, cabe aqui um esclarecimento ao nobre Deputado Lício Hauer que menciona ter mandado à Mesa, há mais tempo, um requerimento pelo qual solicitava a exclusão de sua assinatura no documento de que se trata.

A Mesa terá recebido, para guarda, o documento, mas não tinha como aceitar o documento, por isso que se tratava de proposição acessória e esta só poderá evi-

— 53 —

dentemente ser recebida quando a principal se encontrar à mesa.

Já agora a Mesa vai verificar que requerimentos possam existir nestas condições para recebê-los, porque os terá guardado por funcionários, uma vez que não poderia receber proposições acessórias referentes àquela principal que ainda não tivesse existência formal.

Com estes esclarecimentos, pensa a Mesa ter dado ao plenário os necessários pontos em que ela apolará a sua ação no fato de que se trata.

O SR. JOSÉ LOPES — *(Para uma questão de ordem)* * — Senhor Presidente, tenho a impressão de que assinel o requerimento. Não entendo o porquê da retirada da assinatura de alguns colegas. Não estou compreendendo o fundamento de tal atitude. No entanto, entendo muito menos por que o Governo não pediu esse inquérito, por que o Presidente da República não o mandou instaurar. Não entendo. Se por qualquer circunstância minha assinatura não estiver no requerimento, quero que dêle faça parte *(Palmas)*. Não entendo como alguns colegas retiraram sua assinatura de um pedido de inquérito, pois parto do princípio de quem não deve não teme. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE — *(Ranieri Mazzilli)* — Nobre Deputado, para fazer figurar sua assinatura no requerimento, se dêle ainda não consta, deverá certificar-se, para o efeito de firmá-lo.

O SR. CORREIA DA COSTA — * — Senhor Presidente, na oportunidade em que o Congresso Nacional, em sua primeira e histórica sessão ordinária, inicia seus trabalhos parlamentares, desejo elevar a minha voz, como representante de Mato Grosso, para, da iminência do planalto, enviar uma saudação emocionada a todos os brasileiros que vivem no interior desta grande Nação, em especial aos nossos

* Não foi revisto pelo orador.

irmãos mato-grossenses, para dizer-lhes que a mudança da Capital traz nova esperança a uma imensa parcela do povo brasileiro, até então, relegada ao mais completo abandono. Os meus votos, desta tribuna, são para que o início da vida parlamentar, em Brasília, constitua o marco de uma nova política, de uma nova orientação, em benefício da imensa maioria do povo brasileiro, que vive no interior, sem contar com qualquer auxílio da Mãe-Pátria. *(Muito bem)*.

O SR. ABELARDO JUREMA — * — Senhor Presidente, Senhores Deputados, é evidente que, neste instante, o assunto há pouco focalizado prende a atenção da Casa e do País. Por isso mesmo é que não poderia eu assinar um documento, que data de 13 de maio de 1959, sem lê-lo, sem ter pelo menos examinado os seus parágrafos. Tal documento anda por esta Casa há um ano, mas poucos o conhecem. Quero, neste instante, ler alguns tópicos do mesmo, para que se comprove que o objetivo...

O Sr. João Agripino — Perguntaria se, quando Vossa Excelência assumiu o compromisso de concordar com esta comissão de inquérito, conhecia ou não o requerimento.

O SR. ABELARDO JUREMA — Não conhecia.

O Sr. João Agripino — Por que, então, assumiu esse compromisso?

O SR. ABELARDO JUREMA — Vou responder a Vossa Excelência mais tarde, porque agora quero cingir-me ao texto do documento, para depois fundamentar a nossa posição.

Este documento data de 13 de maio de 1959. Estamos, portanto, a ver o seu primeiro aniversário. Brasília se instalou há dois dias, há oito dias. Ainda aqui nos estamos organizando e o documento começa assim:

* Não foi revisto pelo orador.

— 54 —

"Os abaixo assinados requerem, nos termos da Constituição e Regimento Interno, fique constituída uma comissão parlamentar de inquérito para examinar"...

Prestem os meus colegas atenção a esta particularidade: a comissão foi requerida há um ano!

... examinar a organização e a regulamentação dos serviços públicos de Brasília".

Esta organização, nós aprovamos, e, a algumas horas da mudança da Capital, já aqui se requer seja examinada.

O Sr. João Agripino — Este argumento não está à altura da inteligência de Vossa Excelência. Exatamente o exame prévio da organização de Brasília é o que se pretendia.

O SR. ABELARDO JUREMA — Continua o requerimento: "Estado das habitações necessárias aos parlamentares e servidores públicos".

Pergunto a esta Casa: há um ano, qual era o estado das habitações nesta cidade?

O Sr. João Agripino — Se tivéssemos feito o inquérito, saberíamos que não havia habitações.

O SR. ABELARDO JUREMA — E mais adiante: "existência de abastecimento de água, saneamento e esgoto, telecomunicações, interna e externa, estabelecimentos de ensino de curso primário, médio, rede hospitalar, pronto socorro, hotéis, acessíveis às diversas classes..."

O Sr. Pedro Vidigal — Tudo superado!

O SR. ABELARDO JUREMA — Tudo isto Brasília teria de possuir há um ano para que a Oposição pudesse fiscalizar se tais coisas estavam funcionando, se havia prédios para residirmos, se havia condições de saneamento, de abastecimento de água, hotéis, te-

lecomunicações, estabelecimentos de ensino e hospitais.

Perdoe-me a nobre Oposição, é um documento que não tem objetividade! (*Palmas*). Na verdade, é objetiva o quê? Aquilo que foi inaugurado há vinte e quatro horas, há oito dias? Se a Oposição quisesse ser mais autêntica...

O Sr. João Agripino — Lela o resto!

O SR. ABELARDO JUREMA — ... haveria de ter renovado estes quesitos que datam ainda de 13 de maio de 1959!...

O Sr. João Agripino — Pode Vossa Excelência ler o item 2.º?

O SR. ABELARDO JUREMA — Lelo tudo. Letro "c": "custo médio da construção para aquisição de casa própria, forma e condições de financiamento".

O Sr. João Agripino — Ai é que está... E ai José?

O SR. ABELARDO JUREMA — Ainda hoje estamos vendo as construções em acabamento de vários prédios de Institutos, e não sei por que a Oposição não vem mais adiante, não dilatou mais isto, e não pediu esta Comissão no dia em que o Presidente aqui chegou a este planalto, sozinho, e começou a sua obra...

O Sr. João Agripino — E não sei por que Vossa Excelência disse que no dia 22 de abril concordaria com a Comissão de Inquérito...

O SR. ABELARDO JUREMA — Vossa Excelência me trouxe o requerimento para receber minha assinatura, o que só posso fazer lendo, criticando, analisando, porque não estou na liderança representando a mim mesmo (*Muito bem*), represento deputados de vários partidos que têm compromisso de colaborar com o Governo na construção de uma obra para o bem público. Brasília aí está. E o Deputado Adauto Cardoso, meu nobre amigo e ilustre adversário, disse daquela tribuna: "Brasília é um crime!" Distancia-se éle desta

— 55 —

Casa, parecendo um espectro falando, porque foi de ontem, Senhor Presidente, a consagração desta Casa em péso ao criador de Brasília, que aqui esteve e recebeu as palmas mais entusiasmáticas do Congresso, de Senadores e Deputados de todos os partidos! Então, esta Casa iria consagrar, iria aplaudir, iria exaltar um criminoso? "Brasília é um crime"! Foi a expressão do nobre Deputado Adauto Cardoso, e foi a Câmara que repeliu esta expressão como por antecipação, quando de pé aplaudiu o criador de Brasília.

O Sr. Oscar Corrêa — Esta bancada não bateu palmas!

O Sr. Pedro Vidigal — O Senhor José Bonifácio de Andrada e Silva aplaudiu o Senhor Presidente da República.

O Sr. Adauto Cardoso — É uma questão de gosto pessoal...

O Sr. Oscar Corrêa — O Senhor José Bonifácio de Andrada e Silva já morreu há muito tempo...

O Sr. Pedro Vidigal — Assisti, comovido, ao abraço do Deputado José Bonifácio ao Presidente Juscelino Kubitschek.

O Sr. Oscar Corrêa — Isto é exploração política!

O SR. ABELARDO JUREMA — Um abraço de oposicionista emocionado no Presidente da República, na hora em que Brasília se constitui na nova Capital.

O Sr. Pedro Vidigal — Na hora em que o Presidente realizava o sonho do Deputado José Bonifácio.

O SR. ABELARDO JUREMA — Diz bem Vossa Excelência. E eu bem compreendi.

Mas, Senhor Presidente, vamos adiante:

"d) custo das utilidades necessárias ao consumo; formas de abastecimento; mercado abastecedor; sua distância; capacidade produtiva e transporte".

Estes são os objetivos da Comissão.

O Sr. Adauto Cardoso — Não só esses, há outros.

O SR. ABELARDO JUREMA — Mas Vossas Excelências tenham paciência, tenham calma.

Faltou à Oposição um pouco de imaginação para firmar esse documento.

O Sr. Pedro Vidigal — Pobreza de espírito, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Ranieri Mazzilli) — Atenção. O nobre Deputado Osvaldo Lima Filho pede licença ao orador para levantar uma questão de ordem.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO — Senhor Presidente, peço licença a Vossa Excelência e ao orador, que está fazendo magnífica exposição, ouvida pela Casa com a atenção que merece, para apresentar requerimento de prorrogação da sessão por mais meia hora, a fim de que o nobre Líder da Maioria possa concluir sua oração.

O Sr. Adauto Cardoso — Estaria de acordo em votar o requerimento desde que o nobre Líder da Maioria se persuadisse de que o Inquérito não é realmente contra o Presidente da República, tão glorificado, mas para apurar os que dilapidaram e saquearam os cofres dos institutos de previdência.

O SR. PRESIDENTE — (Ranieri Mazzilli) — Na forma do Regimento, requerimento de prorrogação da sessão não está sujeito a encaminhamento.

O Sr. Adauto Cardoso — Já concluo, então, Senhor Presidente.

Dizia, é para se saber quais os que no item dos gastos exagerados ou dos gastos que causaram prejuízos ao erário são achados com culpa. Vossa Excelência, nobre Deputado Abelardo Jurema, acha que é o Presidente Juscelino Kubitschek?

O SR. ABELARDO JUREMA — Vou prosseguir, nobre Deputado, e Vossa Excelência terá paciência de me ouvir.

— 56 —

O SR. PRESIDENTE — (*Ranieri Mazzilli*) — Vem à Mesa requerimento de autoria do nobre Deputado Osvaldo Lima Filho, solicitando prorrogação da sessão por trinta minutos. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram permanecer como se encontram.

(Pausa).

Aprovado.

O nobre orador disporá, portanto, de tempo, até às dezenove horas e quinze minutos.

O SR. ABELARDO JUREMA — Senhor Presidente, obrigado a Vossa Excelência, muito obrigado ao Deputado Osvaldo Lima Filho, muito obrigado aos nobres pares desta Casa e, sobretudo, à nobre Oposição, por ter concordado em ouvir a análise e crítica que faço do problema.

Já li a letra "d". Está-se vendo que se essa Comissão fôsse constituída quando assim desejou a Oposição, iríamos chegar aqui e examinar: "mercado abastecedor" — não existe, está se fazendo. "Fontes de consumo". Seria o quê? Qual o objetivo escondido da Oposição, nesse planejamento?

Letra "e": "outras que julgar conveniente apurar".

A Constituição diz, aqui, Senhor Presidente:

O Sr. *Adauto Cardoso* — Já vem o fato determinado".

O SR. ABELARDO JUREMA — "A Câmara dos Deputados e o Senado Federal criarão Comissões de Inquérito sobre fato determinado, sempre que o requerer um terço dos seus membros".

Senhor Presidente, é curioso se observar que em todo este documento — e vou lê-lo todo — não há um fato determinado. E o mais curioso é que a União Democrática Nacional, a Oposição, tem os seus elementos na Comissão. E já se disse e redisse, na tribuna e na imprensa: a NOVACAP é uma sociedade originalíssima, porque, além do Conselho Fiscal que a lei determina, ela tem, dentro de sua Dire-

toria, por determinação legal, a participação de representante da Oposição.

O Sr. *Rui Ramos* — Inclusive agora.

O Sr. *Adauto Cardoso* — Tudo isso é velho. Há compromisso do líder.

O SR. ABELARDO JUREMA — Houve anuência da Oposição, porque se arrasta há quase um ano.

A Oposição fez um seu correligionário demitir-se da direção.

O Sr. *Rui Ramos* — E nomeou outro.

O SR. ABELARDO JUREMA — Andou em divagações e debates correntes que não queriam representação, mas o outro não se demitiu, permaneceu o honrado companheiro da Oposição.

A Oposição termina por fazer nova indicação, que recalou em um homem da estatura moral do Senhor Guilherme Machado, de Minas Gerais.

O Sr. *Pedro Vidigal* — Todo o Brasil sabe que o representante da UDN na Novacap, o honrado Senhor Iris Meinelberg, suspeitando de estar cometendo irregularidades no cargo que dignamente ocupava, requereu ao Diretório Nacional dêsse partido a justiça no julgamento do seu procedimento. O Diretório Nacional da UDN houve por bem inoventar o Senhor Iris Meinelberg de todas as acusações improcedentes, que sobre si caíam, e todo o Brasil sabe que esse homem, então na chefia do órgão pagador da Novacap, era o tesoureiro, que somente deveria fazer pagamentos à vista dos comprovantes, à vista da procedência honesta dos comprovantes. Então, se houve irregularidades na Novacap, a conclusão que se impõe é que ela foi cometida pelo representante da UDN, com que não concordamos.

O SR. ABELARDO JUREMA — Diz Vossa Excelência muito bem. E se houvesse fato determinado que fizesse renunciar a um car-

— 57 —

gô do Diretório um seu correligionário, indicando outro, sem dúvida de maior confiança, que deveria fazer o novo representante? Assumir seu posto e ir buscar os fatos determinados, denunciando-os a esta Casa e à Nação. Pois bem, não se ouviu uma palavra sequer de qualquer dos representantes da nobre Oposição da Novacap.

Tem o aparte o nobre colega o Senhor Adauto Cardoso, pedindo a Sua Excelência seja breve, porque meu tempo é curto e desejo ler todo o documento.

O Sr. Adauto Cardoso — Sinto que Vossa Excelência não tenha também advertido no mesmo sentido o nobre colega da Maioria que antes aparteu Vossa Excelência.

O SR. ABELARDO JUREMA — Vossa Excelência dispõe do mesmo tempo para falar.

C Sr. Adauto Cardoso — Veja Vossa Excelência como, em matéria de fatos determinados, a liderança da maioria anda mal informada. Se a liderança está mal informada quanto ao que ocorre no Diretório Nacional da UDN...

O SR. ABELARDO JUREMA — Sei pelos jornais.

O Sr. Adauto Cardoso — ... pelas informações do Deputado Pedro Vidigal, evidentemente estaria ela exposta a graves erros de fato. Nós, que queremos que este País tenha, a partir de 3 de outubro, como símbolo, a vassoura, varremos nossa Casa. Varremos nossa Casa, para poder, para impor, para reclamar que Vossas Excelências varram a sua.

O SR. ABELARDO JUREMA — Parece-me que estão varrendo mal, porque varreram o Senhor Leandro Maciel.

O Sr. Adauto Cardoso — Vossa Excelência concede o aparte ou deseja estabelecer polêmica? Nós criamos autoridade moral para reclamar inquéritos, fazendo-os dentro dos nossos próprios arraiais.

Vossas Excelências não. Vossas Excelências, que assumem compromisso formal, solene, categórico, de permitir o inquérito parlamentar a partir do dia 22 de abril, efetuada a mudança, hoje se apegam a tudo que há de mais infantil, de pueril, inclusive à alegação de que os fatos sobre os quais a Oposição quer investigar são peremptos, caducos, passados. Mas passados por que? São passados porque Vossas Excelências só quiseram consentir que a investigação se abrisse a partir do dia 22, quando se trataria de fatos pretéritos.

Portanto, é uma cama de gato, como se diz na linguagem popular, aquilo que a Maioria quis armar àqueles que pedem a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ABELARDO JUREMA — Vossa Excelência vai-me permitir nobre Deputado. Mas, quando diz que impedimos apurar fatos, é porque eles não existem e ainda estavam em construção todos os objetivos colimados pela Oposição.

O Sr. Adauto Cardoso — Mas hoje existem.

O SR. ABELARDO JUREMA — Estou lendo, item por item, um documento redigido há um ano que declara preços de construção deste prédio, que se está concluindo agora,...

O Sr. Adauto Cardoso — Diga logo que Vossa Excelência tem medo.

O SR. ABELARDO JUREMA — ... que procure preços dos edifícios de apartamentos que ainda estão se construindo. Aqui está, Custo das obras em comparação com empresas de administração direta e particular. Avaliação dos gastos efetuados pela Novacap, institutos de previdência social, Fundação da Casa Popular, autarquias e sociedades de economia mista, custas dos palácios presidenciais, tudo isto consta de documentos da Novacap que estão nas mãos do Diretor Tesoureiro, que é da União Democrática Nacional, e do Doutor

— 58 —

Virgílio Távora, ex-parlamentar e uma honra do Ceará, um homem de bem que está na direção da Novacap. Tudo isso, se a Oposição quisesse apurar, teria sido, através dos seus próprios representantes.

O Sr. João Agripino — Quero declarar que os membros da Oposição da Novacap compareceram à reunião do Diretório há cerca de seis meses, e há uma semana, já em Brasília, insistiram para que nós conseguíssemos fazer a Comissão de Inquérito. Assim, todos os que participaram da administração da Nova Capital, querem, desejam e pleiteiam a Comissão de Inquérito, diferentes dos companheiros de Vossa Excelência que não sei se o querem, se o desejam, se o pleiteiam. Em segundo lugar, quero lembrar que, quando se discutia esse requerimento no Plenário, a propósito da denúncia do Deputado Elias Adalme, foi Vossa Excelência quem leu uma exposição do Doutor Israel Pinheiro que dava todos esses preços. Resta apurar se são exatos e de que documentação foram extraídos. Nunca é tarde para se apurarem ladroelras. Nunca é tarde, também, para se passar um atestado de mediocridade aos administradores. Ou apuram as irregularidades documentadas neste resumo ou se passa um atestado de idoneidade à Novacap.

O SR. ABELARDO JUREMA — A paixão espelha-se no rosto de Vossa Excelência e nas suas palavras quando prega quer uma Comissão de Inquérito e já diz que a ladroelra campela quando o Deputado Aduino Cardoso diz que a construção foi cara e desonesta. Disse daquela tribuna que foi cara e desonesta. Então, das duas uma, ou o Deputado sabe o preço ou então esse documento não tem qualquer significado, qualquer sentido porque busca os preços dessas construções.

O Sr. Pedro Vidigal — Vossa Excelência está lendo um texto e já foi dito que se está apegando a infantildade. Está lavrado, por-

tanto, o atestado, público e raso do que é esse documento. Continue, continue lendo esse documento porque o povo brasileiro, no fim da sua leitura, terá encontrado um verdadeiro manual de gargalhadas.

O SR. ABELARDO JUREMA — Muito obrigado, Padre Vidigal.

Eis o documento assinado por muitos Deputados em confiança. Vamos descobrir os crimes as ladroelras, as negociatas e depois do documento apresentado é isto que o Padre Vidigal diz ser uma fábrica de gargalhadas. Não tem atualização. Se esse documento fôsse aprovado pelo plenário, há um ano, por 109 Senhores Deputados, ele não teria objetivo e a comissão que se organizasse iria despender um crédito de trezentos milhões de cruzeiros sem função absolutamente alguma, porque a Capital não estava construída mas em construção. (*Trocem-se apartes simultâneos*).

O SR. PRESIDENTE — Peço aos Senhores Deputados só apartem com consentimento do orador.

O SR. ABELARDO JUREMA — Vê-se perfeitamente a indocilidade da Oposição. Enquanto nós da Maioria ouvimos as palavras do Deputado Aduino Cardoso silenciosamente, anotando os seus tópicos principais para responder, agora a Oposição não me quer deixar falar, porque há a imposição da Oposição que não ajudou a construir Brasília.

Curvo-me mais depressa diante daqueles candangos...

O Sr. Aduino Cardoso — Viva a demagogia, abalxo o Inquérito!

O SR. ABELARDO JUREMA — ... daqueles trabalhadores, dos homens brasileiros que organizaram pelo seu saber e pela sua técnica aquilo que o mundo todo aplaude, aquilo que o esforço criador do povo brasileiro construiu para dignificar o Brasil.

O Sr. Medeiros Neto — Estou voltando dos Estados Unidos da

— 59 —

América e posso testemunhar a admiração que Brasília desperta nas autoridades americanas.

O Sr. Nestor Duarte — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Vou permitir o aparte em homenagem a esse líder tão simpático da Oposição que é o Senhor Nestor Duarte.

O Sr. Paulo Sarasate — E o outro, não é simpático?

O Sr. Nestor Duarte — A Maioria assumiu o compromisso de consentir no inquérito sobre as obras de Brasília, seu custo e sua administração desde que a Capital da República fosse transferida. Pergunto agora a V. Exa., na qualidade de líder da Maioria: a que espécie de inquérito, a que espécie de fatos dá assentimento para o inquérito respectivo?

O SR. ABELARDO JUREMA — Eu iria chegar a esta parte no final de minha oração, mas V. Exa. se precipitou.

Mas o que quero dizer a V. Exa. é que a Maioria nesta Casa acompanhou a nobre Oposição, não na sua totalidade, porque vários elementos da Oposição, e da maior projeção, sem dúvida, colaboraram na obra da mudança da Capital. Não quero praticar a injustiça do Deputado Adauto Cardoso quando daquela tribuna afirmou que Brasília foi obra da Maioria. O autor daquela lei é hoje consagrado pela nação brasileira, o Deputado Emival Calado.

O Sr. Adauto Cardoso — Não disse que a mudança foi obra da Maioria. Disse que a mudança apressada foi obra da Maioria.

O SR. ABELARDO JUREMA — V. Exa. disse. Tome nota e só amanhã no "Diário do Congresso" poderemos fazer a verificação.

O Sr. Paulo Sarasate — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Jacob Frantz — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Estou concluindo minhas considerações e darei o aparte a V. Exa. e ao ilustre Deputado Medeiros Neto que já o havia solicitado, mas a Maioria acompanhou durante tanto tempo a construção de Brasília, os arroubos da Oposição, isto que o nobre Deputado Adauto Cardoso classifica a maioria da Minoria em toda argumentação, em torno deste inquérito visava suspensão da mudança da Capital, porque ainda hoje, ante este espetáculo, ante a consagração a que se assistiu, ante a manifestação de toda a Nação, de Norte a Sul do País, o nobre Deputado Adauto Cardoso, diz da tribuna que é contra a mudança da Capital, que ela vai ser digerida. De modo que o que se observa, o que se conclui é que todo o trabalho feito há um ano visava impedir a mudança, visava sustar as obras, visava evitar a expansão do crédito, que permitiu esta construção. E foi que a Maioria vigilante não deixou; foi isso que a Maioria vigilante impediu.

Aceito agora o aparte do nobre Deputado Medeiros Neto.

O Sr. Medeiros Neto — Nobre Deputado, o meu aparte significa um depoimento. Estou retornando de longa excursão que consegui realizar através dos Estados Unidos, como delegado desta Casa. Trago para V. Exa. e para a História um valiosíssimo documento. Disse-me alguém ali: depois de vocês construírem Brasília, temos de dividir com o Brasil a responsabilidade do comando na direção das duas Américas. Isto significou para mim algo de surpresa, porque, realmente, o fator que estamos defendendo não é o da obra que cavilosamente a Oposição adotou como sua, mas que aceitamos como nossa, porque realmente é nossa e vamos defendê-la, porque é o único sinal de que estamos a iluminar os caminhos para a posteridade.

O SR. ABELARDO JUREMA — Obrigado.

— 60 —

Dou agora o aparte ao nobre Deputado Jacob Frantz.

O Sr. Jacob Frantz — Nobre Deputado, creio que nada trarei de extraordinário como contribuição ao discurso de V. Exa. Apenas queria focalizar três pontos que me parecem revestidos de certa objetividade e que devem ser levados em consideração quando se examina assunto de relevância como este ora em debate. Em primeiro lugar, acho que uma comissão parlamentar de inquérito desta natureza, que envolve a idoneidade, a honestidade de figuras de tão alta responsabilidade, só deve ser solicitada quando se tem à mão fatos rigorosamente concretos.

O Sr. Adauto Cardoso — Aí não seria preciso inquérito. Seria matéria de Justiça Criminal.

O Sr. Jacob Frantz — Segundo ponto. Há poucos dias, no Rio de Janeiro, se deu publicidade, à base de certo escândalo, ao fato de que um ilustre representante udenista na NOVACAP — o Coronel Virgílio Távora — iria apresentar contas, que estariam viciadas, ao exame, salvo engano, do seu próprio Partido, logo que a Capital fôsse transferida para Brasília. Dois dias depois, o próprio Coronel Virgílio Távora fez questão de vir a público, através da imprensa, declarar que tais notícias não eram exatas e que a contabilidade e a movimentação do dinheiro em Brasília era legal.

O Sr. João Agripino — Ninguém jamais declarou que era ilegal.

O Sr. Adauto Cardoso — A legalidade de operações contábeis não é discutida.

O Sr. Jacob Frantz — A declaração está na imprensa do Rio de Janeiro. Em terceiro lugar, se há fatos positivos que comprometem a honrabilidade dos homens que dirigem a NOVACAP, esses fatos certamente são do conhecimento de representantes da UDN que participam da direção da NOVACAP. Neste caso, esses homens se deveriam ter demitido há muito tempo, sob pena

de faltar autoridade moral da UDN para solicitar esse inquérito.

O Sr. Adauto Cardoso — Autoridade moral falta a quem não cumpre a palavra.

O Sr. João Agripino — Pediria licença para um ligeiro aparte, apenas para lembrar que esse requerimento da comissão de inquérito em maio do ano passado foi amplamente divulgado pela imprensa.

Nesse tempo não era sobre fato indeterminado nem infantil, e Vossas Excelências não concordaram.

O SR. ABELARDO JUREMA — Nobre Deputado, este requerimento caminha há um ano.

O Sr. Adauto Cardoso — Amplamente divulgado na imprensa.

O SR. ABELARDO JUREMA — Não se atualizou. Não se renovou.

O Sr. Adauto Cardoso — O Deputado Israel Pinheiro tem cópia nos seus arquivos.

O SR. ABELARDO JUREMA — É a Oposição, tão elosa na cobrança de prestações de contas pelo governo, durante este ano inteiro não teve um outro argumento para incluir. Não teve um outro fato. Nada. Deixou este documento como foi redigido há um ano.

Se os escândalos fôsem de tal ordem de abalar a nação, sem dúvida alguma ela aqui estaria, porque esta justiça faço à Oposição: vive catando míudos numa obra de gigante.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Senhor Deputado Abelardo Jurema, tem V. Exa. razão quando sustenta que a Comissão Parlamentar de Inquérito ora solicitada pela nobre Oposição desta Casa não tem razão de ser. Considero que o instituto da comissão parlamentar de inquérito, sobretudo como garantia da Minoria no Congresso, é uma das mais altas, das mais úteis armas do funcionamento do regime democrático, principalmente dentro do regime presidencial, com todos os seus vícios e defeitos. Mas V. Exa. e a Casa sabem, como sabe a Nação —

— 61 —

e tem sido repetido aqui — que, no caso vertente, o instituto foi subvertido, foi antecipado por uma inovação que reputo das mais felizes na prática da elaboração legislativa neste país, através de uma emenda de autoria do meu nobre colega e amigo, o Sr. Deputado Adauto Cardoso, que mandou incluir obrigatoriamente na constituição da Companhia Urbanizadora da Nova Capital representantes do maior Partido de Oposição no Congresso. Consequentemente, ou a União Democrática Nacional passa um atestado de cumplicidade, de inépcia, de impatriotismo, de desonestidade aos altos e nobres brasileiros que a representam na Comissão Urbanizadora da Nova Capital — dois ilustres ex-colegas nossos: o Coronel Virgílio Távora e o Sr. Guilherme Machado — ou não pode reclamar contra a malversação de dinheiros na Nova Capital, porque, se houvesse malversação, nela estariam acumplicados dois representantes seus, dois homens inatacáveis pela honradez, pela probidade a que eu, como creio, tôda esta Casa, sendo o preto da nossa homenagem. Não vejo, portanto, como se esteja aqui, a pretexto de criar motivos para propaganda eleitoral, às vésperas da sucessão...

O SR. ABELARDO JUREMA — Este é o objetivo.

O Sr. Adauto Cardoso — O General Teixeira Lott nada tem com essas irregularidades.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — ... a levantar dúvidas sobre a aplicação de dinheiros públicos, de que, devemos dizer, a nobre Oposição nesta Casa — a União Democrática Nacional e o Partido Libertador — são aplicadores legais. Aí está a questão: a União Democrática Nacional, quando aceitou integrar a Comissão Urbanizadora da Nova Capital, por um membro seu da mais alta categoria moral, o indicou pela sua Diretoria Nacional e o substituiu ainda há pouco dias antes da mudança, assumiu a obri-

gação moral e a responsabilidade de fiscalizar a aplicação dos dinheiros públicos.

O Sr. João Agripino — E o dever de punir os que forem encontrados em falta, que V. Exa. não quer assumir.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Assumo, se os membros da União Democrática Nacional se demitirem.

O Sr. Adauto Cardoso — Eles pediram inquérito, os dois.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Mas não pediram na NOVACAP.

O Sr. Adauto Cardoso — Vossa Excelência quer criar um incidente novo.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Não é incidente novo.

O Sr. Adauto Cardoso — O que ocorre é que ambos pediram o inquérito.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Não sei como se pode pedir particularmente um inquérito e continuar-se a fazer parte de um órgão acusado de desonestidade. Não entendo essa moralidade que, na ocasião, permitiu a membros do partido requerer dentro da agremiação se instaurasse inquérito e ao mesmo tempo continuassem tais membros fazendo parte de uma companhia acusada de malversação de dinheiros públicos. Faço o mais alto e mais nobre juízo dos ilustres e honrados representantes da União Democrática Nacional na Companhia Urbanizadora. De início devo dizer, com a permissão do nobre Deputado Abelardo Jurema...

O Sr. João Agripino — V. Exa. foi um dos que prometeram assinar o requerimento depois do 21 de abril,...

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Não prometi. Fiz um apelo ao nobre Líder da Maioria para que assinasse, e...

O Sr. João Agripino — Concitou a Maioria a que assinasse.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Exatamente. Vinculei o pensamento do

— 62 —

Partido Trabalhista. E por que? Porque o Partido Trabalhista Brasileiro não tem representante na NOVACAP. Mas nós confiamos na honradez dos homens da UDN. Devo dizer, Sr. Presidente, que inicialmente, como bom brasileiro, tive minhas dúvidas quando o nobre Líder Carlos Lacerda levantou acusações frontais à honorabilidade do representante udenista na NOVACAP, o Sr. Irls Meinberg. Mas esse foi substituído, a UDN indicou outros nomes, da melhor categoria moral.

O Sr. João Agripino — E os fatos?

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Que fatos são esses que permitem à UDN ter elementos integrando num órgão acusado dessa malversação?

O SR. ABELARDO JUREMA — V. Exa., nobre Deputado Osvaldo Lima Filho, trouxe uma colaboração que eu gostaria de completar.

O Sr. Pedro Aleixo — Permite um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Ouvirei sempre V. Exa. com muito encantamento, sobretudo porque é um mestre do Direito e é um mestre desta Casa pela sua eloquência, pela sua palavra fácil.

O Sr. Pedro Aleixo — Se V. Exa. me outorga esses títulos...

O SR. ABELARDO JUREMA — Com toda sinceridade e justiça.

O Sr. Pedro Aleixo — Sei bem que a sinceridade não exclui generosidade. Tomo apenas um minuto de V. Exa. Num debate tão caloroso como este quero dar um depoimento. Há cerca de dois meses quando estivemos nesta Cidade em comissão da Oposição da Câmara, conversamos largamente sobre vários problemas com o Sr. Israel Pinheiro, que nos declarou que somente se manifestara contrário ao trabalho de uma comissão de inquérito, porque a organização desse órgão naquele momento poderia perturbar a execução da medida legal da transferência da Capital no dia 21 de abril. Mas, dizia ele,

no dia seguinte ao da transferência da Capital considero um dever meu estar solidário com quantos queiram se faça inquérito sobre o processo pelo qual se construiu Brasília. Diante deste claro e peremptório pronunciamento do Sr. Israel Pinheiro, peço licença a V. Exa. apenas, concluindo, para dizer que não acredito que qualquer homem de bem, seja quem seja, esteja onde estiver, tenha receio de um inquérito na sua vida. (Palmas).

O SR. ABELARDO JUREMA — Diz muito bem V. Exa. Nobre Deputado Osvaldo Lima Filho, quando V. Exa. abordou o aspecto da participação da Oposição na Novacap, eu ia dizer a Vossa Excelência, mas os debates não me permitiram, que, se a nobre Oposição trouxesse para cá fatos determinados pela sua própria representação na Novacap, documentação e fundamentando aquela proposição, esta Câmara, há muito tempo, teria dado, como tem feito relativamente a outras proposições de importância igual, que tem tramitado por várias comissões especiais da Casa...

O Sr. Ernâni Sátiro — Permita-me. Sem ser portador dos nobres títulos do Deputado Pedro Aleixo, mas como modesto e humilde conterrâneo, de V. Exa., agradeceria o aparte que me concedesse.

O SR. ABELARDO JUREMA — Desde que me conceda um minuto para concluir minhas considerações, senão o tempo não vai permiti-lo.

Sr. Presidente, li a proposição e desafio que, numa reunião de Deputados da Oposição e da Maioria, inúmeros, ao tomarem conhecimento de seus termos, não retirem sua assinatura. Porque sei que vários Deputados, tanto do Governo como da Oposição, assinaram aquele documento na suposição de um objetivo, porque só se falava nos escândalos, nas negociações. Mas, há um ano aquela proposição se arrasta nesta Casa e a UDN, através de seus Diretores — pois a Oposição participa dessa diretoria,

— 63 —

retira Diretores, indica novos Diretores — não se manifesta. Não se vê, não se sente, não se observa nenhum pronunciamento oficial desses Diretores. Nenhum deles foi à praça pública, nenhum veio à Câmara comunicar esses fatos, nem mesmo à própria Oposição, em documento que merecesse o nosso acatamento. O que há nessa proposição é um objetivo eleitoral e é por isso que a Oposição está empenhada nessa luta.

O Sr. *Adauto Cardoso* — É muita injustiça de V. Exa. para com o General Teixeira Lott. O General Teixeira Lott não tem nenhuma necessidade de esconder coisa alguma.

O SR. ABELARDO JUREMA — O que há é um objetivo de fazer esquecer a opinião pública a obra que aqui está, gigantesca, crescendo aos olhos da Nação.

Ainda esta madrugada, dirigindo-me para Brasília, encontrei um militar de minha terra que vinha, pelo interior, de João Pessoa para esta Capital, passando por Bom Jesus da Lapa. E os pilotos, os aviaadores observaram que somente o arrêjo de um homem fazia com que as vistas da Nação se voltassem para esse interior, porque há três anos consecutivos realizavam aquela viagem sem que vislumbassem uma casa sequer.

O Sr. *Clemens Sampaio* — Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O SR. ABELARDO JUREMA — Assim, Sr. Presidente, a obra, de Brasília não pode ser destruída por um simples intuito eleitoral, porque se a Oposição não tem conteúdo e vive sua crise mais profunda neste momento, o que ela deveria fazer era vir para esta Casa defender aquelas proposições que vamos trazer a plenário, como a Lei da Previdência Social, o Código Comercial, o Plano de Reclassificação.

O Sr. *Adauto Cardoso* — A nossa crise é ao ar livre e não tapada como a de V. Exa. Nunca conversar

sobre Brasília, contra um inquérito sobre Brasília.

O Sr. *Ernani Sátiro* — Nobre colega Abelardo Jurema, conforme se verifica das palavras de V. Exa. — e não poderia ser outra a conduta de um homem de sua responsabilidade e formação — V. Exa. não é contra a constituição da Comissão de Inquérito; apenas entende que os fatos não estão determinados, especificados. Assim, embora, não sendo líder da Bancada e por conseguinte, o condutor desta batalha, mas na qualidade de membro da Casa, estou certo de que V. Exa. terminará o seu discurso trazendo algum acréscimo, mais alguns fatos e itens para que esse documento tenha, realmente, a objetividade desejada por V. Exa. Desde já congratulo-me com Vossa Excelência pelos elementos que vai trazer para que o documento fique mais objetivo e, por conseguinte, mais propício aos fins a que se destina.

O SR. ABELARDO JUREMA — Nobre Deputado Ernani Sátiro, perdoe-me V. Exa., mas, se o Governo tivesse fatos determinados já haveria aberto os seus inquéritos pelos órgãos competentes. Se não o fizesse seria criminoso por omissão, como criminosos estariam sendo os representantes da Oposição na NOVACAP se fossem verdadeiras as alegações do Deputado Adauto Cardoso que disse haver sido Brasília construída cara e desonestamente.

Se o Governo tivesse conhecimento, como disse o Deputado Ernani Sátiro, de fatos determinados, para juntar àquela proposição, sem ter aberto um inquérito, sem ter tomado uma providência, então o incorreria na mesma omissão dos representantes oposicionistas, se verdadeiras tais alegações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejava concluir minha oração mas quero, antes, dar licença ao Padre Vidigal para um minuto apenas, uma vez que está próximo o término do prazo de que disponho.

— 64 —

O Sr. Pedro Vidigal — Em abono à sua afirmação sobre a conduta do Chefe do Governo, de que, se S. Exa. soubesse de qualquer irregularidade, teria mandado fazer inquérito para apurar a responsabilidade do culpado, vou citar um fato. Era Governador de Minas Gerais o Sr. Juscelino Kubitschek. Pois bem, um pessedista, que chegou a ser candidato à Assembléia Legislativa do Estado, acusado de ter desviado 80 mil cruzelros, foi entregue pelo então Governador Kubitschek à Polícia, por se ter verificado a procedência de acusação. Posteriormente, houve um desvio na Secretaria da Saúde. Fêz-se o inquérito, determinado pelo Governador, e o acusado, irmão de um desembargador, cumpriu pena na prisão.

O Sr. João Agripino — Ladrão de tostão vai para a cadeia.

O Sr. Pedro Vidigal — Nem sempre. No Governo do Senhor Milton Campos, um cidadão desviou da Cidade Industrial quatro milhões e tantos mil cruzelros, e o Sr. Darci Bessone deu parecer pela demissão do culpado, a bem do serviço público, e pela sua prisão. E o Senhor Milton Campos, que não podia julgar na espécie, colocou o funcionário ladrão em disponibilidade remunerada.

O Sr. Pedro Aleixo — Devo acrescentar que o furto se deu no Governo do Sr. Benedito Valadares. (Riso).

O Sr. Pedro Vidigal — Se Vossas Excelências me permitirem o prazo de 24 horas, terão de recolher as gargalhadas, porque está comigo a cópia do processo e o parecer do Sr. Darci Bessone. V. Exa., Deputado Pedro Aleixo, mal informado...

O Sr. Pedro Aleixo — É possível.

O Sr. Pedro Vidigal — ... se quiser ver o processo, posso exibi-lo. Mas V. Exa., mal informado, como Líder da UDN na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, fazendo

aquela declaração, falseou a verdade.

O Sr. Pedro Aleixo — Ai já não é questão de má informação. É injúria.

O Sr. Pedro Vidigal — V. Exa. então, terá de recolher o aparte e seus correligionários, as gargalhadas.

O Sr. Adauto Cardoso — O certo é que não tememos inquérito.

O SR. ABELARDO JUREMA — A verdade é que o Governo não teme acusações, não teme devassas. O Governo não pode é estar levando para a praça pública homens de responsabilidade, acusados a três por dois pelas paixões políticas, sem que os fatos sejam positivamente declarados nas proposições. Se o Governo fôsse levar ao pelourinho todos os seus membros castigados pelos desajustados, pelos que têm seus interesses contrariados, nada mais faria do que abrir inquérito, para satisfazer a este desejo mórbido de uma Oposição que ainda não aceitou aquela "bossa-nova" do Deputado José Sarney e outros, da reformulação dos problemas em face do desenvolvimento nacional, em face da obra do Governo que aí está, a desafiar a ação demolidora do tempo e a ação negativista dos críticos de obras feitas.

O Sr. Adauto Cardoso — V. Exa. pelo menos não cumpre palavra com eloquência.

O SR. ABELARDO JUREMA — A Maioria não pressionará nem procurará um só Deputado para retirar sua assinatura. O que a liderança não pode é recomendar assinaturas de inquéritos...

O Sr. Adauto Cardoso — É bom ressaltar, porque muita gente da Maioria não procedeu com independência.

O SR. ABELARDO JUREMA — ... porque a Oposição, nos estertores de uma crise, procura cobri-la através de um escândalo, pois de

— 65 —

escândalos essa nobre Oposição tem-se mantido de 45 a esta parte, quando os problemas nacionais exigem hoje manifestações e afirmações como aquelas dadas pelos operários brasileiros, pelos técnicos, pelos candangos e pelo Sr. Presidente da República, reintegrando o Brasil na posse de si mesmo. — *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE — Esgotada a hora, vou levantar a sessão.

Comparecem mais os Senhores:

Ary Pitombo.
Mendes Gonçalves.
Antônio Baby.

Amazonas:

Adalberto Vale — PTB.
Arthur Virgílio — PTB.
Wilson Calmon — PSP.

Pará:

Deodoro de Mendonça — PSP.
Gabriel Hermes — UDN.
João Menezes — PSD.
Océlio de Medeiros — PSD.

Maranhão:

Henrique La Roque — PSP.
Lister Caldas — PSD.
Miguel Bahury — PSD.
Renato Archer — PSD.

Piauí:

Clidenor Freitas — PTB.
Dyrno Pires — PSD.

Ceará:

Carlos Jereissati — PTB.
Costa Lima — UDN.
Euclides Wicar Pessoa — PSD.
Exedito Machado — PSD.
Martins Rodrigues — PSD.
Paulo Sarasate — UDN.

Rio Grande do Norte:

Aluzio Alves — UDN.
Clóvis Motta — PTB.

Paraíba:

Abelardo Jurema — PSD.
Draut Ernani — PSD.

Pernambuco:

Andrade Lima Filho — PSD.
Etelvino Lins — PSD.
José Lopes — PTB.

Alagoas:

Ary Pitombo — PTB.
Souza Leão — PSP.

Sergipe:

Euvaldo Diniz — UDN.

Bahia:

Alaim Mello — PTB.
Antônio Fraga — PR.
Edgard Pereira — PSD.
Fernando Santana — PTB.
Hélio Cabal — PSD.
Hélio Machado — PDC.
Hélio Ramos — PR.
Manoel Novals — PR.

Espírito Santo:

Bagueira Leal — UDN.
Dirceu Cardoso — PSD.
Osvaldo Zanello — PRP.

Rio de Janeiro:

Domingos Velasco — PSB.
Pereira Pinto — UDN.
Raimundo Padilha — UDN.

Distrito Federal:

Benjamim Farah — PSP.
Elói Dutra — PTB.
Lício Hauer — PTB.
Mendes de Moraes — PSP.
Waldir Simões — PTB.

— 66 —

Minas Gerais:

Carlos do Lago — PSD.
 Geraldo Vasconcellos — PSD.
 Guilhermino de Oliveira — PSD.
 José Raimundo — PTB.
 Manoel Almeida — PSD.
 Nogueira da Gama — PTB.
 San Thiago Dantas — PTB.
 Tristão da Cunha — PR.

São Paulo:

Afrânio de Oliveira — PSB.
 Antônio Feliciano — PSD.
 Arnaldo Cerdeira — PSP.
 Broca Filho — PSP. (24-6-60).
 Carmelo D'Agostino — PSD.
 Campos Vergal — PSP.
 Cunha Bueno — PSD.
 Hamilton Prado — PTN.
 Henrique Turner — PSB.
 José Menck — PDC.
 Luiz Francisco — PSB.
 Pacheco Chaves — PSD.
 Miguel Leuzzi.

Colás:

Castro Costa — PSD.
 Wagner Estelita — PSD.

Paraná:

Antônio Baby — PTB.
 Jorge de Lima — PTB.
 José da Silveira — PTB.
 Mala Netto — PTB. (31-7-60).
 Miguel Buffara — PTB.
 Petrólio Fernal — PTB.

Santa Catarina:

Carneiro Loyola — UDN.
 Joaquim Ramos — PSD.
 Osmar Cunha — PSD.

Rio Grande do Sul:

Floríceno Palção — PTB.
 Giordano Alves — PTB.
 Lino Braun — PTB.
 Temperani Pereira — PTB.

Rio Branco:

Nova da Costa — PSD. (13-7-60).
 (82).

Deixam de comparecer os Senhores:

Nestor Jost.
 Alfredo Nasser.

Amazonas:

Almino Afonso — PTB.
 Jayme Araújo — UDN.
 Pereira da Silva — PSD.

Pará:

Epilogo de Campos — UDN.
 Ferro Costa — UDN.
 Sívio Braga — PSP.

Maranhão:

Cid Carvalho — PSD.
 José Sarney — UDN.
 Newton Beio — PSD.

Piauí:

Heltor Cavalcanti — UDN.
 José Cândido — UDN.
 Lustosa Sobrinho — UDN.
 Milton Brandão — PSP.

Ceará:

Adahil Barreto — UDN.
 Álvaro Lins — PSP.
 Bonaparte Mala — PRT.
 Colombo de Souza — PSP.
 Dias Macedo — PSD.
 Edilson Melo Távora — UDN.
 Esmerino Arruda — PSP.
 Furtado Leite — UDN.
 Leão Sampaio — UDN.
 Oziris Pontes — PTB.

Rio Grande do Norte:

Djalma Maranhão — UDN.
 (10-8-1960).
 Djalma Marinho — UDN.
 Jessé Freire — PSD.
 Theodorico Bezerra — PSD.
 Xavier Fernandes — PSP.

Paraíba:

Humberto Lucena — PSD.
 Janduí Carneiro — PSD.

— 67 —

João Ursulo — UDN.
José Joffily — PSD.
Lulz Bronzeado — UDN.

Pernambuco:

Adelmar Carvalho — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Alde Sampaio — UDN.
Armando Monteiro — PSD.
Arruda Câmara — PDC.
Barbosa Lima Sobrinho — PSB.
Clélio Lemos — PSD.
Dias Lins — UDN.
Gileno Di Carl — PSD.
João Cleófas — UDN.
Josué de Castro — PTB.
Lamartine Távora — PTB.
Petronilo Santacruz — PSD.

Alagoas:

Abrahão Moura — PSP.
Aurélio Viana — PSB.
Carlos Gomes — UDN.
Segismundo Andrade — UDN.

Sergipe:

Passos Pôrto — UDN.
Seixas Dória — UDN.

Bahia:

Aloísio de Castro — PSD.
Alves de Macedo — UDN.
Antônio Carlos Magalhães — UDN.
Allomar Baleeiro — UDN.
Edvaldo Flores — UDN.
Hermógenes Príncipe — PSD.
Hildebrando de Góes — PSD.
João Mendes — UDN.
Lulz Viana — UDN.
Miguel Calmon — PSD.
Oswaldo Ribeiro — PSD.
Raimundo de Brito — PR.
Régis Pacheco — PSD.
Teódulo de Albuquerque — PR.
Waldir Pires — PSD.

Espírito Santo:

Napoleão Fontenelle — PSD.
Nelson Monteiro — PSD.
Ramon Oliveira Netto — PTB.

Rio de Janeiro:

Aarão Steinbruch — PTB.
Brígido Tinoco — PSB.
Edilberto de Castro — UDN.
Jonas Bahiense — PTB.
José Pedrosa — PSD.
Mário Tamborindeguy — PSD.
Moacir Azevedo — PSD.
Ribeiro Gomes — PTB.
Salo Brand — PSD.
Saturnino Braga — PSD.
Tenório Cavalcanti — UDN.
Vasconcelos Tôres — PSD.

Distrito Federal:

Breno da Silveira — PSB.
Cardoso de Menezes — UDN.
Carlos Lacerda — UDN.
Chagas Freitas — PSP.
Hamilton Nogueira — UDN.

Minas Gerais:

Badaró Júnior — PSD.
Bento Gonçalves — PR.
Bias Fortes — PSD.
Bilac Pinto — UDN.
Carlos Luz — PSD.
Celso Brant — PR.
Feliciano Pena — PR.
França Campos — PSD.
Gabriel Passos — UDN.
Magalhães Pinto — UDN.
Maurício de Andrade — PSD.
Nogueira de Rezende — PR.
Ovídio de Abreu — PSD.
Ozanam Coelho — PSD.
Paulo Freire — PSP.
Pinheiro Chagas — PSD.
Uriel Alvim — PSD.
Walter Athaide — PTB.

São Paulo:

Amaral Furian — PSD.
Dagoberto Salles — PSD.
(23-6-1960).
Derville Allegretti — PR.
Franco Montoro — PDC.
Geraldo Carvalho — PDC.
Gualberto Moreira — PTN.
Hary Normaton — PTN.
Hugo Borghi — PRT.
Ivete Vargas — PTB.

— 68 —

João Abdala — PSD.
 Lauro Cruz — UDN.
 Olavo Fontoura — PSD.
 Ortiz Monteiro — PST.
 Paulo Lauro — PSP.
 Paulo de Tarso — PDC.
 Pereira Lopes — UDN.
 Ruy Nazareth — PSB. (24-6-60).
 Ruy Novaes — PSB.
 Salvador Lossaco — PTB.
 Silva Prado — PTN. (23-5-60).
 Ulisses Guimarães — PSD.
 Waldemar Pessoa — PSB.
 Yukishigue Tamura — PSD.

Goiás:

Anísio Rocha — PSD.
 Mauro Telxreira — PSD.
 Resende Monteiro — PTB.

Mato Grosso:

Fernando Ribeiro — UDN.
 Mendes Gonçalves — PSD.
 Philadelpho Garcia — PSD.
 Rachid Mamed — PSD.
 Wilson Fadul — PTB.

Paraná:

Accioli Filho — PSD.
 Jorge de Lima — PTB.
 José da Silveira — PTB.
 Ney Braga — PDC.
 Oliveira Franco — PSD.
 Othon Mader — UDN.
 Plínio Salgado — PRP.
 Rafael Rezende — PSD.

Santa Catarina:

Antonio Carlos — UDN.
 Aroldo Carvalho — UDN.
 Atilio Fontana — PSD.
 Doutel de Andrade — PTB.
 Elias Adalme — PSD.
 Lenoir Vargas — PSD.
 Wanderley Júnior — UDN.

Rio Grande do Sul:

Clóvis Pestana — PSD.
 Coelho de Souza — PL.
 Croacy de Oliveira — PTB.

Daniel Dipp — PTB.
 Fernando Ferrari — PTB.
 Hermes de Souza — PSD.
 Joaquim Duval — PSD.
 Paulo Mincarone — PTB.
 Raul Pilla — PL.
 Raimundo Chaves — PSD.
 Unirio Machado — PTB.
 Victor Issler — PTB.

Acre:

José Gulomard — PSD.

Rondônia:

Aluzio Ferreira — PTB.

V

O SR. PRESIDENTE — Levanto a sessão designando para amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 3 de maio de 1960

1 — Discussão única da Emenda Substitutiva do Senado Federal ao Projeto n.º 1.853-56, que dispõe sobre a Classificação de Cargos de Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, exceto quanto aos artigos 52, parágrafo único do Art. 53, 70 a 77, 80, 81, 83 a 87, 90 (em parte), 91, 102, 104, 108, 110 e 111 (em parte), bem como, pela rejeição do Art. 45; da Comissão de Serviço Público, favorável aos Arts. 1.º, 3.º a 13, 15, 16 e § 1.º, 17 a 22, 25 a 49, 50 e § 1.º, 51 a 55, §§ 1.º e 2.º dos Arts. 56, 58, 59, 61, 63, 65, 67 (com nova redação), 69, 78 e §§ 1.º e 2.º, 79 (em parte), 81 a 83, 86 a 89, 91 a 106, 109 e 112, bem como, as Tabelas anexas ao Parecer e emenda de redação ao Título do Capítulo IV do Projeto da Câmara; pela rejeição dos artigos 2.º, 14, 23, 24 e §§ 1.º e 2.º, § 2.º

— 69 —

dos Arts. 50, 56, 57, 60, 62, 64, parágrafo único dos Arts. 65, 66, 68, 70 a 77, § 3.º dos Arts. 78, 80, 84, 85, 90, 107, 108, 110 e 111; da Comissão de Finanças, favorável aos Arts. 1.º, 3.º a 15, 16 e § 1.º, 17 a 22, 25 a 42, parágrafo único dos Arts. 43, 46 a 49, 50 e § 1.º, 51, 52, 43 e parágrafo único, 54, 55, § 1.º dos Arts. 56, 58, 59, 63, 65, 67 e parágrafo único, 69, 78 e §§ 1.º e 2.º 79 (em parte), 81, 82, 83, 86 a 89, 91 a 97, 98 e parágrafo único, 99, 100 e parágrafo único, 101 a 103, 105, 106, 109, 112, bem como aos Anexos nos termos do parecer da Comissão de Serviço Público, exceto a observação final do Anexo n.º 4, lista de enquadramento — Série de Classes; Agente Fiscal do Imposto de Renda (Código AF-302), bem como, todas as observações do Código AF-303 c, pela rejeição dos Arts. 2.º, § 2.º dos Arts. 18, 23 e 24, 43 a 45, § 2.º dos Arts. 50, 56 e § 2.º, 57, 60 a 62, 64, parágrafo único dos Arts. 65, 66, 68, 70 a 77, § 3.º dos Arts. 78, 80, parágrafo único dos Arts. 82, 84 e parágrafo único, 85 e parágrafo único, 90, 104, 107, 108, 110 e parágrafo único e 111. (Pendente de parecer da Co-

missão de Orçamento e Fiscalização Financeira).

2 — Discussão única das emendas do Senado ao Projeto n.º 150-D, de 1959, que dispõe sobre servidores do Departamento Nacional de Estudos Pedagógicos, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e da Companhia do Vale do São Francisco; tendo parecer favorável da Comissão de Serviço Público, às referidas emendas. (Relator: Senhor Elias Adalme).

3 — Discussão única do Projeto número 1.699-A, de 1960, que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.200.000.000,00, para a reconstrução da barragem de Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências; tendo pareceres: pela constitucionalidade da Comissão de Constituição e Justiça; e, favoráveis, das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Finanças. (Relatores: Srs. Jarge de Lima, Benedito Vaz, Souto Maior e Mário Tamborindeguy).

Levanta-se a Sessão às 19 horas e 20 minutos.